**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

OZIANE DE JESUS DE LIMA MOTA

**TRABALHO INDÍGENA NA ECONOMIA DO GRÃO-PARÁ E RIO
NEGRO
(SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

OZIANE DE JESUS DE LIMA MOTA

**TRABALHO INDÍGENA NA ECONOMIA DO GRÃO-PARÁ E RIO
NEGRO**
(SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ricupero

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador
(a)**

Nome do (a) aluno (a): Oziane de Jesus de Lima Mota

Data da defesa: 12 /11/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Rodrigo Ricupero

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 11/01/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M917t Mota, Oziane de Jesus de Lima
Trabalho Indígena na Economia do Grão-Pará e Rio Negro (segunda metade do século XVIII) / Oziane de Jesus de Lima Mota ; orientador Rodrigo Ricupero. - São Paulo, 2018.
163 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Diretório dos Índios. 2. Trabalho Indígena. 3. Tesouraria Geral do Comércio dos Índios. 4. Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. I. Ricupero, Rodrigo , orient. II. Título.

Para Antonio Torres, com carinho e gratidão.

AGRADECIMENTOS

É com satisfação que escrevo os agradecimentos ao final desta dissertação, pois através dele posso expressar a mais sincera gratidão a todas as pessoas que de certa forma contribuíram para a realização desta árdua tarefa. A outra satisfação se deve a liberdade no uso de substantivos abstratos na linguagem, ou mesmo versículos bíblicos, que em nada vai desqualificar o resultado de uma pesquisa séria e laboriosa. Somente aqui nesse espaço reservado posso compartilhar a ternura da definição de amizade e solidariedade tal qual está no livro de Eclesiastes, 4:9-10: “É melhor ter companhia do que estar sozinho, porque maior é a recompensa do trabalho de duas pessoas. (no meu caso mais de duas). Se um cair, o amigo pode ajudá-lo a levantar-se. Mas pobre do homem que cai e não tem quem o ajude a levantar-se!” Assim, defino a trajetória do meu mestrado, sempre tive pessoas amigas que me ajudaram no caminho, nunca estive sozinha, portanto, quero agradecer.

A pesquisa foi projetada por mim, porém, sem o orientador ela não passaria de um projeto. Aproveito a oportunidade para agradecer o professor Rodrigo Ricupero o interesse em me orientar, as críticas e sugestões que conduziram o aperfeiçoamento deste trabalho. Muito obrigada!

Agradeço aos professores da banca de defesa: professor Karl Arenz, a gentileza de aceitar o convite, as traduções e oferta de fontes em latim; ao professor Pedro Puntoni, agradeço as valiosas palavras voltadas para o desfecho desta dissertação e ao professor Thiago Dias, os livros e conversas sugestivas que trocamos a respeito deste estudo.

Também agradeço aos professores Pablo Oller Mont Serrath que esteve na minha banca de qualificação, o qual tive a oportunidade de fazer uma disciplina ministrada por ele e pela professora Vera Ferlini, tal disciplina me ajudou bastante. Agradeço a ambos.

Agradeço ao professor Maximiliano M. Menz, as contribuições dadas durante a banca de qualificação e a convivência ao longo deste trabalho.

Quero agradecer aos professores Alexandre Machione Saes, Dante Teixeira, José Jobson Arruda e Iris Kantor, todas as aulas que assisti cujo conhecimento foi absorvido por esta pesquisa.

Grandiosa gratidão tenho por Antonio Costa Torres, que colaborou na catalogação e transcrição de fontes, auxiliou com a leitura do texto, corrigindo as gralhas que apareciam, dando sugestões e fazendo críticas pertinentes para o aprimoramento da pesquisa.

Agradeço ao trio de amigas, Adriane Camargo, Fernanda Bombardi e Iara Dias, muitíssimo obrigada.

Fica a minha gratidão a Maria Ester Venezia.

Aline Bragança, amiga e colega de longas datas, obrigada por suas palavras de incentivo. Do mesmo modo agradeço a Daniel Dória, Elisangela Alencar e Elienay Jaques Pereira.

Agradeço à CAPES, que financiou a pesquisa concedendo-me uma bolsa, por vinte e quatro meses, permitindo assim que eu me dedicasse exclusivamente a este estudo.

Registro também meus sinceros agradecimentos aos colegas do grupo de pesquisa “Antigo Sistema Colonial: Estrutura e Dinâmica”. Beatriz Líbano Bastos, Dannylo Azevedo, Flávia Calé, Gilberto dos Santos, Idelma Novais, Leandro Napoleão, Mário Simões, Rafael Coelho e Valter Lenine, e aos demais pesquisadores do grupo e também aos pesquisadores que convivi na Cátedra Jaime Cortesão.

Agradeço as amigas “cruspianas”: Adriana Coimbra, Aida Binze, Jeová Junior, Josilãna Nogueira, Juan Valencia, Kizzy Resende, Maira Luana, Tatiana Jimenez e Yanina Leon, por proporcionarem um ambiente fraterno de convivência.

Muito obrigada a todos que me ajudaram, são tantos que certamente alguns não tiveram os seus respectivos nomes aqui citados, porém, não são menos importantes. De igual modo agradeço a cada contribuinte deste país que financiam as pesquisas em instituições públicas, tão fundamental para o êxito de qualquer acadêmico. Enfim, por este motivo deixo aqui uma última palavra que define o que sinto neste momento por todos: Gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender o trabalho indígena no Estado do Grão-Pará e Rio Negro durante a segunda metade do século XVIII, período em que vigorou o Diretório dos Índios. Assim, discorremos sobre a conjuntura e historiografia a respeito do Diretório, bem como elaboramos uma análise das políticas indigenistas e da funcionalidade da Tesouraria do Geral do Comércio dos Índios, instituição fiscal responsável pelos rendimentos da produção das povoações indígenas. Por ser o índio utilizado em diversos trabalhos, o principal objetivo desta investigação histórica foi demonstrar que a mão de obra indígena foi maciçamente explorada pela economia colonial, e não apenas empregados em atividades ligadas à agricultura e ao extrativismo. Nesse sentido, os indígenas foram também utilizados como mão de obra especializada, empregada na construção de navios mercantes e de guerra, embarcações essas as quais faziam parte das ações da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que visavam entre outras ações reformar e aumentar a frota naval de Portugal.

Palavras-chaves: Diretório dos Índios, Trabalho Indígena, Tesouraria Geral do Comércio dos Índios, Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

ABSTRACT

This research aimed to understand the indigenous labor in the State of Grão-Pará and Rio Negro during the second half of the 18th century, period in which prevailed the Indians' Directory. Thus, we discuss the conjuncture and historiography regarding the directory as well as elaborate an analysis of the indigenist policies and the functionality of the Treasury of the Indians' Trade, institution that was responsible for financial matters such as spending and tax of the indians' labor. As the indians were used in several labors, the main goal of this historical investigation is to demonstrate that the indians were massively exploited by the colonial economy and not only employed in activities related to agriculture and extractivism. Thereby, the indians were also used as specialized labor, employed in the construction of merchant ships and war vessels, which were part of the actions of the General Company of Grão-Pará and Maranhão, which aimed, among other actions, to reform and increase the portuguese naval fleet.

Keywords: Indians' Directory, Indigenous Labor, Treasury of the Indians' Trade, General Company of Grão-Pará and Maranhão.

ABREVIATURAS

ABNRJ – Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APEP - Arquivo Público do Pará

BBGJM – Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

IESU - *Archivum Romanum Societatis Iesu*

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

MCM-IHGB - MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. 3 v

TGCI – Tesouraria Geral do Comércio dos Índios

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Produção do chocolate pelo indígena a partir do fruto do cacau.

FIGURA 02 - Celebração de uma refeição com café entre um homem chinês, um europeu e um indígena.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1 – Rendimentos da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios por Capitania

GRÁFICO 2.2 – Porcentagem dos Rendimentos da TGCI por Capitania

GRÁFICO 2.3 – Exportação do Algodão nos anos de 1756 – 1782

GRÁFICO 2.4 – Exportação do Açúcar nos anos de 1756 – 1782

GRÁFICO 2.5 – Exportação do Cacau nos anos de 1756 – 1782 em arrobas

GRÁFICO 2.6 – Exportação do Cravo Fino nos anos de 1756 – 1782 em arrobas.

GRÁFICO 2.7 – Exportação do Cravo Grosso nos anos de 1756 – 1782 em arrobas

GRÁFICO 2.8 – Exportação da Salsa nos anos de 1756 – 1782 em arrobas

GRÁFICO 2.9 – Exportação da Café nos anos de 1756 – 1782 em arrobas

GRÁFICO 2.10 – Preço da Arroba dos Produtos (1756-1782)

GRÁFICO 2.11 – Porcentagem de cada Produto nos Rendimentos de Exportação Total (1756-1782)

GRÁFICO 2.12 – Quantidade de arrobas por produtos (1756-1782)

GRÁFICO 2.13 – Rendimento das exportações Totais 1756 – 1782 em Réis

GRÁFICO 2.14 – Rendimentos da TGCI X Rendimentos da Exportação Total (1757-1782)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1 – Definições da Tesouraria no Diretório

QUADRO 2.2 – Esquema administrativo da TGCI

QUADRO 2.3 – Rendimentos da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios

QUADRO 2.4 – Comparação da produção da Tesouraria dos Índios e Exportações Totais
(1769)

QUADRO 3.1: Relação de ferramentas remetidas do reino para extração e beneficiamento da
madeira

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1. Descrição das Despesas da TGCI em 1792

TABELA 2.2. Total dos rendimentos de Exportação - 1756-1782

TABELA 3.1. Preço final de uma peça de madeira pronta

TABELA 3.2. Valores de uma prancha de madeira

TABELA 3.3. Relação dos Oficiais que trabalharam na construção da nau de guerra Nossa Senhora de Belém e São José (1761-1766)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
 CAPÍTULO I - A Política Indigenista no Grão-Pará: Liberdade dos Índios, Diretório e Trabalho Indígena na segunda metade do século XVIII	19
1.1 Conjuntura e Historiografia.....	20
1.2 Legislação Indigenista: A questão da Liberdade Indígena	35
1.3 A mão de obra indígena no regime do Diretório	46
 CAPÍTULO II - Tesouraria Geral do Comércio dos Índios: A aplicação do Diretório.....	63
2.1 Apontamentos Teóricos para a Pesquisa da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios – TGCI	65
2.2 Estrutura e Funcionamento da TGCI	78
2.3 Descaminhos na TGCI	83
2.4 Dados Quantitativos da TGCI e Dados de Exportação Geral	88
2.4.1 Dados dos Mapas da TGCI (1756-1782)	88
2.4.2 Dados do Mapa de Exportação (1756- 1782)	92
2.4.3 Comparações Gráficas entre os Dados de Exportação e os da TGCI	101
 CAPÍTULO III - Formas de Exploração do Trabalho Indígena	108
3.1 A Companhia de Comércio e os Índios	109
3.2 Exploração da madeira e construção naval	118
3.3 O Trabalho Indígena nos estaleiros	125
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
FONTES	134
BIBLIOGRAFIA	137
APÊNDICES	146
ANEXO.....	148

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo fazer um estudo sobre o trabalho indígena utilizado no Estado do Grão-Pará e Rio Negro (Amazônia Colonial Portuguesa) durante a segunda metade do século XVIII. Período em que se constatou a prevalência do uso da mão de obra indígena mediante os empreendimentos econômicos metropolitanos.

Para além do seu uso nas atividades extrativas das drogas do sertão, essa inclinação ao índio se processou em outras frentes de trabalho. Nossa pesquisa buscou evidenciar quais seriam esses tipos de trabalhos, que não de remador e coletor de drogas. Sobre esses já existem consistentes estudos, pelos quais podemos dimensionar a importância da mão de obra indígena para o desenvolvimento da economia da floresta.

O Diretório dos Índios (1757), enquanto dispositivo jurídico, foi projetado para nortear como se processaria essa utilização do trabalho indígena em diferentes aspectos. Nele estavam contidas as regras. A partir de então, coube às tramas do processo histórico decidir quais seriam seguidas e quais ficariam serenadas no dispositivo. Assim sendo, além das políticas metropolitanas, foram as disputas sociais e as diferentes conjunturas econômicas que acabaram definindo os contornos da exploração prática da mão de obra nativa. Daí a nossa preferência para o estudo do processo em si e não apenas das suas origens ou de suas consequências. O que não quer dizer que o momento em que o Diretório foi projetado não seja importante. Sabemos que suas bases filosóficas faziam parte de um pensamento político que se expandiu por diferentes partes do império português¹. Mas, nossa intenção é estudar a aplicação da lei, para dela abstrair informações sobre a exploração do trabalho indígena.

Nesse sentido, o Diretório dos Índios se efetivou, entre outras determinações, para assegurar o controle econômico e político da Amazônia colonial. E no intuito de ter um controle mais efetivo sobre o que era produzido pelos índios, a Coroa portuguesa promoveu, através do Diretório, a instauração da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios (TGCI).

¹ Ver. SANTOS, Catarina Madeira. [Colonizar: ideologia e conjunturas](#). In: SANTOS, Catarina Madeira. *Um Governo 'Polido' para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Tese (doutorado em História), Lisboa/Paris: FCSH/EHESS, 2005, p. 24-66. A autora faz uma discussão a respeito dos termos *polir* e *civilizar*, presente na legislação do Diretório, e suas repercussões no Império português. Procede a análise fazendo analogia do Diretório dos Índios com o Alvará de 2 de abril de 1761, legislação específica para a Ásia, e com outras leis estendidas a África Oriental, Moçambique e Macau¹. Para a autora, os casos do Brasil e do Estado da Índia apresentam um denominador comum.

Quando da instituição da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o índio continuou como importante meio de acesso às drogas do sertão, apesar de o tráfico negreiro ter introduzido consideráveis levas de africanos no Grão-Pará. Sincronicamente, ao explorar os gêneros e o tráfico negreiro, a Companhia desenvolveu atividades de construção e reforma naval, e se beneficiou da mão de obra indígena, tanto no que se relaciona à extração da madeira quanto da confecção de navios, esquema que perdurou após a sua extinção.

Nossa pesquisa, intitulada *Trabalho Indígena na Economia do Grão-Pará (Segunda metade do século XVIII)*, está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, “Política Indigenista no Grão-Pará: Liberdade dos Índios, Diretório e Trabalho Indígena na segunda metade do Século XVIII”, discorremos sobre o contexto histórico no qual Portugal reformulou as suas políticas para as colônias, quando os interesses econômicos da Coroa, em relação ao Estado, passaram a se intensificar. Abordamos a questão da liberdade indígena e das políticas indigenistas coloniais, ressaltando que a aceção de liberdade amparada por um tutor visava controlar a força de trabalho dos índios. Mediante isso, dialogamos com a historiografia sobre a Amazônia colonial, sugerindo que é importante que a historiografia volte seus olhares para os processos econômicos desse período, dimensionando a importância da exploração da mão de obra indígena nas mais diversas atividades econômicas desenvolvidas na região. Uma vez que os estudos sobre História Indígena dão muita ênfase à resistência indígena – por valorizar demasiadamente os índios que, de modo individual, se beneficiaram das brechas que o sistema lhe permitia –, acabam deixando de fora os ganhos que a Coroa obteve nessas relações, bem como aspectos fundamentais da vida da população indígena colonial: a submissão ao trabalho compulsório. Paralelamente, a História Econômica desenvolve poucos estudos a respeito da economia da Amazônia, algumas vezes por achar que os proveitos que a Coroa obteve no Estado do Grão-Pará foram insignificantes frente aos do Estado do Brasil. Em suma, nossa análise buscou entender o papel dos índios na empresa colonial portuguesa, tendo sido utilizados como principal mão de obra, com sua distribuição em diferentes postos de trabalhos, como nas Serrarias Reais, nos estaleiros, nos Pesqueiros Reais e na construção civil das vilas e Lugares da capitania.

O segundo capítulo, “Tesouraria Geral do Comércio dos Índios² – Aplicação do Diretório”, trata-se de uma instituição que desempenhou suas funções na Amazônia colonial durante o período em que vigorou o Diretório dos Índios. Apesar de deter o controle fiscal e

² TGCI. Tesouraria Geral do Comércio dos Índios.

contábil dos rendimentos de todas as povoações, não temos estudos que investiguem minuciosamente o funcionamento desta Tesouraria. Foi na Amazônia colonial, que à época estava configurada como Estado do Grão-Pará e Rio Negro, politicamente subordinado à metrópole portuguesa, que a instituição da TGCI fez com que o Diretório se materializasse com fins que atendessem aos propósitos e desígnios da Coroa.

Em diversos documentos coligidos nesta pesquisa, mas, sobretudo, nos mapas dos gêneros da TGCI, pudemos vislumbrar o empreendimento e o interesse da Coroa portuguesa na administração de toda a produção e escoamento do comércio dos índios com vistas à exportação. Nos liames das estruturas de funcionamento da administração metropolitana, a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios estava inserida como uma instituição essencial para que Diretório pudesse ser colocado em prática no *hinterland* da Amazônia colonial. Concluiu-se que o controle que o Conselho Ultramarino e as Secretarias de Governo detinham sobre a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios serviu de substrato ao pacto colonial, fortalecendo a relação metrópole-colônia.

Quanto ao terceiro capítulo, “Formas de Exploração do Trabalho indígena”, analisamos o trabalho indígena na extração da madeira e nos estaleiros para construção de navios que escoariam a produção do Grão-Pará para a metrópole. Por meio de um estudo de caso, o da construção, entre os anos de 1761 e 1766, de uma nau de guerra que foi projetada para artilharia de mar. Buscamos dimensionar os tipos de trabalho que os índios eram empregados e a remuneração diária que recebiam nos estaleiros. Concluímos que, ainda que esses índios fossem mais bem remunerados que os índios empregados em outras atividades, como a da extração da madeira ou a da coleta das drogas do sertão, na construção naval ganhavam soldos bem abaixo dos demais profissionais especializados, ainda que desempenhassem funções que exigissem as mesmas qualificações.

Capítulo I

A Política Indigenista no Grão-Pará: Liberdade dos Índios, Diretório e Trabalho Indígena na segunda metade do Século XVIII

“Meu irmão do meu coração. — Esta carta acompanha a Lei, que o rei Nosso Senhor estabelece para restituir aos índios desse Estado a liberdade que lhes era devida, e aos povos dele os operários, que até agora não tiveram, para cultivarem os muitos preciosos frutos, em que abundam estas terras. Da mesma lei vereis que nelas se não contém novidades, porque toda consiste em uma renovação das antigas e saudáveis leis, cuja inobservância reduziu o Pará e o Maranhão à Miséria, a que achastes reduzidas essas duas capitanias.”³

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) – marquês de Pombal

³ CARTA de Sebastião José de Carvalho e Melo a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 4 de agosto de 1755. BNL. Apud. AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização – bosquejo histórico com vários documentos inéditos*. Belém: Secretaria de Estado e Cultura, 1999, p. 255.

1.1 Conjuntura e Historiografia

A partir da segunda metade do século XVIII, a Coroa portuguesa intensificou as atenções para o Estado do Grão-Pará, território denominado, por parte da historiografia, de Amazônia colonial⁴. O vocábulo Amazônia aqui utilizado refere-se ao antigo Estado do Grão-Pará e Rio Negro, o qual correspondia, aproximadamente, à atual Amazônia brasileira. É válido ressaltar que o termo Amazônia, é coetâneo às primeiras incursões europeias na região. Portanto, é uma expressão adveniente ao mito das Amazonas⁵, o que fez com que um termo mitológico ganhasse proporções para denominar oficialmente, de Amazônia, o território ao longo do “rio das Amazonas”.

Com a criação da capitania do Rio Negro, no ano de 1755, por ação política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a divisão política e administrativa foi redefinida. Cabe ressaltar aqui que o espaço da pesquisa compreende o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, composto pelas capitanias do Grão-Pará (o Pará e o Cabo Norte – atual Amapá) e Rio Negro (Rio Negro – atual Amazonas e o Rio Branco – atual Roraima). Não foi analisado o Mato Grosso, apesar de haver uma determinada área sob jurisdição do Estado do Grão-Pará, no período compreendido por esta pesquisa.⁶

⁴ O uso desse termo não significa uma “amazonização” de uma região que ainda não estava assim configurada. Dessa forma, para evitar erros e anacronismos, é preciso esclarecermos alguns pontos. O Estado do Grão-Pará e Rio Negro não deve ser entendido como o espaço de uma única capitania, que hoje corresponderia a unidade federativa do Pará, mas como um Estado, tal qual foi o Estado do Brasil, com governo autônomo e sede própria subordinada diretamente a Portugal. Em outras palavras, um território administrativamente separado do Estado do Brasil, até o início do século XIX, que englobava várias capitanias. Desse modo, quando consideramos as realidades históricas do Grão-Pará é possível, inclusive, perceber as filigranas das suas características que as diferem até mesmo do Estado do Maranhão, apesar de alguns historiadores colocá-los no mesmo bojo. Fortalecendo essa ideia, podemos citar o historiador Décio de Alencar Guzmán, que entende que o estudo histórico da Amazônia revela diferentes realidades naturais e humanas. GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas Amazonas: guerras, comercio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. III, nº 2, 2008, p. 103-139.

⁵ Ver. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 6ª edição, 2ª reimpressão, 2002.

⁶ OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] António Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a delimitação dos limites e a necessidade de a capitania ser socorrida pelo Grão Pará, não só com gente, mas ainda com artilharia e as mais armas. Vila Bela, 11 de dezembro de 1756. AHU. Cx. 9, D. 534. (Avulsos do Mato Grosso); Ofício do Juiz de Fora de Mato Grosso Manuel Figueiro Frausto ao [governador e capitão-general da capitania do Grão Pará] Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a inclusão de Mato Grosso nas terras privilegiadas da Companhia do Grão Pará e outros assuntos. Vila Bela, 29 de março de 1759, março. AHU. Cx. 10, D. 601. (Avulsos do Mato Grosso); AVISOS e INSTRUÇÕES (minutas) do secretário de estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, remetidas para o governador e capitão general do Estado do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, escritas no mês de outubro de 1756, sobre a administração do Estado do Maranhão e Pará e para o Mato Grosso. AHU. Cx. 43, D. 3931. (Avulsos do PA).

A historiografia, consensualmente, define pelo menos três processos que conformaram esse contexto: a consolidação das fronteiras coloniais entre Espanha e Portugal, prevista pelo Tratado de Madri de 1750; a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a fim de intensificar a exploração comercial dos produtos amazônicos; e a reconfiguração administrativa secular a respeito dos índios com a promulgação da Lei de Liberdades, de 1755, a qual proibia a escravização do indígena, e do Diretório dos Índios⁷, que instituiu o fim do poder temporal dos missionários sobre os nativos.

Decerto, sabe-se que os indígenas estiveram envolvidos na conjuntura desses acontecimentos acima citados. No primeiro aspecto, para Portugal ocupar definitivamente a região, transformou os índios, os primeiros habitantes da região⁸, em vassalos, ou seja, em povoadores que em nome do rei garantiram a posse daquela região⁹. Concernente à Companhia de Comércio, o trabalho indígena ainda estava em voga, ainda que uma das finalidades da Companhia fosse implementar o uso da mão de obra escrava africana como principal força de trabalho. Quanto a esse último ponto, a Coroa portuguesa entendeu que os religiosos regulares eram os principais responsáveis pela situação de ruína em que o Estado se encontrava, haja vista o excesso de poder temporal que os religiosos exerciam sobre os indígenas. Devido ao controle que tinham sobre o trabalho dos índios, os missionários foram acusados de enriquecimento ilícito em detrimento dos demais colonos e da Coroa. Esta assertiva fica perceptível desde as “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão Pará e Maranhão” e outras variantes da documentação colonial, como, por exemplo, a carta de Mendonça Furtado ao seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo. Eis o que diz essas duas fontes documentais, respectivamente:

“2§ – O interesse público e as conveniências do Estado que ides governar, estão indispensavelmente unidos aos negócios pertencentes à conquista e liberdade dos índios, e juntamente às missões, de tal sorte que a decadência e ruína do mesmo Estado, e as infelicidades que se têm sentido nele, são efeitos de se não acertarem ou

⁷ DIRECTÓRIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Majestade não mandar o contrário. In: ALMEIDA, Rita Heloísa. *O Diretório dos Índios: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. Doravante Diretório dos Índios.

⁸ De acordo com Ângela Domingues, “o território amazônico, habitado desde tempos memoriais pelas etnias indígenas, era à luz do direito colonial europeu da época como terra livre, porque sobre ela não exercia a autoridade de outro soberano cristão.” DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram Vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000, p. 78.

⁹ Nádí Farage demonstra como as populações indígenas desempenharam a função de defensores das áreas limítrofes. Cf. FARAGE, Nádí. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

de se não executarem, por má inteligência, as minhas reais ordens que sobre estes tão importantes negócios se têm passado.”¹⁰

“Falta-me ainda explicar do fomento e origem de todas estas desordens e da total ruína deste Estado, o que farei com a brevidade que me for possível. Conseguindo os Regulares que S. Maj. lhes desse, não só o governo espiritual das aldeias, mas também o temporal e político, se persuadiram logo que estas aldeias todas eram suas; que S. M., os seus governadores, nem os povos, tinham nada com elas; que qualquer índio, que se lhes mandava buscar era uma violência ou usurpação que se lhes fazia; que o pequeno serviço que qualquer particular tirava delas era um roubo ao comum da religião; que livremente poderiam e deviam fazer um monopólio de trabalho destes miseráveis, arruinando com ele e com o grosso comércio que fazem, não só o Erário Real, mas a praça em comum, e as plantações e lavouras em particular.”¹¹

Desse modo, ao adotarmos as “*Instruções Régias Públicas e Secretas...*” como indicador de um programa de governo para a região, percebemos, dentro dos seus 38 parágrafos¹², disposições acerca da declaração da liberdade dos índios e a implementação do Regime do Diretório, de assuntos relacionados ao Comércio¹³ e à introdução de escravos negros¹⁴. Logo, ressalvado, evidentemente, o devido processo histórico, podemos deduzir que havia um projeto a ser seguido, que resultou em variados desdobramentos, a exemplo da expulsão dos jesuítas¹⁵. Esses pontos em conjunto representam parte do que foi a política

¹⁰ INSTRUÇÕES Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Apud. AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização – bosquejo histórico com vários documentos inéditos*. Belém: secretaria de Estado e Cultura, 1999, p. 348-356.

¹¹ CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo, datada de 21 de novembro de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Tomo 1, 2ª edição. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 117.

¹² INSTRUÇÕES Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Apud. AZEVEDO, João Lúcio de. Op. cit., 1999, p. 350-351. Parágrafos 10, 12, 14, 17.

¹³ Ibidem, p. 354-355. Parágrafos 27.

¹⁴ Ibidem, p. 349-350. Parágrafos 7 e 11.

¹⁵ Assunto que está relacionado com a temática indígena, porém, não será tratado diretamente neste trabalho, tendo em conta que o desígnio deste é discutir, de modo apurado, a declaração da Liberdade dos Índios, o Diretório e utilização da mão de obra indígena. Sobre o tema, ver: AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit., 1999. A propósito da expulsão dos Jesuítas, João Lúcio de Azevedo apresenta um trabalho filigrânico a respeito da presença jesuítica na região. Traz informações desde o estabelecimento das missões (capítulo II), das primeiras contendas e reveses (capítulo III), dos sermões de Antonio Vieira (capítulo IV), até ao que ele chama de a derrocada (capítulo XII), que é o capítulo que trata precisamente do malogro da Companhia de Jesus. Sobre o assunto, ver também: JÚNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do Setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política Pombalina*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Conferir principalmente o capítulo II e III da tese de Souza Junior: “De soldados de Cristo a soldados do Papa. A expulsão dos jesuítas e a política indigenista pombalina no Grão-Pará” e “Competição, rebeldia e dependência: jesuítas, moradores e autoridades na disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena na Amazônia Colonial”, nesta ordem.

pombalina¹⁶ para a Amazônia, que de acordo com João Lúcio de Azevedo, alteraram as relações do indígena com o colono, sendo ao mesmo tempo transformação social e econômica.¹⁷

Para inserir a discussão historiográfica sobre a conjuntura em que o Grão-Pará se encontrava nesse momento, é impreterível mencionar de que forma o índio aparece nessa historiografia.¹⁸ Grosso modo, para a historiografia tradicional, representada por Francisco Adolfo Varnhagen, os índios desempenharam papel secundário estando sempre sujeitos aos interesses dos colonizadores. Essa aceção fundamentava o desaparecimento dos índios, ideia que predominou até o início do século XX. Segundo John Manuel Monteiro, a historiografia desse período iniciou uma perspectiva “pessimista com fortes desdobramentos na política indigenista que se esboçava no império”, que apresentava duas variantes: a ideia de exclusão dos índios como agentes históricos e a ideia de que aos povos indígenas restaria o extermínio.¹⁹ Assim descreve Mauro Cezar Coelho sobre como se efetivou, via Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, (IHGB), a produção historiográfica a respeito do índio:

¹⁶ A política pombalina, no que se refere aos índios, deve ser entendida no amplo contexto das chamadas reformas pombalinas, que pretendiam basicamente fortalecer o poder absoluto do rei D. José. Um dos maiores idealizadores do reformismo português foi Sebastião José de Carvalho e Melo (Conde de Oeiras e depois Marquês de pombal), cujas ações se concentraram em combater setores antiabsolutistas da sociedade, quer fossem membros da aristocracia nobiliária ou eclesiástica quer fossem membros da burguesia mercantil. A principal finalidade desse reformismo ilustrado era fortalecer o reino através de um rigoroso controle sobre a colônia. Para uma análise em âmbito mais geral, conferir: ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte. 2003; AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. Lisboa: Clássica Editora, 1999; BOXER, Charles Ralph. *A Ditadura Pombalina e suas Consequências. (1755-1825)*. In: BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002, p. 190-215; COELHO, Geraldo Mártires. Emblemas do reformismo ilustrado na Amazônia Pombalina. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano 161, n. 408, p. 35-52, jul./set. 2000; FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina - Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.; MACEDO, Jorge Borges de. *A situação Econômica no Tempo de Pombal – Alguns Aspectos*. Lisboa: Gradiva, 1989, 3ª edição; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Sebastião José de Carvalho e Melo e a Economia do Brasil*. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2001, p. 173-198; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; Para as repercussões na colônia, ver MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas & Debates, 2008, 2ª edição revista e ampliada (1ª edição, 2006); NOVAES, Fernando. O reformismo Ilustrado Luso Brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História* - Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 105-118, mar. 1984. Todas essas obras dão uma dimensão do que foi “Era Pombalina”

¹⁷ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. cit., 1999, p. 256.

¹⁸ Mauro Cezar Coelho faz uma discussão historiográfica (síntese das principais obras historiográficas, pois a historiografia existente é bastante vasta) acerca da imagem do indígena na história do Brasil. Cf. COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia – o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese (doutorado) - USP: São Paulo, 2005. Ver, sobretudo, os prolegômenos e o primeiro capítulo chamado “Heróis Mutantes”.

¹⁹ MONTEIRO, John Manuel. *Tupi, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo*. Tese (Livro Docência em Antropologia) - UNICAMP: Campinas, 2001, p. 3. Ver também: MONTEIRO, John

“Essa cultura histórica relegou o índio a uma série de condições, todas subalternas: coadjuvante do português; incapaz de gerir seu destino; preguiçoso, indolente e lascivo; débil, fraco e de cultura assaz rudimentar, de modo que teve de ser substituído pelo braço africano na lida agrícola.”²⁰

Nesta perspectiva, os índios se tornavam aculturados²¹ e passivos, sem possibilidade de resistência e que, gradativamente, perdiam suas identidades étnicas. Para Maria Regina Celestino de Almeida, “essas formas de compreensão sobre os índios iriam se manter até muito avançado o século XX e eram respaldadas e incentivadas pelas políticas indigenistas”.²² Não obstante, na década de 1970, uma nova perspectiva²³ começou a despontar na historiografia, em decorrência da falência das previsões de desaparecimento dos índios, dos novos pressupostos teóricos-metodológicos da História em parceria com a Antropologia e das ações dos próprios grupos indígenas.²⁴ Segundo John Monteiro, os movimentos indígenas foram os primeiros a buscar uma revisão na maneira pelo qual o índio era representado na História do Brasil.²⁵

De fato, a história da colonização é uma história de relacionamentos entre culturas. A expansão colonial não foi unicamente comercial, econômica ou geográfica, foi também, na mesma medida, uma expansão cultural que orientou comportamentos coletivos. Em geral, o indígena foi apresentado pela historiografia como uma vítima (visão tradicional) ou como um sobrevivente que se adaptou às mudanças empreendidas pelo contato europeu e que, sempre

Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1992, p. 105-120.

²⁰ COELHO, Mauro Cezar. Op. cit., 2005, p. 46.

²¹ Para formulação de conceitos históricos-antropológicos, tais como cultura, aculturação, identidade étnica, entre outros, recomenda-se a leitura de BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (Org.). *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. P.25-67. Ver também: LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001; “Define-se cultura como uma propriedade humana ímpar, baseada em uma forma simbólica, ‘relacionada ao tempo’, de comunicação, vida social, e a qualidade cumulativa de interação humana, permitindo que as ideias, a tecnologia e a cultura material se “empilhem” no interior dos grupos humanos.” MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Niterói. *Tempo*: revista digital de História do departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, nº 28, p. 223-237, 2010.

²² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 18.

²³ Citamos duas obras que, entre várias outras, materializam essa nova fase da historiografia indígena, a saber: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992; MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Op. cit. 2010, p. 9-25.

²⁵ MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

que pôde, enquanto sujeito ativo — visão da Nova História Indígena²⁶ —, se aproveitou de alguma situação para obter ganhos. Em suma, eis o que diz Celestino de Almeida a respeito dessa corrente historiográfica:

Essa tem sido a tendência dos trabalhos das últimas décadas, através dos quais podemos perceber que as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram absolutamente, à resistência armada, à fuga e a submissão passiva. Houve diversas formas do que Steve Stern chamou de resistência adaptativa, através das quais os índios encontravam formas de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam. Colaboraram com os europeus, integraram-se à colonização, aprenderam novas práticas culturais e políticas e souberam utilizá-las para a obtenção das possíveis vantagens que a nova condição permitia. Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de agir.²⁷

A representação do índio presente na historiografia tradicional não tem efeitos para essa pesquisa, já se sabe que ela está relacionada a construção e a legitimação de uma história nacional que ficou a cargo, principalmente, do IHGB e que esta corrente não logra mais influência nas pesquisas na atualidade. Contudo, são úteis para percebermos como cada contexto histórico gerou grandes influências na produção historiográfica.²⁸

O principal livro que lançou as bases para a Nova História Indígena, conceito cunhado por John Manuel Monteiro, e para a emergência do índio enquanto sujeito histórico, foi a coletânea *História dos Índios no Brasil*,²⁹ organizada por Manuela Carneiro da Cunha. Essa é uma obra que agrega estudos de antropólogos, historiadores e outros pesquisadores que procuram romper com ideias arraigadas a respeito dos índios: como preguiçosos, indolentes e selvagens. Destarte, a nova história compreende o indígena como parte importante e protagonista do passado colonial.

O trabalho *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina* é um dos livros que não devem ser esquecidos nesse rol de estudos. Para o autor Francisco

²⁶ Maria Regina Celestino de Almeida assinala que essas novas leituras presentes no livro *Os índios na História do Brasil* não resultaram somente da descoberta de documentação inédita, mas, sobretudo, “de novas interpretações fundamentadas em teorias e conceitos reformulados”. De modo que um mesmo documento pode indicar diversas realidades. ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Op. cit. 2010, p.10.

²⁷ Ibidem, p. 23.

²⁸ Sobre as diferenças entre História e historiografia, ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014. Para o autor, a historiografia é a ciência das temporalidades. Um tecido histórico que se faz a partir dos impulsos do presente. O autor indica a existência de, pelo menos, quatro acepções de historiografia: a) como sinônimo de sucessão de fatos; b) como sinônimo de inventário, rol de obras históricas; c) uma historiografia identificada com cultura, como expressão de uma totalidade cultural; e d) uma Historiografia com dialógica transtemporal, concepção na qual historiografia passa a significar análise crítica da produção gerada pelos historiadores em imersão temporal.

²⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. Op. Cit., 1992.

Jorge dos Santos, a resistência indígena se concretizou por meio das rebeliões, fugas e deserções. O protagonismo indígena é percebido na perspectiva do conflito. Segundo o autor:

“... rebelaram-se [os índios] nos aldeamentos, praticaram a fuga dos núcleos coloniais, desertaram dos serviços reais, massacraram quando puderam os seus inimigos brancos, e fizeram inclusive acordos de paz quando lhes eram convenientes.”³⁰

Em “*Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*”, Maria Regina Celestino de Almeida, trabalha a questão da resistência, pela ótica da cultura e seu caráter dinâmico. A abordagem entende as aldeias coloniais como espaço de recriação de identidades³¹.

Com efeito, a quantidade de pesquisas relacionadas à resistência está bastante ampliada. Mauro Cezar Coelho afirma que a resistência indígena é o tema mais visitado pelos estudiosos da História indígena³² e que “já se conta um número significativo de trabalhos, nos quais as populações indígenas não padecem do estigma da servidão voluntária ou professam aquela indolência macunaímica.”³³

Ressalvamos que os preceitos da Nova História Indígena foram adotados com prudência neste trabalho, haja vista que, embora algumas de nossas fontes revelem que os índios se projetaram e obtiveram ganhos, nelas isso não é a regra. Outrossim, por se tratar de um trabalho de História Econômica, deve-se levar em consideração que o lugar do índio na História pode ser valorizado de outras maneiras. Consideramos que o universo do trabalho no qual o índio estava inserido precisa ainda ser amplamente investigado, pois o trabalho, principalmente o compulsório, era o eixo que organizava a relação do indígena com os demais grupos sociais na colônia. Logo, por não ser uma dimensão marginal na vida dos indígenas, ele se articulou com vários aspectos sociais e econômicos dessa colônia, não sendo possível o desenvolvimento do Estado do Grão-Pará sem o uso dos saberes e da força do índio.

Portanto, nos distanciaremos um pouco das análises baseadas nas chamadas “resistências adaptativas”, que dão ênfase nas vantagens pessoais que os índios tiveram em detrimento das vantagens daqueles que controlavam a sua mão de obra, como aparece em

³⁰ SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 19.

³¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p.46.

³² COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit. 2005, p. 71.

³³ Ibidem, p. 68.

trabalhos recentes como o de Elias Abner e Rafael Rogério Nascimento dos Santos, autores que se identificam com a Nova História Indígena. Segundo Elias Abner:

“Índios oficiais canoieiros, remeiros e pilotos, despontam como personagens ativos que reelaboram e ressignificam elementos da cultura europeia, usam a seu favor pressupostos europeus e coloniais que lhes permitiam viver, auferir vantagens e benefícios, como uma forma, também, de resistência.”³⁴

E de acordo com Rafael dos Santos:

É fundamental sabermos que os ameríndios criaram alianças, aproximaram-se dos estabelecimentos portugueses, utilizaram de instrumentos do universo lusitano, como o envio de cartas para a rainha solicitando mercês ou alguma solução para um problema, enfim, utilizaram o conhecimento obtido ao longo de anos de contato com o *outro* (colonos, diretores, missionários, etc), e apropriaram-se de seus códigos culturais, os usando, quando possível, para obterem algum benefício.³⁵

Diferente postura têm os historiadores que estudam a resistência negra.³⁶ As atrocidades da escravidão são bem evidenciadas; mesmo em obras mui criticadas, como é o caso de “*Casa Grande e Senzala*”, de Gilberto Freire.³⁷ A resistência africana é assunto *pari passu* em pesquisas de caráter econômico. O que, de certo modo, valorizou ainda mais o africano. Cito rapidamente a obra de Fernando Novais que entende que a expansão colonial fez parte do processo de acumulação primitiva do capital e a opção pelo africano foi uma estratégia metropolitana que se deu em função dos lucros que o tráfico negreiro poderia trazer ao comércio interatlântico.³⁸ Para Luiz Felipe de Alencastro, a economia açucareira priorizava o trabalho africano, haja vista a existência de uma certa dependência financeira dos senhores de engenho em relação aos traficantes de escravos, que também eram os compradores do

³⁴ FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Belém, 2016, p. 28.

³⁵ SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. “*Dis o índio...*”: outra dimensão da lei - políticas indígenas no âmbito do Diretório dos Índios (1777-1798). Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Belém, 2014, p. 48.

³⁶ Cf. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 1997; GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 225-318.

³⁷ Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1996. A rigor, a obra é criticada por ver laços de “fraternidade” entre os senhores de engenho e escravos africanos, ou seja, relações amenizadas entre a casa grande e a senzala.

³⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995. p. 92-106.

açúcar produzido.³⁹ Outros autores traçam discussões econômicas relacionando economia ao trabalho africano e indígena, a exemplo de Rodrigo Ricupero, que afirma que, mesmo depois da introdução de africanos, os indígenas continuaram a desempenhar um papel de destaque na composição da força de trabalho empregada por todas as partes do Brasil, ao longo do período analisado pelo autor (c.1530-c.1630). E, ainda de acordo com Ricupero, foi a riqueza produzida pelos negros da terra, os índios, que financiou a entrada dos negros da Guiné.⁴⁰

Stuart Schwartz, em *Segredos Internos*, analisa a sociedade da grande lavoura no Brasil, apresentando um estudo da escravidão e de como ela se constitui. Suas análises apontam para o fato de que a escravidão indígena caracterizou os momentos iniciais da grande lavoura açucareira.⁴¹

No âmbito do nosso trabalho em História Econômica, todas essas contribuições teóricas foram valorizadas conforme a pesquisa foi se projetando. Entretanto, informamos que termos genéricos como índios vão aparecer ao longo da dissertação. Em virtude disso, compartilhamos a explicação de Antonio Porro, presente no Dicionário Etno-Histórico da Amazônia Colonial:

A referência genérica que acima se fez a *índios* não é casual, mas ditada pela ausência quase absoluta, nas fontes da época, de dados que permitam adotar uma qualificação mais precisa para os grupos sociais de que tratam e que na linguagem corrente chamaríamos *tribos* [...]. Uma vez que o referido silêncio das fontes sobre o assunto não permite, no atual estágio dos conhecimentos, esclarecer se a grande maioria dos etnônimos registrados neste *Dicionário* se refere a tribos, subtribos, sipes ou mesmo grupos locais, optou-se por evitar tais qualificativos, salvo quando o termo *tribo* e abonado pela literatura etnográfica mais recente.⁴²

Perante o exposto, nossa pesquisa pretende valorizar a presença indígena, porém, não pela ótica das resistências, antes pela contribuição econômica. O diálogo com a Antropologia

³⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 138-144. Alencastro concebe que a Amazônia foi uma colônia marcada pela pobreza, que passou por um “desencravamento” a partir da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará, que inseriu a mão de obra africana e o desenvolvimento da produção agrícola. Para ele, a ausência desses dois elementos explica o insucesso econômico da região. E, com o fim do tráfico negreiro, a região teria voltado como “dantes, para a exploração do extrativismo e da mão de obra autóctone, indígena ou cabocla.”

⁴⁰ RICUPERO, Rodrigo. *A Formação da elite colonial: Brasil c. 1530- c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 208. Nesta obra, o autor tem um capítulo dedicado ao tema da mão de obra indígena. Um estudo para entender a exploração do trabalho indígena, sobretudo em partes do Brasil, como a Bahia que, apesar de uma elevada presença africana, ainda assim utilizou o trabalho indígena em larga escala. Demonstra, portanto, que a importância dos índios ainda era enorme, mesmo em face do aumento da população escrava africana.

⁴¹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 10-56.

⁴² PORRO, Antonio. *Dicionário Etno-histórico da Amazônia colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2007. Disponível em: <http://sites.usp.br/ieb/wpcontent/uploads/sites/127/2016/07/05.-amazonia_colonial.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

se faz necessário para entender o universo indígena. Nisto se justifica fugir um pouco da “dureza” da disciplina econômica, para evitar cair nas mesmas conclusões de outrora: simplificar o processo histórico da Amazônia e o definir como de uma economia periférica e extrativista que não desenvolveu o sistema de *plantation* e que não investiu na compra de escravos em decorrência da pobreza dos colonos, inviabilizando, assim, uma rota constante de tráfico de escravos. Nessa perspectiva, até mesmo fatores climáticos e biológicos da floresta são citados como respostas à impossibilidade do desenvolvimento de grandes lavouras.

Esse corolário citado se apresenta como um inibidor de pesquisa. Afinal de contas, qual a utilidade em estudar a economia de uma região para se chegar a essas conclusões, já longamente defendidas em trabalhos clássicos? Não seria uma retórica teórica se exercitando no vazio? Começamos a resposta reconsiderando a pertinência dessas conclusões, pois partimos do pressuposto de que os índios e os produtos, no que tange à Amazônia colonial, se inserem em um modelo de exploração econômica diferente ao adotado no Estado do Brasil; fato perceptível nas variedades de produtos que eram economicamente explorados, desde os ovos de tartarugas⁴³ ao cacau que era o principal produto de exportação e que fora também utilizado como moeda.⁴⁴ Singularidades locais que a teoria, sem a observação prática, não apreciou adequadamente. Ao lado do trabalho centrado na economia extrativista, encontravam-se estabelecidas as Serrarias Reais, responsáveis pelo fabrico de peças de madeiras de lei tecnicamente elaboradas para a construção naval,⁴⁵ bem como os Pesqueiros Reais,⁴⁶ que eram uma das pedras angulares da ocupação da Amazônia,⁴⁷ pois peixes não só

⁴³ Ver: FIORI, Marlon Marcel. *A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia* [recurso eletrônico] / Marlon Marcel Fiori, Christian Fausto Moraes dos Santos. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 109 p. (Série História; v. 63). Livro fruto de dissertação de Mestrado, o autor apura detalhadamente como era a produção da manteiga da tartaruga extraída a partir dos ovos. “Eles eram amontoados em enormes pilhas e esmagados para a produção de um óleo (a chamada *manteiga dos ovos*), que era largamente utilizado para fins culinários e como combustível para a iluminação pública e residencial.” O óleo também era utilizado para iluminação, taipa e calafetagem de barcos, e também era exportado para Portugal. Portanto, a exploração estava para além da ingestão de proteína animal, sendo amplamente utilizado para o abastecimento energético da Amazônia. Funcionava, portanto, como base da iluminação pública e doméstica e era um artigo comercializado, que gerava impostos à Coroa.

⁴⁴ Quanto ao fato da utilização do cacau enquanto moeda, ver: LIMA, Alam José da Silva. *Do “Dinheiro da Terra” ao “Bom Dinheiro”: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2006. Segundo Alam Lima, o cacau merece destaque especial pelo que representou à economia do Estado do Maranhão, pois tanto se constituiu em objeto de exportação, quanto serviu como “moeda natural”.

⁴⁵ A construção naval será também um item analisado no capítulo três dessa dissertação.

⁴⁶ O Pesqueiro Real era responsável pela produção e distribuição da carga de peixe e fabricação de manteiga de ovos de tartaruga, que era a principal fonte de abastecimento energético do Estado. Cabia ao administrador do Pesqueiro zelar pela produção do combustível.

⁴⁷ Alguns autores questionam o fato de se falar em ocupação da Amazônia, afirmando que o que houve foi um processo de despovoamento. Trabalhos desenvolvidos, sobretudo, por brasilianistas, trazem dados a respeito da

serviam para abastecer à população das vilas como também para abastecer os fortes. Ademais, havia ainda a economia relacionada à criação de gado do Marajó⁴⁸, do Baixo Amazonas e do vale do Rio Branco.⁴⁹ e de Bragança. Os valores estabelecidos nos Contratos de arrematação do Pesqueiro Real e o Contrato do Dízimo do Gado, denotam uma parte dessa economia. O contrato do Pesqueiro Real; exceto os das vilas Madre de Deus, Mazagão e Macapá, e o contrato do Gado do Marajó, de janeiro de 1773 a dezembro de 1775, são respectivamente, 5:650\$000 e 12:830\$000. No entanto, uma das condições do contrato do Pesqueiro Real previa a disposição de sessenta e seis índios e quatro índias para a realização dos trabalhos. O Contrato do Gado previa dezoito índios, os quais os salários de 1.200 réis, seriam pagos pelo contratador.⁵⁰

Desse modo, preferimos nos lançar na busca do conhecimento do passado colonial amazônico do que nos deixar levar por um paradigma de uma visão generalizante imposta (como, por exemplo, a visão que toma a economia da Amazônia como periférica). Concorde com Rafael Chambouleyron,⁵¹ periferia não é um termo adequado para entender a experiência amazônica, uma vez que remete a algum tipo de dependência, seja ela econômica, administrativa, política ou religiosa. O autor considera equivocado identificar a Amazônia colonial como área de periferia, atribuindo esse entendimento a uma historiografia que interpretou a experiência portuguesa na Amazônia a partir de sua atuação no Atlântico Sul e na região açucareira – considerada modelar –, cobrando, assim, o que lhe faltava em relação a

demografia histórica, tais como quantidade da população indígena à época da conquista e sua redução. Um dos fatores relevantes apresentados por essas pesquisas são as sucessivas retificações aos tradicionais estudos que concebiam a Amazônia como uma região que apresentava uma das mais baixas densidades demográficas. Podemos citar, entre esses estudiosos, BORAH, WOODROW. *The historical demography of Aboriginal and Colonial America: na attempt at perspective*. UW Press, Madison. 1976; DENEVAN, William M. La poblacion aborigen de la Amazonia, em 1492. In: *Amazonia Peruana*. Vol. III. Nº 5. Lima. 1980; HEMMING, John. Ouro Vermelho. A Conquista dos Índios Brasileiros. São Paulo: EDUSP, 2007.

⁴⁸ Ver: FERREIRA, Alexandre R. Notícia Histórica da Ilha Grande de Joanes ou Marajó. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (Orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Rio de Janeiro: Kapa Ed., 2007. “Ajuntando às sobreditas fazendas as outras mais dos particulares, que todas montam acima de cento e tantas, fica sendo infinita a soma de cabeças de gado vacum e cavalar que deve produzir a ilha.”

⁴⁹ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994, p. 48-50.

⁵⁰ OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relações das condições e dos preços de todos os contratos reais arrematados na capitania do Pará, à exceção dos das vilas Vistosa da Madre de Deus, Nova Mazagão e [São José do] Macapá. Pará, 7 de abril de 1773. AHU. Cx. 70, D. 5990. (Avulsos PA).

⁵¹ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açai, 2010. Ver também: CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia Colonial e as Ilhas Atlânticas. *Revista Canoa do Tempo* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, v. 2 - n.1, p. 187-204, jan./dez. 2008.

esse modelo. Nessa perspectiva, a utilização da teoria sem a observação da prática pode ocasionar a estagnação do conhecimento.

José Jobson de Andrade Arruda, nos exorta quanto esta situação:

“É preciso cuidar, portanto, para que os princípios teóricos não sejam tomados como verdade absolutas, imutáveis, infensas à comprovação empírica, pois, do contrário, a teoria resvala para a ideologia. O segredo está no estabelecimento de liames entre precisão empírica e generalização, na justa dosagem.”⁵²

Consideramos o Grão-Pará um Estado à parte do Estado do Brasil colonial,⁵³ ressaltando as devidas semelhanças na condição de colônia. Tal qual Luiz Felipe de Alencastro, ao enfatizar a voz de Antonio Vieira, afirma que a alma do Brasil estava na África⁵⁴, afirmamos que a alma do Grão-Pará estava no próprio Grão-Pará. Era o índio. Se o Brasil vivia e se sustentava de Angola, o Grão-Pará vivia e se sustentava de seus próprios frutos: as drogas do sertão. Pois, no Grão-Pará a mão de obra indígena não foi reabilitada na segunda metade do século XVIII para complementar a do escravo africano, mas aconteceu o inverso, apesar de o mesmo Vieira defender a introdução de escravos de Angola desde o século XVII⁵⁵. Assim nos relata João Lúcio de Azevedo, a respeito dessa iniciativa de introdução de africanos:

“Nas juntas de 1680, onde a influência pessoal de Vieira arrastava as opiniões, fora adotado, como se viu, o alvitre da introdução de africanos. Satisfaziam-se com isso as queixas do povo, e ficavam os indígenas no gozo da liberdade. Infelizmente a prática não deu o resultado pressuposto: nem os colonos se acharam contentes, nem o negócio trouxe lucros à Fazenda Real.”⁵⁶

Ainda a respeito da introdução dos africanos, a documentação nos levar a deduzir que fazia parte de uma outra faceta, o controle da mão de obra indígena. Percebe-se que os moradores alegavam que não tinham trabalhadores para atuarem em suas roças, pois a distribuição dos índios para o trabalho estava sendo prejudicada pelos missionários. Acreditamos ter sido a partir daí que começou o discurso de vitimização ou miséria dos

⁵² ARRUDA, José Jobson de Andrade. Op. cit., 2014, p. 20.

⁵³ Vide nota de rodapé nº 2.

⁵⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Op. cit. 2000, p. 232.

⁵⁵ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. cit., 1999, p.75, e 116.

⁵⁶ Ibidem, p. 116.

moradores e do prejuízo do comércio⁵⁷. Logo, requerer trabalhadores africanos estava relacionado com o fato de que os religiosos eram os que mais logravam êxito em seus negócios, por terem o controle da mão de obra indígena. Nesse sentido, o discurso da decadência estava ligado a uma consciência dos moradores ao “exclusivo jesuítico”⁵⁸, uma vez que tais moradores ao questionar o sistema montado pelos missionários, pensavam que poderiam lograr iguais lucros a partir do momento que obtivessem o controle dos indígenas. Nesse ínterim, dizer que o rei estava tendo prejuízo era uma tentativa de pressionar a Coroa a destituir o poder jesuítico na colônia. Quando os jesuítas saíram de cena, o controle da mão de obra passou a ser dos agentes administrativos da Coroa.

Nestes termos, a nossa intenção, ao estudar a história indígena, é de valorizar o índio, mas uma valorização por vias econômicas, haja vista que já existem inúmeros trabalhos voltados para o estudo da resistência indígena. Não obstante, muitos desses estudos pouco mencionaram as represálias a essas resistências, mas se limitam aos ganhos, benefícios e vantagens que alguns índios tiveram. Embora essas obras citadas não neguem as ações sanguinolentas e cruéis a que esses índios estavam expostos, muitas vezes, no afã de dar ênfase as resistências indígenas, acabam negligenciando, em certo sentido, os ganhos do reino.

Dessa forma, nossa pesquisa buscou trabalhar com conceitos da Antropologia e também da Sociologia⁵⁹, juntamente com as concepções de História Econômica. Ou seja, buscou-se fazer análise do material empírico, livre de determinismos econômicos, mas também sem os enlevos culturalistas. Assim, esperamos contribuir, da melhor maneira possível, com o conhecimento histórico relacionado à participação do trabalho indígena dentro do Sistema Colonial produtivo da segunda metade do século XVIII.⁶⁰ Sistema que não se resume a tributações sobre a colônia. Mas que se caracteriza por uma relação econômica baseada no exclusivo comercial, que procura a produção de excedentes para favorecer a metrópole.

⁵⁷ Ver. NEVES Neto, Raimundo Moreira das. *“Em aumento de minha fazenda e do bem desses vassalos”: a coroa, a fazenda real e os contratadores na Amazônia colonial (séculos xvii e xviii)*. Tese (Doutorado em História) – UFPA, Belém, 2017, p. 37-38.

⁵⁸ O termo “exclusivo jesuítico” é uma comparação semântica com o conceito de exclusivo colonial, no sentido de que os jesuítas eram economicamente mais fortes por terem os trabalhadores indígenas sob seu comando.

⁵⁹ Cf. WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, vol.1, 1994. (P. II, cap. IV, “Relações comunitárias étnicas”, p. 269-277).

⁶⁰ O conceito de Sistema Colonial aqui utilizado está em acordo com o que foi elaborado por Fernando Novais. O sistema foi se conformando a partir de uma série de mecanismos, inclusive legais, que proporcionaram que uma área territorial (colônia) fosse explorada por outra (metrópole).

Cabe lembrar que quando contextualizamos a pesquisa ao período pombalino, não há qualquer pretensão de separá-lo das continuidades históricas. Jorge Borges de Macedo faz um alerta aos historiadores para que se evite impor rupturas absolutas à realidade histórica. Nos três prefácios e, sobretudo, no primeiro capítulo do livro *A Situação econômica no Tempo de Pombal*, cujo título é “O Marques de Pombal e os historiadores”, Borges de Macedo afirma que a época chamada pombalina não é uma quebra e sim uma continuação a processos que o precederam.⁶¹ Diferente posição tem Francisco Falcon que entende que a época pombalina solda-se não com aquilo que o antecede, mas com o seu devir.⁶² O entendimento que aqui se aceita é de continuidade, tanto na precedência como na subsequência. Portanto, considero no que diz respeito à Amazônia, que a metrópole visou à sua integração a rede comercial transatlântica um pouco antes do governo de D. José⁶³. Porém, com Pombal, ocorreu uma política de aproveitamento mais sofisticada, colocando de fato a colônia à serviço da metrópole.⁶⁴ Em certa medida, esse aproveitamento mais sofisticado da colônia está relacionado com a tese do chamado “Novo Padrão de Colonização”⁶⁵ de José Jobson de Andrade Arruda. Essa tese aponta para a existência de um processo de intensificação e diversificação da produção de gêneros manufaturados pela metrópole provenientes da matéria-prima da colônia, favorecendo, assim, o desenvolvimento manufatureiro de Portugal.

⁶¹ MACEDO, Jorge Borges de. Op. cit., 1989, p. 46.

⁶² FALCON, Francisco José Calazans. Op. cit., 1982, p. 225.

⁶³ Encontramos também uma organizada tentativa de integração da Amazônia nas rotas do comércio transoceânico na regência de dom Pedro II, com a criação da Lei de Liberdade dos Índios de 1680, com a criação de um exclusivo comercial, o chamado “estanco”, em 1682, e com infrutíferas tentativas de abastecer o Maranhão e Grão-Pará com a mão de obra de negros escravizados. Tal empreendimento sofreu grande resistência dos colonos. Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Duplicados clamores”. Queixas e rebeliões na Amazônia Colonial (século XVIII). *Projeto História*, São Paulo, n. 33, p. 164-178, 2006.

⁶⁴ Note-se que o governo de D. José I, através de Pombal, estava historicamente ligado ao Iluminismo e aos pensamentos econômicos em voga, presente nos *Escritos Econômicos de Londres*, datado de 1742, e na *Enciclopédia*, de 1754. Ambos coadunavam com muitas máximas, a saber: a de que a colônia existe em favor da metrópole; os maiores lucros são aqueles que provêm das relações metrópole-colônia; a balança do comércio faz a do poder, bem parecido com a ideia de que a riqueza da nação é a balança do comércio. Cf. Sebastião José de Carvalho e Melo [Marquês de Pombal]. *Escritos Econômicos de Londres – 1741- 1742*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, p. 36- 43 extratos. Ver também: Enciclopédia de Diderot e D’Alembert [verbete colônia] “Essas colônias não tendo sido estabelecidas senão para a utilidade da metrópole, segue-se: 1º que elas devem estar sob sua imediata dependência, e consequentemente sob sua proteção; 2º que seu comércio deve ser exclusivo dos seus fundadores. Semelhante colônia preenche melhor seu objetivo à medida que aumenta o produto das terras da metrópole, que cria condições para a subsistência de um grande número de homens e que contribui para o lucro de seu comércio com as outras nações.”

⁶⁵ ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 66-78, 2000. Sobre o industrialismo português e o comércio colonial, conferir também: MOREIRA, António José da Silva. *Desenvolvimento Industrial e Atraso Tecnológico em Portugal na Segunda Metade do Século XVIII*. In: Maria Helena Carvalho dos Santos (org.). *Pombal Revisitado*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 2, 1984, p. 11-57.

Contudo, a diversificação da produção colonial do Grão-Pará provinha desde antes de Pombal, bastando ver os mapas de exportação anteriores para constatar essa afirmação, ainda que essa produção não tivesse concorrido para o desenvolvimento das manufaturas portuguesas. Isso reafirma nossa ideia de que houve, em vários aspectos, continuidades entre um período e outro. Com efeito, não é por outra razão que menciono o fato de que, em meados do século XVII, Duarte Ribeiro de Macedo, homem letrado e influente do Reino, insistiu na importância de cultivar e desenvolver diversos produtos na Amazônia.⁶⁶ Porém, foi a partir do período pombalino que essa integração se tornou potencialmente vigorosa nos aspectos econômico e sociais.

Dessa forma, a colonização do Grão-Pará, por motivos variados, recebeu especial atenção do governo Josefino para que o mesmo não ficasse em descompasso em relação às demais nações europeias⁶⁷. Um fator preponderante foi a própria necessidade de definição dos limites das possessões ultramarinas. Diante dessas situações, Portugal atentou-se para suas colônias com o intuito de fortalecer os vínculos e fomentar o comércio colonial – com intento de compensar as perdas e recuperar o Reino. O Grão-Pará, como espaço colonial português, foi alvo dessas políticas metropolitanas de D. José, que nomeou como governador e principal executor de suas ordens no local o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do principal ministro do Reino Sebastião José de Carvalho e Melo.

Destarte, para alcançar êxito nos resultados dessa pesquisa, é fundamental que atentemos para as continuidades históricas, haja vista que para falarmos de trabalho indígena no Grão-Pará temos que saber o que foi o Regimento das Missões, o Diretório dos índios, o conflito com os jesuítas, o problema da liberdade indígena, a demarcação das fronteiras, a criação das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, perpassando, assim, pelo século jesuítico até o período ilustrado.

⁶⁶ DUARTE, Ribeiro de Macedo, *Discurso sobre os generos p.a o comercio que há no Maranhão e Pará*, 1653. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo ANTT*, Manuscritos do Brasil, n. 108. Ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. Cacao, Bark-clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. *Luso-Brazilian Review*, vol. 51, n. 1, p. 1-35, 2014.

⁶⁷ A respeito da decadência de Portugal e outras discussões correlatas ver: AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit., 1922, p. 76-140; MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 21-53. A respeito das velhas e novas discussões do tema, ver: COXITO, A. *Para a História do Cartesiano e do Anticartesiano na filosofia portuguesa (sécs. XVII-XVIII)*. *Cultura*, Instituto Nacional de Investigação Científica; Universidade Nova de Lisboa, vol. 6, p. 23-38, 1987; MACEDO, Jorge Borges de. Estrangeirados: um conceito a rever. *Bracara Augusta - Revista cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXVIII, n. 65-66 (77-78), p. 179-202, 1974; MENZ, Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). *Varia História*, vol. 29, n. 49, p. 35-54, 2013; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. 'Estrangeirados'. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo: USP, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul, 1990/1991; SÉRGIO, António. O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal In: SÉRGIO, António. *Ensaio*. 8 tomos. Lisboa: Sá da Costa, 1971-1975, tomo 2, p. 25-61.

1.2 Legislação Indigenista: A questão da Liberdade Indígena

Das múltiplas leis que compuseram o ordenamento jurídico indigenista no período colonial, dois textos jurídicos se destacam: o Regimento das Missões e o Diretório dos Índios. O Regimento das Missões (1686) foi um desses mecanismos implementados para regular o uso da mão de obra indígena tão disputada entre colonos, autoridades coloniais e missionários. O Diretório dos Índios (1757) deu um novo reordenamento à utilização da mão de obra, elidindo o poder temporal que os religiosos exerciam sobre os indígenas. Grosso modo, ambas as leis versavam ora a respeito da escravidão ora a respeito da liberdade do índio e tinham como foco mediar os conflitos em torno da mão de obra, determinando com quem ficaria esse controle.

Antes de adentrarmos na análise comparativa dessas duas principais leis indigenistas, cabe algumas considerações a respeito de alguns termos utilizados na época colonial. Segundo João Lúcio de Azevedo, o índio era um elemento indispensável à vida econômica da colônia e este era obtido através de três meios legais: os cativeiros, os resgates e os descimentos.⁶⁸

Isto posto, iniciemos nossas ponderações pela acepção de *aldeia*, denominação dada ao agrupamento de índios reunidos e alocados em determinado espaço por oficiais da Coroa ou missionários. Por seu turno, elas se dividiam em três: Aldeias do Serviço das Ordens Religiosas ou Aldeia do Colégio, Aldeias de Administração ou do Serviço Real e Aldeias de Repartição. As Aldeias do Serviço das Ordens Religiosas ou do Colégio, cujo próprio nome sugere, ficavam sob o controle dos missionários, como complemento da dotação régia para o sustento dos mesmos. Nas aldeias do Serviço Real, os índios aldeados eram utilizados estritamente para o serviço do Estado. Nas Aldeias de Repartição, um terço da mão de obra indígena era destinada aos moradores. Com o passar dos anos, prevaleceram as seguintes denominações: Aldeias do Colégio, Aldeias do Serviço Real, Aldeias de Repartição e Aldeias ou Missões, estas últimas sendo núcleos autônomos de produção afastados das cidades e vilas, criadas com a finalidade de catequizar os indígenas.⁶⁹

⁶⁸ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. cit., 1999, p.136. Fizemos uso da definição de Azevedo para esses três conceitos: cativo, resgate e descimento. Ver também: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

⁶⁹ ARENZ, Karl Heinz. *De l'Alzette à l'Amazonie: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693)*. Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes, 2010, p. 83-86.

A arregimentação dos índios para os aldeamentos era feita por meio do *descimento*⁷⁰, o qual consistia na transferência de grupos indígenas, através da persuasão sutil do missionário ou da ameaça do comandante, para junto das povoações, onde eram catequizados e “civilizados”, de modo a tornarem-se úteis à Coroa.

As aldeias mais próximas aos centros coloniais, as do Colégio e da Repartição, congregavam os índios livres ou forros que seriam submetidos a jornadas de trabalho compulsório para moradores ou Coroa. Esses distinguiam-se dos índios provenientes dos *resgates*, que eram índios escravizados. O resgate referia-se à compra, pelos portugueses, de escravos ou de prisioneiros de guerra entre as nações indígenas, entre os quais se incluíam os chamados *índios presos a corda*, em alusão à corda que os tupis atavam ao pescoço de seus prisioneiros que seriam submetidos a cerimônias antropofágicas. Os índios resgatados das mãos de seus capturadores deviam a vida a quem os comprasse, convertendo-se, por isso, em escravos enquanto não pagassem o seu preço de compra. O resgate implicava também na compra de escravos ou cativos dos índios, que estavam nessa condição em decorrência das guerras entre grupos. Já a *guerra justa* era, grosso modo, a declaração de guerra mediante decisão feita pela Junta das Missões⁷¹ que determinava pela justeza da guerra que se pretendesse efetuar contra determinado povo indígena. Os índios, ao serem capturados em guerra, eram transformados em escravos pelos portugueses.⁷²

Ao determinar as condições em que o índio seria considerado escravo ou livre, a Legislação indigenista – conjunto de leis, alvarás, provisões e cartas régias – funcionou como um importante mecanismo de controle social dos índios durante o processo de colonização e ocupação portuguesa na Amazônia.

Uma das primeiras leis que organizou as formas de incorporação dos índios à sociedade colonial foi a provisão de 17 de outubro de 1653,⁷³ denominada de provisão sobre a liberdade e cativeiro do gentio, que estabeleceu as cláusulas de guerras justas de modo a determinar quando seria legítimo o cativeiro dos índios. Além disso, permitiu entradas

⁷⁰ Não cabe aqui fazer uma discussão acurada a respeito do conceito de descimento. Para saber mais, ver: BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1689-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 2014.

⁷¹ A Junta das Missões era o conselho local formado pelo representante das Missões, o bispo e oficiais, que deliberava sobre a legitimidade das questões indígenas. A esta Junta se deve a lei dos cativos, cujos efeitos foram promulgados em abril de 1655. Cf. AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit., 1999, p. 61.

⁷² ARENZ, Karl Heinz. Op. Cit., 2010, p. 39-41.

⁷³ Provisão de 17 de outubro de 1653. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 66, 1948, p. 19-21.

(expedições para efetuar descimentos) e proibiu a presença de capitães nas aldeias. Foi nesta provisão que se criou a Junta das Missões.

A lei de 9 de abril de 1655,⁷⁴ conhecida também como lei dos cativeiros, promulgava o cativo perpétuo dos índios tomados em guerra justa, quer feita pelos portugueses, quer feita pelos índios e entre os que fossem encontrados à corda aguardando sacrifício.

Pela provisão de 12 de setembro de 1663,⁷⁵ entregavam-se as aldeias à direção do poder civil, tirando os índios da jurisdição dos religiosos da Companhia de Jesus e das outras ordens religiosas, permitindo entradas e repartições de índios.

A Carta régia de 21 de dezembro de 1686, conhecida como Regimento das Missões,⁷⁶ dava poder temporal e espiritual aos jesuítas e franciscanos sobre as aldeias e missões criadas nos rios e sertões da Amazônia. Este regimento regulamentou a administração das aldeias, proibindo nelas a presença de não índios; ordenava que as aldeias tivessem, pelo menos, cento e cinquenta casais e que povos indígenas de diferentes nações fossem alocadas nas missões separadamente. Esta lei regulamentou também a repartição de índios entre os moradores para realização de trabalho temporário.⁷⁷

Para Karl Arenz, o Regimento das Missões foi fundamental para a continuação dos aldeamentos até a expulsão dos missionários jesuítas em 1759-1760. Segundo este autor, o regimento continuou a servir de referência para a política indigenista na Amazônia para além do século jesuítico. Assim, as linhas mestras do Regimento das Missões encontram-se no Diretório dos Índios, embora em uma forma *laïcisé*. O missionário foi substituído por um diretor civil, o ensino catequético pela introdução dos costumes lusitanos, o *nheengatu* pelo português. O acesso dos colonos às aldeias foi facilitado, mas manteve-se controlado; os casamentos destes com as índias foram sistematicamente encorajados em nome da emancipação dos índios já cristianizados. O papel das chefias indígenas como

⁷⁴ Lei de 9 de abril de 1655. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 66, 1948, p. 25-28

⁷⁵ Provisão de 12 de setembro de 1663. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 66, 1948, p. 29-31.

⁷⁶ Carta régia de 21 de dezembro de 1686 ou Regimento das Missões [Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-12, 1-15] apud LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo IV. Lisboa: Civilização Brasileira, 1938, p. 369-375. Esta Lei encontra-se também em NAUD, Leda Maria Cardoso. *Documentos sobre o índio brasileiro (1500-1822)*. In: Revista de Informação Legislativa, Brasília, 2ª parte, 1971, p. 228-232.

⁷⁷ Uma síntese do Regimento das Missões, denominada por Mathias Kiemen de peças-mestras da legislação, encontra-se em ARENZ, Karl Heinz. Um *modus vivendi* para a Amazônia Portuguesa: João Felipe Bettendorff e o Regimento das Missões. In: *Anais das XIII Jornadas Internacionais Missões Jesuíticas - Fronteiras e identidades: povos indígenas e missões religiosas*. Dourados - MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2010, p. 15 e 16. [edição CD; ISSN 2178-1338].

coadministradores e o sistema de repartição manteve-se em vigor. Apesar da proibição de discriminação aos indígenas aldeados, eles ainda foram classificados como brutos e indecentes, necessitando assim da tutela do poder público.⁷⁸

Com a carta régia de 6 de junho de 1755,⁷⁹ conhecida como Lei de liberdades, retirou-se dos religiosos o governo sobre os índios, passando-o aos civis, fato que permaneceu em segredo até a implementação da Lei de 3 maio de 1757, denominado Diretório dos Índios.⁸⁰ Esse documento reiterou a retirada dos poderes temporal e espiritual dos jesuítas sobre os índios. Em termos gerais, o Diretório concedeu liberdade a todos os índios; favoreceu a entrada do colono nas aldeias; incentivou casamentos mistos; transformou as aldeias em vilas e lugares, aportuguesando os seus nomes, ou seja, substituiu as denominações indígenas das aldeias por nome de cidades importantes do reino; nomeou diretores para as mesmas, proibindo o ensino de línguas indígenas, tornando obrigatória a língua portuguesa.

Luiz Felipe Alencastro afirma que diferentemente das leis indigenistas editadas anteriormente, o Diretório dos Índios se apresenta como:

[...] código coerente articulado em torno de conceitos inovadores e de reflexão global sobre a sociedade, o trabalho, a cultura e o povoamento. Pela primeira vez na administração colonial ocidental, o conceito laico de civilização, ligado ao conceito econômico de trabalho útil substitui o conceito renascentista e religioso de evangelização.⁸¹

Por essa ótica, as propostas de laicização da administração colonial rompem com o Regimento das Missões, porém não se pode pensar que o Diretório fosse de todo inovador. Pois, como bem assinalou Karl Arenz, as linhas metodológicas do Regimento das Missões foram continuadas no Diretório dos Índios. Existe, portanto, elementos de rupturas e continuidades entre essas duas leis.

Percebe-se que a preocupação de quem deveria deter a tutela dos índios sempre foi uma constante no Grão-Pará. Num dado momento, o Regimento das Missões deu poder espiritual e temporal aos religiosos, sobretudo aos jesuítas. Em outro período, o Diretório dos

⁷⁸ Idem; ARENZ, Karl Heinz. Op. Cit., 2010, p. 534.

⁷⁹ LEI de 6 de junho de 1755 In: NAUD, Lêda Maria Cardoso. Op. Cit., p. 256-261.

⁸⁰ DIRECTÓRIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

⁸¹ ALENCASTRO, Luís Felipe. A interação europeia com as sociedades brasileiras entre os séculos XVI e XVIII. In: *O BRASIL nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1992, p. 111-116.

Índios é quem regulava os indígenas. Por outro lado, ambas demonstram a importância do trabalho indígena para o desenvolvimento econômico da colônia.

Escrever sobre a liberdade dos índios no período colonial é também escrever sobre os conflitos travados a respeito do índio, pois este representava a principal força de trabalho na Amazônia. Para tanto, o conhecimento mais perspicaz de *guerra justa*, *resgate* e *descimento* é fundamental para o entendimento do que foi, parafraseando Serafim Leite, o emaranhado campo da liberdade indígena ⁸².

O conceito de *guerra justa* era ao mesmo tempo teológico e jurídico,⁸³ cristalizado no direito de guerra medieval, que tratava de instituir as circunstâncias em que seria lícito aos cristãos fazerem guerra contra outros grupos. A discussão tomou impulso na luta contra os mouros e, no advento da expansão ultramarina ibérica, suscitou entre teólogos e juristas um intenso e controvertido debate de como seria utilizado no Novo Mundo.

A aplicabilidade do conceito de guerra justa se moldou para além das discussões empreendidas entre teólogos e juristas, pois as conjunturas políticas ajudaram no fazer da Lei.⁸⁴ Assim, em 1653, o Estado poderia declarar guerra justa quando os índios impedissem a pregação do evangelho, ameaçassem as vidas, as propriedades dos colonos, estabelecessem alianças com os inimigos da Coroa, impedissem o comércio e a circulação dos colonos, faltassem às obrigações que lhe fossem impostas e praticassem a antropofagia⁸⁵.

A Lei de 9 abril de 1655,⁸⁶ de um lado, diminuía os casos em que a guerra justa ofensiva poderia ser deflagrada, estabelecendo-a como legítima quando os índios impedissem a pregação do evangelho. Por outro lado, de maneira menos significativa, estabelecia que a guerra justa defensiva seria entendida quando os portugueses reconhecessem o estatuto de nação a determinado grupo indígena hostil aos portugueses, haja vista que o ajuntamento de pessoas deveria ser punido pelas leis do reino.

⁸² Sobre a questão da liberdade indígena, Serafim Leite concebe que os jesuítas não eram contra a escravidão. Para o autor, o que eles defendiam era o direito natural da liberdade dos índios, tais como foram declarados nas leis canônicas e civis da época. Ou seja, caberia aos jesuítas levar a catequese aos gentios (índios não cristãos), pois os mesmos tinham alma, logo precisava ser assegurada a sua liberdade. De início, esta seria tutelada pelos jesuítas, com os soldados de Cristo não se intimidando frente os conflitos e revoltas que isso pudesse gerar. LEITE, Serafim. Op. Cit., 1938, p. 43-94.

⁸³ THOMAS, G. *A Política Indigenista dos portugueses no Brasil (1500 -1640)*. São Paulo, Loyola, 1981, 49. Cf. também CUNHA, Manuela Carneiro da. Op. Cit., 1985, p. 63.

⁸⁴ ARENZ, Karl Heinz. Op. Cit., 2010, p. 39-40.

⁸⁵ LEI de 17 de outubro de 1653. *Anais da Biblioteca nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1948, v.66, 1948, p. 19-21.

⁸⁶ LEI de 9 de abril de 1655. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1948, v.66, p. 25-28.

Já a Lei de 28 de abril de 1688,⁸⁷ retomando as diretrizes da de 3 de abril de 1655, estabelecia que a guerra justa defensiva poderia ser acionada no caso de invasão dos índios aos estabelecimentos portugueses ou quando os mesmos impedissem “com mão armada e força de armas” a circulação de missionários e colonos. Enquanto que a guerra justa ofensiva poderia ser deflagrada quando houvesse certeza do perigo de invasão das aldeias por índios considerados inimigos da Coroa.

Como dito anteriormente, por resgate entende-se a compra de índios que já eram cativos de outros índios, ou seja, os que estavam “presos à corda”. Segundo G. Thomas, o conceito de resgate tem sua origem no comércio português na África desde o século XV e, desse modo, ainda nos primeiros anos de exploração da costa brasileira foi exercido no contato com os índios,⁸⁸ consolidando-se enquanto método de obtenção de escravos.

Dessa forma, a guerra justa e os resgates eram os meios de obtenção de mão de obra escrava. Os escravos obtidos por meio desses dois mecanismos deveriam ser avaliados por autoridade competente. Para Nádia Farage, o exame da legitimidade dos cativeiros era, via de regra, uma falácia.⁸⁹ Como argumentos, a autora cita a conivência dos missionários, os falsos testemunhos de membros da tropa e, sobretudo, as ameaças feitas aos índios apresados para que respondessem às perguntas do missionário corretamente, isto é, atribuindo a si mesmo a condição de escravo. Um caso elucidativo sobre a legitimidade dos cativeiros pode ser visto na descrição de Bettendorff:

Eles analisaram a situação e inventam certos indícios, fomentados por outros inimigos, mas que eles atribuíram a estes seus prisioneiros. Assim, os soldados bateram alguns cruelmente com varas até o sangue correr. Já outros que eles consideravam como sendo os responsáveis pelas insídias preparadas contra eles e que confessaram, não sei como, o suposto crime, eles os condenaram a serem traspassados por flechas até morrerem. Os restantes foram reduzidos à escravidão.⁹⁰

A mão de obra indígena livre era composta por índios aldeados pelos missionários. A obtenção desse tipo de mão de obra realizava-se por meio de descimentos. Os índios descidos

⁸⁷ LEI de 28 de abril de 1688. *Anais da Biblioteca nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1948, p. 97-101. Esta Lei encontra-se também em NAUD, Lêda Maria Cardoso. Op. Cit., 1971, p. 234-236.

⁸⁸ THOMAS, G. Op. Cit., 1981, p. 48.

⁸⁹ FARAGE, Nádia. Op. Cit., 1991, p. 28 e 30

⁹⁰ CARTA ânua do Padre João Felipe Bettendorff a João Paulo Oliva de 21 de julho no ano de 1671. *ARSI*, Bras. 9, 259r-267v, fl. 263v., p. 7. Documentação gentilmente cedida por Karl Arenz.

eram denominados índios forros e, nessa condição, tinham direito a salário.⁹¹ João Lúcio de Azevedo assim descreve a condição dos índios aldeados:

Nas aldeias onde viviam sobre os domínios desses religiosos, exercido umas vezes diretamente outras com disfarce, por intermédio dos principais e capitães de sua mesma raça eram os indígenas igualmente forçados ao trabalho: remavam canoas, amanhavam a terra, colhiam produtos do sertão; eram os artífices que erigiam templos e casas, que fabricavam os utensílios de labor e os moveis de uso doméstico.⁹²

Em outro excerto, o mesmo autor diz que “os índios não eram pagos de seus mesquinhos salários nem se davam o tempo de liberdade a que tinham direito”.⁹³

Se a condição do índio livre era análoga, em vários aspectos, ao do índio cativo, cabe questionar se de fato existia a condição de índio livre, ou se apenas fora privilégio de alguns índios; melhor seria pensar em índios livres no sentido de tutelados pelos missionários, pelo menos em tese. Eis o retrato dos indígenas antes do Diretório.

Indubitavelmente, as leis indigenistas refletiam diretamente nas condições de vida e trabalho das populações indígenas. Dessa forma, como se pode perceber, antes do Diretório dos Índios, a mão de obra indígena estava dividida em duas modalidades: escrava e livre. Nesse sentido, para a modalidade da mão de obra indígena escrava, a legislação do período delineava dois tipos de escravização. Assim, os escravos legítimos seriam os índios aprisionados em guerra justa e aqueles obtidos por meio de resgate.⁹⁴

Com o Diretório dos Índios, retirou-se o poder temporal e espiritual que os jesuítas exerciam sobre os indígenas, transformando todos os índios em vassalos do rei, portanto, “livres”, e como tais deveriam prestar obediência e pagar impostos à Coroa portuguesa.⁹⁵ Os índios homens que se recusassem a trabalhar eram presos em grilhões e obrigados a atuar em obras públicas e as mulheres eram colocadas nas cadeias públicas, onde tinham por tarefa fiar algodão.⁹⁶

Dessa forma, se formos considerar os mecanismos e leis implementadas para regular a mão de obra indígena na Amazônia, perceberemos que a liberdade concedida aos indígenas

⁹¹ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit., 1999, p. 137.

⁹² Ibidem, p. 142.

⁹³ Ibidem, p. 139.

⁹⁴ FARAGE, Nádia. Op. Cit., 1991, p. 26.

⁹⁵ Diretório, § 1º- 2º, 27, 59, 73.

⁹⁶ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador do Maranhão. 30 de agosto de 1757. *Anais do Arquivo Público do Pará*, v. 3, p. 1.131-1.132.

tem em sua essência a acepção de tutela – ora por missionários, ora por diretores. Para os jesuítas, o uso da mão de obra indígena pode ser entendido como parte integrante da manutenção do aparelho administrativo e econômico da catequese. Para o colono, o trabalho indígena seria a própria sobrevivência no mundo colonial. Para o índio, por uma lei ou por outra, a condição de tutelado e explorado continuou.

Como esta pesquisa trata do período do Diretório dos Índios, é importante destacarmos as visões historiográficas que esta Lei suscitou no meio acadêmico. A historiografia, segundo Mauro Cezar Coelho, apresenta, pelo menos, três vertentes de interpretação sobre o Diretório dos Índios.⁹⁷ A primeira o concebe como uma política que resultou, primordialmente, na submissão das populações indígenas e, conseqüentemente na dissolução de sua cultura e organização tribal. Como exemplos temos a obra de João Lúcio de Azevedo que o considera uma vaga teoria, “inaplicável na prática”, e desvirtuado na execução, não correspondendo, assim, às expectativas;⁹⁸ e Capistrano de Abreu que caracteriza-o como uma ação nefanda:

O diretório, aprovado pelo rei, vigorou de 1757 a 1798. As misérias provocadas por ele, direta ou indiretamente, são nefandas. Por fim D. Francisco de Sousa Coutinho teve compaixão dos índios e conseguiu a revogação. Chegava tarde a medida salvadora: o mal estava feito.⁹⁹

Moreira Neto é outro autor que concebe os efeitos do Diretório como negativo:

A despeito da eloquência com que são proclamadas as liberdades indígenas na legislação pombalina, seu instrumento mais eficaz, concreto e durável. O Diretório..., é um claro instrumento de intervenção e submissão das comunidades indígenas aos interesses do sistema colonial. Nesse sentido, amplia e completa a obra de desorganização da vida indígena tribal, inaugurado pelas missões.¹⁰⁰

Concernente à segunda linha de interpretação, é perceptível uma compreensão do Diretório dos índios como uma iniciativa que pretendia promover a integração entre os elementos de origem europeia e nativa na Amazônia. Antônio Baena considera o Diretório um gerador de fatos positivo ao dizer que esse instrumento “composto de noventa e cinco

⁹⁷ COELHO, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios: possibilidades de investigação. In: COELHO, Mauro Cezar & QUEIROZ, Jonas Marçal (orgs.). *Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005, p. 54-55.

⁹⁸ AZEVEDO, João Lucio de. Op. Cit., 1999, p. 287.

⁹⁹ ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial-1500-1800*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 164.

¹⁰⁰ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. Cit., 1988, p. 27.

parágrafos todos próprios de quem se via possuído de grandes ideias, e precisamente acomodados ao regime dos Indianos”.¹⁰¹

Arthur Cezar Ferreira Reis é o principal propagador dessa linha. Para ele, o português não era o conquistador, mas sim aquele que promoveu a integração entre brancos e índios, resultando na cultura amazônica.¹⁰² Em uma perspectiva muito semelhante à de Arthur Cezar Reis, Rita Heloísa de Almeida analisa os objetivos últimos dessa lei. Para a autora:

“O Diretório exprime uma visão de mundo, propõe uma transformação social, é o instrumento legal que dirige a execução de um projeto de civilização dos índios articulado ao da colonização. Em suma, um objeto de intervenção amplo, que abrange a pretensão de construir uma nova ordem social.”¹⁰³

Contudo, a autora empreende análises que relativizam o desempenho do Diretório, acentuando seus diferentes índices de fracasso e de sucesso e destacando quais processos da cultura portuguesa do século XVIII facultaram sua formulação.

A terceira linha de investigação busca perceber as relações sociais surgidas com a instituição do Diretório dos Índios. Ela dá conta de como aquele instrumento permitiu a emergência de relações de associações e resistência entre os diversos elementos encontrados na paisagem colonial amazônica. Dentre esses autores podemos citar: Nádia Farage, Mauro Cezar Coelho e José Alves de Souza Junior. Nesses termos, para Farage, a política indigenista pombalina não operou um corte radical com o período que o precedeu. Pelo contrário, o Estado executou uma importante estratégia de submissão política dos povos indígenas, a qual pode ser divisada na legislação até o ano de 1750.¹⁰⁴ Para Mauro Cezar Coelho, o Diretório dos Índios não fora previsto pela política metropolitana, a qual Francisco Xavier de Mendonça Furtado teve a responsabilidade de implementar. Nesse sentido, o autor argumenta que essa legislação despontou em um contexto de conflitos vividos na colônia, envolvendo as ordens religiosas, os colonos e a administração metropolitana, o qual conheceu o máximo recrudescimento ao longo da administração de Mendonça Furtado. Dessa forma, Mauro Cezar Coelho concebe que as motivações e o caráter do Diretório são primordialmente coloniais.¹⁰⁵

¹⁰¹ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 167.

¹⁰² REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no vale Amazônico*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

¹⁰³ ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit., 1997, p. 19.

¹⁰⁴ FARAGE, Nadia. Op. Cit., 1991, p. 41-47.

¹⁰⁵ Coelho, Mauro Cezar. Op. Cit., 2005, p. 37.

E, por fim, para Souza Junior¹⁰⁶, além de concordar com a concepção que o Diretório resultou das demandas da Colônia e não como algo decidido unilateralmente pela metrópole, acrescenta também que “sua implantação resultou das práticas desenvolvidas pelas populações indígenas”, haja vista a necessidade da metrópole em preservar a integridade física dos índios, no sentido de ocupar o território amazônico.

Malgrado João Lúcio de Azevedo ser considerado da primeira vertente historiográfica, ele demonstra que várias contendas e conflitos ocorridos entre ordens religiosas, colonos e agentes da administração metropolitana vieram à tona no início da administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Assim sendo, para Azevedo, as aspirações que os colonos propuseram nas suas petições “serviram de base à reforma pombalina”.¹⁰⁷

Com efeito, essas diferentes abordagens são unânimes em considerar o Diretório dos Índios como uma estratégia inserida em duplo contexto. Isto é, o empreendimento de demarcação dos limites entre as possessões espanhola e portuguesa, em decorrência do Tratado de Madri de 1750, e as considerações a respeito da importância dos religiosos no controle da mão de obra indígena.¹⁰⁸ Nas palavras de Azevedo, “O Diretório vinha a ser, por fim de contas, a continuação do regime anterior, sob a administração de um funcionário secular.”¹⁰⁹ Joaquim Romero Magalhães tem uma perspectiva próxima a de João Lúcio. Para Romero Magalhães, Pombal não tinha um projeto político econômico definido, pois suas preocupações centravam-se na questão militar. Portanto, ações que ocorreram na região, a exemplo da instauração do Diretório dos índios, foram ideias de Mendonça Furtado.¹¹⁰

Por fim, essas são as visões historiográficas do Diretório, visto como um processo civilizador; um sistema jurídico que laicizou a administração dos aldeamentos; um objeto de aceleração do genocídio indígena; um instrumento que introjetou a disciplinarização do tempo e do trabalho do mundo capitalista. O que se depreende de todas essas visões historiográficas é que o Diretório foi peça chave para os empreendimentos metropolitanos: políticos,

¹⁰⁶ SOUZA JUNIOR, José Alves de. O cotidiano das povoações no Diretório. *Revista de Estudos Amazônicos*. Vol. V, nº 1, p.79-106, 2010, p. 80.

¹⁰⁷ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. cit., 1999, p. 237-283.

¹⁰⁸ COELHO, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios: possibilidades de investigação. In: COELHO, Mauro Cezar & QUEIROZ, Jonas Marçal (orgs.). Op. Cit., 2005, p. 56.

¹⁰⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. Op. cit., 1999, p. 285.

¹¹⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião José de Carvalho e Melo e a Economia do Brasil. *Separata da Revista de História Econômica e Social*, n. 8, 2ª série, p. 9-35, 2004. “A transformação ia dar-se com a erecção das villas, e a aplicação do regimen, ideado por Mendonça Furtado sob o título de Directorio.” AZEVEDO, João Lúcio de. Op. cit., 1999, p. 284

econômicos, geográficos, civilizatórios, que, entre uma circunstância e outra, visava promover a restauração do Reino português, com as riquezas da Colônia.

1.3 A mão de obra Indígena no Regime do Diretório

Neste item, trataremos como e em que eram utilizados os índios, durante os quarenta anos de vigência do Diretório. Com este instrumento jurídico, os índios passaram a ser *vassalos* do rei. Em linhas gerais, isso significava que o índio deveria se submeter ao trabalho e pagar impostos à Coroa portuguesa:

“Sendo inúteis todas as providências humanas, quando não são protegidas pelo poderoso braço da Onipotência Divina; para que Deus Nosso Senhor felicite, e abençoe o trabalho dos índios na Cultura de suas terras, será preciso desterrar de todas essas povoações o diabólico abuso de não pagarem Dízimos. [...] Para desterrar pois dos índios este perniciosíssimo, costume, que na realidade se deve reputar por abuso, por ser matéria, que conforme o Direito, não admite prescrição; e para que Deus Nosso Senhor felicite seus trabalhos, e as suas lavouras: serão obrigados daqui por diante a pagar os Dízimos, que consiste na décima parte de todos os frutos, que cultivarem, e de todos os gêneros, que adquirirem, sem exceção alguma.”¹¹¹

Também significava que deveria se adequar ao modo de vida dos portugueses. Isto implicava no fato de que o indígena deveria adotar como idioma oficial a língua portuguesa¹¹²; ter nomes e sobrenomes portugueses¹¹³; construir suas moradias à imitação dos brancos¹¹⁴; usar as mesmas vestimentas que os portugueses¹¹⁵ e, sobretudo, servir ao ideal de trabalho europeu.¹¹⁶ Nesse sentido, o trabalho constituiu o principal meio para transformação do indígena em um elemento útil ao Estado português.¹¹⁷ A forma adotada foi o trabalho assalariado, porém compulsório, haja vista que eram considerados incivilizados e um dos meios pensados para alcançar a civilidade seria através do trabalho.

A categoria trabalho compulsório foi conceituada por Kloosterboer como:

[...] aquele trabalho do qual o trabalhador não pode se retirar se quiser sem correr o risco de punição, e/ou para o qual tenha sido recrutado sem seu consentimento voluntário a isto. Por outro lado, motivo para a disposição deste trabalho deve ser o de obter lucro.¹¹⁸

¹¹¹ Diretório dos índios, §27. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit., 1997. A respeito da arrecadação dos Dízimos, o Diretório apresenta uma sequência de oito parágrafos compreendida entre o § 27 e o § 34.

¹¹² Ibidem, § 6, 7 e 8. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit., 1997

¹¹³ Ibidem, § 11.

¹¹⁴ Ibidem, §12.

¹¹⁵ Ibidem, §15.

¹¹⁶ Ibidem, §16.

¹¹⁷ Coelho, Mauro Cezar. Op. Cit., 2005, p.188.

¹¹⁸ KLOOSTERBOER, W. Apud CARDOSO, Ciro F. S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 111.

Segundo Cecília Maria Brito, a compulsoriedade implica na submissão total ou parcial dos índios. Os indígenas enquanto trabalhadores não podiam retirar-se de seus lugares de trabalho sem correrem o risco de serem castigados, sendo a arregimentação feita sem o seu consentimento, como ato de força do colonizador.¹¹⁹

Existem vários documentos que comprovam a arregimentação de índios do Baixo Amazonas. Essa região ocupava uma posição estratégica no Estado do Grão Pará, sobretudo as vilas de Santarém e Monte Alegre, por controlarem os principais redutos de arregimentação e distribuição de trabalhadores indígenas para os diferentes tipos de trabalhos do Real Serviço¹²⁰, durante toda a vigência do Diretório. Por outro lado, as fontes também revelam os castigos aplicados aos índios quando os mesmos se retiravam do serviço a que eram destinados ou de alguma forma se mostravam subversivos perante o regime de trabalho a eles reservado. Dessa dinâmica, temos o exemplo do índio Antonio, da vila de Monte Alegre que, recentemente chegado de um descimento, andou convencendo os demais índios a abandonarem a vila, fugindo assim dos trabalhos que o Estado os obrigava. O diretor ordenou a prisão imediata do dito índio.¹²¹

Durante o período do Diretório dos Índios, a mão de obra indígena ficava repartida em duas partes. Uma delas se conservava nas povoações para defesa do Estado, bem como para todas as diligências do Real Serviço. A outra parte era distribuída entre os moradores.¹²²

Nas diversas vilas e lugares da Amazônia colonial como, por exemplo, Santarém, Monte Alegre, Alenquer, Outeiro, Óbidos, Faro e Alter do Chão, o índio era utilizado nos mais diversos trabalhos. Na agricultura, na pesca, na caça, no artesanato, na coleta das drogas

¹¹⁹ BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das “corporações”: Trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA – UFPA, 1998, p. 116-117.

¹²⁰ Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao comandante da vila de Santarém e Gurupá em 14/01/1791] - *APEP*, Cód. 466, Doc. 112. “Sendo muito necessário aumentar o número dos índios empregados no Real Serviço, Vm^e. Logo que esta lhe for entregue mandará um Oficial Superior às povoações abaixo declarado, Outeiro, Monte Alegre, Santarém, Alter do chão, Vila Franca, [Almeirim], Vila Boim e Pinhel, escrevendo e remetendo cópia desta aos respectivos Diretores, para que haja cada um de entregar ao dito Oficial, o número de índios que arbitrei, que é indispensável para o Real Serviço.” De acordo com Souza Junior, “os Serviços Reais não implicavam apenas em trabalho nas fábricas e construção de fortalezas, mas em diversas outras atividades, nas quais os índios eram empregados, como, por exemplo, em contratos reais do corte das madeiras, do Pesqueiro, dos dízimos, dos açougues, das galinhas para o Hospital Real de Macapá, com o prático da Barra, como pescadores para destacamentos, militares, diretores, oficiais de povoações e vigários, no serviço de comércio para o Mato Grosso”. SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Op. Cit., 2009, p. 311.

¹²¹ Francisco de Souza Coutinho [Portaria em 14/03/1791] - *APEP*: Cód. 466, Doc. 217A; Ofício de 04-12-1765 do Intendente ao governador, *APEP*, código 64 Apud REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Monte Alegre: aspectos de sua formação histórica*. Belém, 1949, p. 18.

¹²² Diretório dos índios, § 63. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit., 1997.

do sertão, na construção civil,¹²³ os índios eram arregimentados como mão de obra para servir aos moradores e ao Estado em troca de salários. Nesse ínterim, o Diretório tinha como propósito regulamentar a distribuição dos índios, o pagamento e o tempo de serviço.¹²⁴ Além disso, o mesmo tendeu a facilitar a homogeneização cultural, em decorrência da forma como arregimentava e distribuía os trabalhadores.

O depoimento do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, ao percorrer diversas vilas do Estado do Grão-Pará, pode nos mostrar uma das facetas da utilização da mão de obra indígena nessas vilas:

Deste trabalho se vestem a maior parte das índias, não só da Vila de Santarém, mas também as da Vila Franca e Alter do Chão. Um pacará ordinário não custa menos de 1.600, comprado às índias nas Povoações. Na Cidade sobe o seu preço de 3 até 4.000 réis. Um tabuleiro vale 1.200 na Povoação e chega a 2.000 réis na Cidade. Pelo preço de 160 se compra cada chapéu que na Cidade custa 400 réis. Mas esta indústria não é tão proveitosa às índias, como parece. Os Diretores e os Comandantes dentro de 3 ou 4 anos, não só pretendem desempenhar-se, mas segurar o bolo para o resto de suas vidas. A título de empregarem as índias em algum trabalho lucrativo para elas e evitarem a ociosidade, distribuem por elas, e principalmente pelas mestras, diversas encomendas de pacarás, tabuleiros, chapéus, etc., não para as pagarem à razão dos 1.600 e 1.200, que valem, e cujo valor não em dobrar na Cidade, mas para lhes pagarem por dia à razão de 40 réis. Isto não em dinheiro, logo que acabem a obra, mas em panos de algodão, em alguma barganha avariada e avaliada ao seu arbítrio, quando lhes chega na Cidade. Se a índia, que bem percebe a desigualdade do partido, se demora mais tempo do que o consignado pelo Diretor para concluir a obra, é notada de preguiçosa e castigada com palmatoadas... Conjeture-se, pelo que digo, qual é o estímulo que deve ter esta gente para aumentar a sua indústria, vendo ela que todo o seu trabalho cede em proveito dos brancos, e, se não cede, é punida como incúria própria.¹²⁵

Percebe-se no excerto que, em 1786, o salário dessas índias não passava da média de 1200 réis ao mês, haja vista que deveria ser pago a elas uma quantia de 40 réis ao dia. Os pagamentos dos índios eram feitos dentro de um padrão que obedecia aos critérios de sexo e faixa etária. Em 1776, conforme a última regulação, pagava-se mensalmente 1200 reis aos índios (homens adultos), 800 às índias (mulheres adultas) e 600 aos índios e índias não considerados adultos.¹²⁶

¹²³ Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao comandante da vila de Santarém e Gurupá em 14/01/1791] - *APEP*, Cód. 466, Doc. 164.

¹²⁴ Diretório dos Índios, § 67-72. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit., 1997.

¹²⁵ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Sobre as salvas de palhinha pintadas pelas índias da Vila de Santarém, as quais foram remetidas no caixão n.º 3, da primeira remessa do Rio Negro (Barcelos 05/02/1786). In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro e Cuiabá*. Memórias-Antropologia. Departamento de Imprensa Nacional, 1974, p. 47-48.

¹²⁶ João Pereira Caldas [Ofício ao capitão Ignacio Luiz da Fonseca Zuzarte em 21/06/1776] - *APEP*, Cód. 291, Doc. 473.

Não obstante, os poucos salários das índias, os seus artesanatos eram, de certo modo, valorizados, principalmente as cuias¹²⁷ pintadas pelas índias de Monte Alegre. Essas cuias tornaram-se tão famosas que geraram o cognome pátrio de pinta-cuia às pessoas nascidas em Monte Alegre. O frei Caetano Brandão assim comenta:

O navio paquete leva um pacará com algumas cuias dentro, que eu tenho o arrojo de pôr na presença de V. Ex^a não por outro fim, senão p.^a que V. Ex^a veja a graça e delicadeza do trabalho das índias de Monte Alegre e Santarém: advertindo que na pintura das cuias não encontra cor alguma que venha da Europa; são todas de Monte Alegre dispostas com tal artifício, que adquirem uma duração incomparavelmente maior que as de fora. Causa espanto ver uns espíritos rústicos e grosseiros, com gênio tão singular p.^a manufaturas, particularmente pelo que [diz] respeito a imitação: vem, e logo executam que seria [como] se fossem favorecidos dos socorros da arte. Talvez não tivesse tanta inveja [das] muitas peças curiosas da China.¹²⁸

O que se depreende até aqui é uma controvertida situação do mundo do trabalho, ou seja, o produto do trabalho era importante, mas os que o faziam não tomavam parte minimamente equânime dos lucros provenientes do comércio de sua produção.

Reconhecimentos à parte, tanto os moradores quanto o Estado possuíam uma alta demanda pela mão de obra indígena. Atender a ambos era sempre custoso, pois geralmente na arregimentação dos índios havia fugas e mortes. Desde a equipação de canoas para a coleta das drogas do sertão até à organização de uma expedição, a necessidade da mão de obra indígena não era ínfima, pelo contrário, exigia um número notório de índios. Como, por exemplo, para a consecução da expedição ao Mato Grosso, sob a condução do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, foi necessário que se arregimentassem cem índios para conduzir as canoas, dos quais treze eram da vila de Monte Alegre, nove da vila de Santarém, dez de Alter do Chão, nove de Faro, nove de Óbidos, oito de Alenquer, oito de Outeiro e o restante das vilas circunvizinhas.¹²⁹

Também nas equipações das canoas destinadas ao transporte do peixe, da farinha de mandioca, da manteiga de tartaruga, bem como das drogas do sertão, era o índio o elemento fundamental sem o qual a remessa desses produtos não seria viabilizada. O itinerário geralmente era o seguinte: partiam-se das vilas as canoas do Real Serviço levando esses produtos geralmente para a cidade de Belém. Na volta, as mesmas canoas traziam os produtos

¹²⁷ Utensílio para uso doméstico, geralmente servia como recipiente de alimentos.

¹²⁸ Ofício do bispo do Pará D. Frei Caetano da Anunciação Brandão para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro em 15 de janeiro de 1786. *AHU* (avulsos-PA) CX. 95, Doc. 7540.

¹²⁹ Martinho de Souza e Albuquerque [Ofício ao capitão comandante da vila de Santarém em 1/04/1788] -*APEP*, Cód. 445, Doc. 185.

de que necessitavam essas vilas: sal, armas de fogo e demais produtos necessários, conforme petição em carta ao expediente da junta da Real Fazenda.¹³⁰ Diante disto, eram os índios remadores, sob o comando do cabo da esquadra, os trabalhadores incumbidos dessa função. Vários ofícios do governador do Grão-Pará ao comandante do Pesqueiro Real demonstram isso.¹³¹

De acordo com os dados apresentados por Mauro Cezar Coelho, a vila de Santarém cultivava mandioca e extraía copaíba, cravo fino, cravo grosso, estopa do mato, jutaíssica¹³², salsa, além da caça (peixe-boi, tartaruga, jabuti e caranguejo) e manufatura (cerâmica e tecidos). Por seu turno, Monte Alegre cultivava mandioca e cacau; a extração era baseada nos seguintes gêneros, a saber: breu, castanha-do-pará, copaíba, cravo grosso, estopa do mato e salsa. Na caça se destacava o jabuti, peixe-boi, porco do mato (capivara) e tartaruga.¹³³

Conforme se pode perceber, não há menção de pescado nos dados apresentados por Coelho, embora existam diversas fontes que comprovam que o Pesqueiro Real de Santarém enviava amiúde pescado salgado para Belém, bem como para outras vilas e capitanias. Em 1777, o governador João Pereira Caldas ordenava ao administrador do Pesqueiro Real do Tapajós que remetesse toda a quantidade de peixe e manteiga que estava pronta para a capitania do Rio Negro.¹³⁴ Isto sugere que essas vilas produziam outros gêneros além daqueles apresentados nos Mapas da TGCI. Não obstante, os dados são fundamentais para compreensão da diversidade de gêneros produzidos no negócio das drogas do sertão, bem como na agricultura, manufaturas, caças e pescados. Em relação ao argumento que defendo, as ausências de produtos no mapa me avalizam a afirmar que isso, em boa parte, decorre da sazonalidade dos produtos.

¹³⁰ João Pereira Caldas [Ofício ao administrador do Pesqueiro Real do Tapajós em 19/04/1777] - *APEP*, Cód. 306, Doc. 333.

¹³¹ O Pesqueiro Real era responsável pela produção e distribuição da carga de peixe e fabricação de manteiga de ovos de tartaruga que era a principal fonte de abastecimento energético do Estado. Cabia ao administrador do Pesqueiro zelar pela produção do combustível. Em documento de 1777, o governador João Pereira Caldas questionava que os potes de manteiga estavam em uma “pequenez tão estranha, que não constituía a camada, medida da terra”, causando prejuízo ao público e ao Real serviço, e alertou o administrador que cuidasse para que não se introduzisse esse lesivo engano no comércio. *APEP*, Cód. 306, Doc. 270 e 428; João Pereira Caldas [Ofício ao administrador do Pesqueiro Real do Tapajós em 10/07/1777] - *APEP*, Cód. 306, Doc. 427; João Pereira Caldas [Ofício ao administrador do Pesqueiro Real do Tapajós em 19/04/1777] - *APEP*, Cód. 306, Doc. 333; João Pereira Caldas [Ofício ao diretor da vila de Monte Alegre em 15/04/1778] - *APEP*, Cód. 319, Doc. 308.

¹³² Jutaíssica é um vegetal o qual se extraía a fibra para fins têxtil.

¹³³ Esses dados são encontrados na tabela 9 em anexo à tese de Mauro Coelho. Nela também se encontram os dados das demais vilas. Cf. COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit., 2005.

¹³⁴ João Pereira Caldas [Ofício ao administrador do Pesqueiro Real do Tapajós de 10/07/1777] - *APEP*, Cód. 306, Doc. 427.

A busca pela força de trabalho indígena era uma situação constante. Sendo a demanda por trabalhadores indígenas maior que a oferta, as queixas e reclamações a respeito da falta de braços para estes empreendimentos eram comuns. Entretanto, a explicação de que a mão de obra africana era cara para ser aplicada na Amazônia não esclarece a sua introdução tardia. Havia, outrossim, a preferência por índios, e não somente brigas por introdução de escravos africanos.

(...)V. Ex^{ca} (sic) verá o como estão as vilas por onde tenho até aqui andado, e em todas elas se queixam os diretores de falta de índios, e o mais que os amotinam, são as portarias dos moradores, que não sabem como hão demandar as canoas para o Sertão, porém eu digo V. Ex^{ca} (sic) que suposto em algumas partes hajam poucos, contudo seja como for eles sempre aparecem, e como eu vejo que todos os diretores, e vigários tem cada um dois pescadores e um caçador, quando se me queixam digo-lhe, mande estes, e que a canoa de todos os modos há de ir.¹³⁵

O excerto acima nos descreve, além do incentivo à coleta das drogas do sertão, uma outra faceta do trabalho indígena, a de que os diretores e demais autoridades da vila eram alguns dos sujeitos que lucravam com o negócio das drogas do sertão juntamente com a Coroa. Ainda no final do século XVIII, o governador Francisco de Souza Coutinho incentivava os diretores de Outeiro, Monte Alegre, Santarém, Alenquer, Faro, Óbidos, Alter do Chão, Vila Franca, Vila Boim, Pinhel e Aveiro a expedirem o maior número de canoas possível ao comércio do sertão, bem como se empenharem na agricultura e pecuária.¹³⁶ Diante do exposto, defendo a ideia de que a extração das drogas do sertão era uma atividade lucrativa que fazia parte, juntamente com a agricultura, do projeto econômico do Diretório. Primeiramente, porque era uma atividade comercial que rendia lucros. Em segundo lugar, por que a produção de gêneros da floresta já estava consolidada como um ramo dos negócios amazônicos. Para o Diretório o comércio das drogas do sertão era o mais importante e o mais útil do Estado:

Não podendo duvidar-se, que entre os ramos do negócio de que se constitui o comércio deste Estado; nenhum é mais importante, nem mais útil, que o do sertão; o qual não só consiste na extração das próprias drogas, que nele produz a natureza; mas nas feitorias de manteigas de tartaruga, salgas de peixe, óleo de copaíba, azeites de andiroba, e de outros muitos gêneros de que é abundante o país; empregarão os diretores a mais exata vigilância, e incessante cuidado em introduzir, e aumentar o referido comércio nas suas respectivas Povoações. E para que nesta

¹³⁵ João de Amorim Pereira-Diretor Intendente Geral de Santarém [Ofício ao governador Fernando da Costa de Ataíde Teyve em 4/12/1764] - *APEP*, Cód. 139, Doc. 58.

¹³⁶ Francisco de Souza Coutinho [Ofício aos comandantes de Santarém e Gurupá em 14/01/1791] - *APEP*, Cód. 466, Doc. 164.

interessantíssima matéria possam os diretores conduzir-se por uma regra fixa, e invariável, observarão a forma, que lhe vou a prescrever.¹³⁷

A exploração de madeiras e a instalação de serrarias foi bastante lucrativa. Na vila de Monte Alegre, foi implantada uma Serraria Real que manufaturava diversas madeiras, sobretudo o cedro, que era constantemente enviado para a cidade de Belém¹³⁸ e depois para Lisboa, juntamente com outras drogas do sertão, como o breu e a estopa.¹³⁹ Saliente-se que as Serrarias Reais recebiam espécies de madeira que eram tecnicamente trabalhadas e enviadas especificamente para a fabricação de embarcações de grande porte.¹⁴⁰

Concernente à agricultura na Amazônia pode-se asseverar que a mão de obra indígena era empregada principalmente na plantação de mandioca para a fabricação da farinha, haja vista que nas relações enviadas a Fazenda Real constavam geralmente o envio de farinhas em alqueires.¹⁴¹ Isso não significava que outros gêneros não fossem cultivados. Nas vilas e lugares no hinterland da Amazônia, o cacau bravo fora domesticado com o objetivo de atender a demanda econômica do mercado internacional. Era comum os proprietários de fazendas de cacau solicitarem ao governador índios e índias para o cultivo do cacau. O capitão João da Gama da vila de Santarém requereu nove índios para trabalharem na sua fazenda de cacau; o mesmo foi atendido através de uma portaria, que era o documento legal pelo qual se concedia índios.¹⁴²

Já se sabe que sem portarias do governo, não se devem conceder alguns índios, ou índias aos moradores, porque se os diretores obrarem o contrário, serão sujeitos às penas, que para tais contravenções se acham estabelecidas.¹⁴³

¹³⁷ Diretório, § 46. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit., 1997.

¹³⁸ Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao tenente coronel comandante de Santarém em 18/08/1797] - *APEP*, Cód. 544, Doc. 65B.

¹³⁹ No processo de fabricação, manutenção e conserto das embarcações, o breu e a estopa eram produtos essenciais para o calafeto de barcos e botes.

¹⁴⁰ Martinho de Souza e Albuquerque [Ofício ao secretário de Estado, da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro em 12/06/1787]-AHU_ACL_CU_013, CX. 96, D. 7655; Martinho de Souza e Albuquerque [Ofício ao secretário de Estado, da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro em 04/05/1790] - AHU_ACL_CU_013, CX. 99, D. 7893.

¹⁴¹ Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao comandante de Santarém em 27/10/1790] - *APEP*, cod. 466, doc. 83; Pedro José da Costa-Diretor de Monte Alegre [Ofício ao governador Manuel Bernardo de Mello e Castro em 20/04/1759] - *APEP*, Cód. 96, doc. 123; Pedro José da Costa-Diretor de Monte Alegre [Ofício ao governador Manuel Bernardo de Mello e Castro em 10/08/1761] - *APEP*, Cód. 107, doc. 43.

¹⁴² Francisco de Souza Coutinho [portaria em 14/03/1791] - *APEP*. Cód. 466, doc. 217A; Francisco de Souza Coutinho Ofício ao comandante da vila de Santarém em 26/11/1790. *APEP*, Cód. 466, doc. 101.

¹⁴³ João Pereira Caldas [Ofício ao comandante da fortaleza de Santarém e diretor da vila em 10/07/1777] - *APEP*, Cód. 306, doc. 428.

Segundo Rafael Chambouleyron, na década de 1700, havia nove produtores que cultivavam em média sete mil plantas de cacau, revelando o incremento na produção do cacau cultivado. Para o autor, embora não se possa avaliar o impacto dessa produção no comércio da região, em decorrência da ausência de dados estatísticos sistemáticos, é possível perceber como um produto típico da floresta amazônica, inicialmente coletado, se transformou num produto cultivável.¹⁴⁴ E com uma produção mais sistematizada, passou a ser o principal produto na segunda metade do século XVIII. Dessa forma, a plantação de mandioca para a fabricação de farinha, alimento eminentemente indígena assimilado pelos portugueses do Grão-Pará e incentivado pelo Diretório dos Índios, bem como o cultivo do cacau, tornaram-se os principais gêneros agrícolas das vilas do Grão-Pará. Grosso modo, pode-se dizer que o cacau significou para a Amazônia no século XVIII o que o açúcar foi para a América portuguesa nos finais do século XVI e início do XVII (período em que se consolidou como principal fornecedora de açúcar do mercado europeu, assim permanecendo). Segundo Daniel Strum, “o açúcar engendrou a colonização europeia, consolidou a soberania de Portugal sobre seu território em relação a outros pretendentes europeus, levou a morte e ao cativeiro boa parte dos nativos das áreas colonizadas e acarretou a transferência maciça de escravos africanos para servirem na produção e favoreceu o surgimento de uma nova sociedade, colonial e escravocrata”.¹⁴⁵ Por analogia, no Grão-Pará, o cacau aparece como o principal produto da exportação¹⁴⁶ que, juntamente com outros produtos, possibilitaram novas relações de produção e consumo que assentaram os rumos daquela sociedade colonial, evidenciando-se, assim, transformações estruturais na Amazônia¹⁴⁷.

A mão de obra indígena no Grão-Pará fora empregada em uma diversidade de trabalhos; independente do gênero sexual, todos os índios trabalhavam: no âmbito do transporte eram os remadores, no extrativismo eram os coletores que teriam de trabalhar “no maior número de canoas possível ao Comércio do Sertão”,¹⁴⁸ na agricultura os cultivadores que teriam de fazer “grandes roças”, no artesanato eram fiandeiras¹⁴⁹ e cuieiras¹⁵⁰. E ainda

¹⁴⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n. 6, 2006, p. 3-4.

¹⁴⁵ STRUM, Daniel. O Comércio do açúcar – Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630). Rio de Janeiro: Odebrecht, 2012, p. 139.

¹⁴⁶ Ver dados do tópico 2.4 do capítulo 2.

¹⁴⁷ DIAS, Manuel Nunes. Op. Cit, 1961. P. 1-3.

¹⁴⁸ Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao comandante da vila de Santarém e Gurupá em 14/01/1791] -*APEP*, cod. 466, doc. 164.

¹⁴⁹ Índias artesãs de fio de algodão.

empregavam-se “não menos em pecuárias, salgas, e quaisquer outros serviços de utilidade”. Efetivamente, seja na agricultura ou nas atividades ligadas às drogas do sertão, o Diretório, enquanto instrumento regulador da força de trabalho indígena, funcionava como um aparelho legal que legitimava o uso do trabalho compulsório em proveito do Estado.

No meio acadêmico, a maioria das pesquisas sobre mão de obra indígena do período do Diretório dos Índios concentram seus esforços em destacar os índios como sendo utilizado principalmente no extrativismo e, parcamente, em atividades agrícolas e pecuárias. Algumas autoras, como Cecília Maria Chaves Brito e Eliana Ramos, discorreram sobre a mão de obra indígena que não fosse a empregada unicamente na agricultura e na coleta das drogas do sertão.¹⁵¹

O perigo de se evidenciar excessivamente o emprego da mão de obra indígena nesses dois ramos pode levar a uma perda significativa da compreensão ampliada do trabalho indígena. Nas vilas e lugares do Estado do Grão-Pará, os índios eram também arregimentados para trabalhar em obras públicas e particulares. Nas obras públicas, eram os que construíam as praças, as igrejas, os prédios públicos e as fortificações.¹⁵² Neste último, foram os índios largamente empregados.

Para a olaria do capitão Ignácio Luiz da Fonseca não atrasar o trabalho da telha e tijolo, que se precisa para a nova igreja, por falta da muda de determinados índios, agora nesta consta inclusa, faço uma positiva recomendação ao Diretor da Vila de Monte Alegre, para que prontamente contribuía com as pessoas ordenadas ao respectivo serviço.¹⁵³

Aliás, não bastava somente transformá-lo em vassalos do Rei; era necessário também utilizá-los no momento de delimitação do território. Nesse sentido, as obras das fortificações e construção urbana absorveram uma parcela considerável dessa mão de obra. E todo esse processo de distribuição era organizado pelo governador, que tinha especial cuidado para que não faltasse matéria-prima para essas construções.

O Principal de Monte Alegre, entregará à ordem do Diretor da vila de Souzel um índio pedreiro para trabalhar naquela Vila e em uma olaria que se deve fazer, e logo que a dita obra acabar será o dito índio recolhido à sua mencionada Vila.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Índias artesãs na arte de vitrificação em pinturas de cuias.

¹⁵¹ BRITO, Cecília Maria Chaves. Op. Cit., 1998; Cf. também FERREIRA, Eliana Ramos. Estado e administração colonial: a vila de Mazagão. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA – UFPA, 1998.

¹⁵² REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. Cit., 1949, p. 21.

¹⁵³ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor de Monte Alegre em 21/06/1776] - *APEP*, cod. 319, doc. 443.

¹⁵⁴ Martinho de Souza e Albuquerque [Portaria em 22/07/1788] - *APEP*, cod. 445, doc. 275.

O Principal de Faro, entregará à ordem do Diretor de Souzel e a quem esta lhe apresentar um índio oleiro para trabalhar em uma olaria, que ali se deve fazer, e logo que na dita Vila a obra se acabar o mencionado índio será recolhido à sua povoação.¹⁵⁵

Pelas portarias expedidas, percebemos uma preferência pelos trabalhadores do Baixo Amazonas. Entendemos que por ser uma área de numerosa concentração de índios, esta região se tornou um importante polo de arregimentação e distribuição de trabalhadores para os serviços das obras de Macapá, Mazagão, Vila Vistosa, Gurupá, e Vila Franca e, sobretudo, para Mazagão¹⁵⁶. Nas obras particulares, era também a mão de obra utilizada na construção de casas e olarias.¹⁵⁷

Mas, afinal quem eram os índios dessas vilas, arregimentados para trabalhar nessas obras? Essas e outras perguntas serão respondidas no decorrer deste subponto. Vejamos como tudo isso se sucedera.

Nas correspondências oficiais entre governadores e diretores, comandantes e outras autoridades coloniais, podemos perceber as filigranas de como se deu o emprego dessa mão de obra. Os exemplos são muitos. Assim, o governador João Pereira Caldas, em carta de 21 de junho de 1776, comunicava ao capital Ignacio Luiz da Fonseca Zuzarte:

Quanto à muda dos índios e das índias, que por portaria de 6 de setembro do ano passado permitir a Vm^e da vila de Monte Alegre para elaboração da sobre dita fabrica (olaria), já na mesma portaria foi determinado, que se fizesse nas mesmas ocasiões em que se executar a outra dos do Serviço Real; e assim novamente o declaro ao diretor, pela inclusa carta. Os pagamentos devem ser feitos conforme a última regulação; isto é, aos índios a R\$ 1200 por mês, as índias a 800 reis e aos Rapazes a 600 reis.¹⁵⁸

Depreende-se do excerto acima que para a consecução das obras públicas era necessária a execução de outros trabalhos como a construção de olarias que viabilizassem a fabricação de tijolos e telhas. Sem o serviço das olarias, não havia material para a construção das obras públicas. Tanto nas construções das olarias como nas demais obras públicas, eram os índios a mão de obra empregada. Eram eles os construtores dessa empreitada.

A importância de se construir olarias era primordial para o andamento das obras empreendidas pelo Estado. Assim, era comum o governador emitir portaria para que os

¹⁵⁵ Martinho de Souza e Albuquerque [Portaria em 22/07/1788] - *APEP*, cod. 445, doc. 276.

¹⁵⁶ BRITO, Cecilia Maria Chaves. Índios das “corporações”: Trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). Op. Cit., 1998, p. 128.

¹⁵⁷ Martinho de Souza e Albuquerque [Portaria em 22/07/1788] - *APEP*, cod. 445, doc. 276.

¹⁵⁸ João Pereira Caldas [Ofício ao diretor de Monte Alegre em 21/06/1776] - *APEP*, cod. 291, doc. 474; João Pereira Caldas [Ofício ao capitão Ignacio Luiz da Fonseca Zuzarte em 21/06/1776] - *APEP*, cod. 291, doc. 473.

diretores das vilas do Baixo Amazonas enviassem índios pedreiros e carpinteiros para as demais vilas que solicitassem essa mão de obra.¹⁵⁹

Tamanha era a necessidade da construção de olarias que, em 1778, o capitão Ignacio Luiz da Fonseca Zuzarte reclamava ao governador do Grão-Pará sobre a falta de índios pedreiros da vila de Monte Alegre, os quais tinham sido concedidos para a construção de sua olaria. Pois, segundo o capitão, a falta desses índios pedreiros prejudicava o curso das obras, sobretudo porque estava previsto a construção da nova igreja de Mazagão.¹⁶⁰

O governador João Pereira Caldas, tomando consciência do fato e do atraso que isso acarretaria às obras, repetidamente advertiu ao diretor de Monte Alegre para que enviasse os índios pedreiros necessários à empreitada.

Em 1787, o governador Martinho de Souza e Albuquerque ordenava, por meio de portaria, ao diretor de Monte Alegre que enviasse um índio pedreiro para trabalhar em uma obra na vila Franca, ficando o diretor da Vila Franca responsável pela devolução do dito pedreiro a sua povoação de origem.¹⁶¹

O processo de utilização da mão de obra indígena na construção civil engendrou diversas formas de trabalho. Ou seja, uma divisão do trabalho indígena. Por conseguinte, esta especialização consistia na aquisição de domínio técnico¹⁶² dentro dos afazeres de edificação, a saber: pedreiros, carpinteiros, ferreiros, serradores, carregadores e demais trabalhadores.¹⁶³ Das vilas de Monte Alegre, Santarém e Franca foram arregimentados pedreiros, carpinteiros e serradores. Eram os trabalhadores especializados, elementos chaves no Real Serviço das obras públicas, de modo que a sua reputação enquanto profissionais era reconhecida até pelo governador. Este, ao ordenar aos diretores das vilas o envio de índios pedreiros para a vila de Mazagão e Vila Vistosa, os discriminava pelo nome e sobrenome.

Constando-me que na Vila de Monte Alegre se acham quatro índios pedreiros, chamados João Coutinho, João Batista, Antonio David e Matheus da Crus; e lembrando-me que poderão ser necessários nessa Vila para a continuação da obra e ainda da Vila Vistosa, Vm^e mandará apresentar Aquele Diretor esta ordem, para em sua pronta execução, logo ai lhe dirigir os referidos quatro pedreiros, os quais tanto

¹⁵⁹ Martinho de Souza e Albuquerque [portaria em 22/06/1788] - *APEP*, cod. 445, doc. 275.

¹⁶⁰ João Pereira Caldas [Ofício ao capitão Ignacio Luiz da Fonseca Zuzarte em 19/06/1778] - *APEP*, cod. 319, doc. 386; João Pereira Caldas [Ofício ao Ignacio Luiz da Fonseca Zuzarte em 19/08/1778] - *APEP*, cod. 319, doc. 443; João Pereira Caldas [Ofício ao diretor da vila de Monte Alegre em 19/08/1778] - *APEP*, cod. 319, doc. 444.

¹⁶¹ Martinho de Souza e Albuquerque [portaria em 1/12 /1787] - *APEP*, cod. 445, doc. 53.

¹⁶² FERREIRA, Eliana Ramos. Op. Cit., 1998, p. 102.

¹⁶³ Mapa dos *operários* de Mazagão – 18/12/1772 - *APEP*. Cód. 128: 1772 Apud FERREIRA, Eliana Ramos. Op. Cit., p.104.

nesse serviço, como no da Vila Vistosa, se poderão conservar o tempo que preciso for.¹⁶⁴

Indubitavelmente, os índios pedreiros, carpinteiros, serradores, carregadores e ferreiros foram até certo ponto excluídos da história, da historiografia e dos livros escolares.

Com efeito, a igreja de Monte Alegre foi construída por índios. O frei João de São José, ao visitar a vila de Monte Alegre em 1763, descrevera com admiração a igreja desta vila:

Esta vila, que em outro tempo se chamou Gurupatuba, tem a melhor igreja que se encontra nos sertões, com grande asseio e extensão apainelada; a capela mor. de boa pintura, e coberta a igreja de telha, ainda que não forrada em o corpo, bons púlpitos e coro, o altar principal tem boas imagens e um notável sacrário, porém sem sacramento, porque o âmbulo antigo desapareceu quando os religiosos da Piedade retiraram desse sítio, onde tinham hospício capaz de oitos religiosos, e notáveis varandas, principalmente uma que cerca a igreja, obra verdadeiramente magnífica, e tem cento e oitenta e quatro passos de comprimento. Tem mais a igreja dois altares colaterais de pintura nova e muito sofrível; uma de Cristo a padecer, com a cruz às costas; outra de Cristo a julgar com a mesma exaltada.¹⁶⁵

Por conseguinte, a mesma indagação que o “leitor operário” de Brecht tinha a respeito de quem construiu Tebas das sete portas se aplica aqui. Quem eram esses pedreiros, carpinteiros, ferreiros, serradores, carregadores e demais trabalhadores que construíram a igreja descrita pelo frei João de São José? As edificações nas vilas de Mazagão e Vistosa? As fortificações e demais prédios públicos e particulares do Grão-Pará?

(...) a escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atitudes das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro – mas não o único – obstáculo contra o qual as pesquisas históricas do gênero se chocam. Porém, é uma regra que admite exceções.¹⁶⁶

Neste caso, somos agraciados pelas fontes que dão conta de nos responder que a mão de obra utilizada nessas construções era a dos índios, os quais eram arregimentados constantemente de diferentes vilas para desempenhar ofícios que exigiam um determinado conhecimento técnico. Dessa forma, evidencia-se que o trabalho indígena na função de índios pedreiros, carpinteiros, oleiros, serradores (de peças específicas de madeiras de lei para indústria naval) e demais atividades tipicamente técnicas, demonstram mundos de trabalho indígena que não somente o de remador, pescador, agricultor e/ou coletor de drogas do sertão.

¹⁶⁴ João Pereira Caldas [Ofício ao comandante da vila de Mazagão em 02/03/1778] - *APEP*, cod. 319, doc. 262.

¹⁶⁵ São José, Fr. João de. Viagem e visita do sertão em o bispado do Grão-Pará em 1762 e 1763. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. IX, 1869, p. 342-343.

¹⁶⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 11.

Sem embargo, ao usarmos a categoria índio para adultos, crianças, homens e mulheres, é importante destacar que, no caso das mulheres indígenas, elas faziam diversos trabalhos tal qual os homens indígenas, porém recebiam salários menores.

As índias que fizerem os serviços pesados de roças, fazer farinhas, e em amas de leite vençam também oitocentos réis por mês. Que as outras índias empregadas em serviços domésticos, e leves, vençam a seiscentos reis por mês [...] que as índias raparigas, até a idade de doze anos, vençam a quatrocentos reis por mês.¹⁶⁷

O Bando¹⁶⁸ do governador João Pereira Caldas, ao estipular os vencimentos das índias adultas e crianças, deixa claro que as índias faziam trabalhos que vão para além de artesanatos e serviços domésticos. Este documento, em cruzamento com um outro anterior, evidencia que para o mesmo tipo de trabalho os salários eram diferentes. Vejamos um exemplo em que índios e índias foram cedidos para trabalharem na construção de uma mesma fábrica e, no entanto, o governador esclarece o vencimento: “os pagamentos devem ser feitos como conforme a última regulação, isto é, aos índios à 1200 réis por mês, às índias à 800 réis por mês e aos rapazes a 600 réis”¹⁶⁹.

Este outro documento demonstra que índias que estavam disponibilizadas para o trabalho das lavouras poderiam, em qualquer circunstância, serem utilizadas para trabalhos na construção civil.

Para se entijucarem as casas desses moradores, se poderão aplicar todas as cinquenta índias, ou parte delas, que ultimamente concedi para os serviços da lavouras dos mesmos; isto como no ano passado se praticou, ou intercaladamente quando ao dito fim das lavouras, se fizerem menos precisas.¹⁷⁰

O salário já era baixíssimo, e muitas vezes só eram recebidos após a execução do serviço, ou seja, em tese o vencimento era mensal, porém o recebimento poderia levar até três meses. É o que se depreende da documentação em que o governador expede portaria cedendo quatro índios e quatro índias para trabalharem na capinação de cacoais¹⁷¹. O comandante de Santarém tinha ordens para obrigar o Procurador dos índios a entregar os mesmos nas suas

¹⁶⁷ BANDO dado pelo governador João Pereira Caldas, em trinta de maio de 1773. Anexo ao OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 29 de julho de 1773. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 71, Doc. 6032.

¹⁶⁸ Bando era um anúncio público no qual constavam as diretrizes a serem seguidas pelos colonos juntamente com as ordens estabelecidas pelas autoridades coloniais.

¹⁶⁹ João Pereira Caldas [Ofício ao comandante da vila de Mazagão em 21/06/1776] - *APEP*, cod. 291, doc. 473.

¹⁷⁰ João Pereira Caldas [Ofício ao comandante da vila de Mazagão em 14/05/1777] - *APEP*, cod. 306, doc. 370.

¹⁷¹ Trabalhos desenvolvidos na lavoura de cacau.

respectivas povoações e, ao final do tempo declarado, se faria o pagamento correspondente ao tempo de serviço dos índios (cuja portaria informa ser de três meses). Dessa forma, o dinheiro ficava depositado aos cuidados do Procurador.¹⁷²

Em um despacho entre o governador Francisco de Sousa Coutinho e a Rainha D. Maria, inserido numa documentação extensa em que se trata de diversos assuntos a respeito dos vencimentos dos índios, informava D. Francisco:

Sem os índios seria impossível o maneiio dos Contratos Reais, e das Câmeras nas presentes circunstâncias, e estas só podem mudar quando o jornal do índio for equivalente ao do escravo para o que parece precisar grande abundância de escravos, e promover-se a civilização nos índios, afim de que se rebaixe o jornal daqueles, e acresça os deste. Estipulou-se a mil e duzentos reis por mês o mais subido jornal dos índios, mas tem vindo muitos pedir-me Licença para servir a vários Moradores por se terem ajustado com eles a tostão por dia, e certo que a maior parte dos que pedem estas licenças são aqueles que por andarem dispersos de huns para outros Moradores, sabem já promover a sua utilidade, e as tenho facultado, persuadindo-me que aquele jornal foi estipulado para evitar as fraudes, que se houvessem de cometer mas não para sufocar a indústria dos índios, e pela mesma razão me parece que se deverá levantar aquele estipulado preço ao de dois mil e quatrocentos reais aos índios empregados nos Serviços Reais ou dos Contratos, e ás índias a mil e duzentos réis por mês, não se lhes tolhendo a liberdade de se ajustarem por quaisquer outros preços¹⁷³

Esse documento, escrito cerca de dezoito anos após o Bando do governador João Pereira Caldas, informa que, oficialmente, o maior salário dos índios permanecia em 1.200 réis, pagos aos homens. Ou seja, em quase duas décadas os salários permaneciam os mesmos. Apesar de sugerir um aumento no valor mensal de 2.400 réis para os homens e de 1.200 réis para as mulheres, o que fica é a demonstração de que a remuneração destinada ao pagamento dos índios pode ser mais um indício da exploração desmedida a que eram submetidos. Outro dado interessante é o fato de o documento ser de 1791 e o governador, ainda questiona a ausência de escravos.

Essas condições de trabalho, ao qual os índios estavam sujeitos, provocavam fugas e deserções. Não é difícil encontrar, por parte dos agentes coloniais, reclamações quanto a execução do trabalho indígena. Contudo, isso não quer dizer que os índios trabalhavam até o ponto que queriam. Essa visão é a dos colonos. Tomemos, por exemplo, o que diz Francisco Rodrigues José Barata, quando de sua viagem do Pará para a colônia holandesa do Suriname.

¹⁷² Francisco de Souza Coutinho [Portaria 14/03/1791] - *APEP*, cod. 466, doc. 217-A.

¹⁷³ CARTA do [governador e capitão general do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para a rainha [D. Maria I], sobre as causas da decadência da aldeia de Colares, bem como das outras aldeias de índios daquela capitania. Pará, 22 de março de 1791. Anexo: ofícios, balanços, certidões, atestações, relações e ordem (traslado). *AHU* (avulsos-PA), Cx. 100, Doc. 7963.

Segundo ele, os índios não o acompanhavam com gosto, e fugiam quando e ao tempo quisessem.¹⁷⁴ Para os índios, certamente, era difícil viver em tais situações. Algumas vezes trabalhavam com ferros e longe de suas mulheres.¹⁷⁵ Vejamos alguns casos significativos para a análise das condições dos índios.

Em 1759, dois anos depois da criação do Diretório dos Índios, o diretor da vila Monte Alegre, Pedro Jozé da Costa, comunicara ao governador do Grão Pará que em uma expedição do negócio do sertão os índios mataram o cabo da canoa. A atitude do diretor foi protelar a devassa para que os índios concluíssem a expedição, pois na idiossincrasia do diretor, os índios fugiriam caso ele intentasse imediatamente a apuração do crime.¹⁷⁶

Em 1765, nesta mesma vila, um índio de nome Antonio, recentemente chegado de um descimento, fora acusado de andar convencendo outros índios a abandonarem a vila, desertando do trabalho. Neste gesto do índio Antonio, podemos perceber uma atitude clara de resistência que contrapunha a ordem colonial portuguesa. A resposta do diretor a esse ato subversivo foi a prisão imediata do dito índio, tentando evitar, assim, uma possível debandada dos demais índios.¹⁷⁷

Na Serraria Real, localizada na vila de Monte Alegre, os índios que trabalhavam nela se queixaram da falta de pagamentos e ameaçaram abandonar seus postos de trabalho. A atitude desses índios certamente acarretaria grande prejuízo ao erário público. O fato chegara ao conhecimento do governador, o qual ordenou ao diretor da dita vila que imediatamente providenciasse os pagamentos a fim de evitar uma possível revolta.¹⁷⁸

Na vila de Santarém houve deserção em massa de índios remeiros, provavelmente porque as irregularidades da distribuição dos índios era mais um dos motivos para que eles desertassem do trabalho.¹⁷⁹

¹⁷⁴ BARATA, Francisco Rodrigues José. *Diário da Viagem que fez a colônia de Surinam o porta bandeira da setima companhia do Regimento da Cidade do Pará, pelos sertões e rios d"este Estado, em diligência do Real Serviço*. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - RIHGB. Tomo 8, 1846, p. 1-53.

¹⁷⁵ OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, datado de 6 de junho de 1773. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 71, D. 6024.

¹⁷⁶ Pedro Jozé da Costa, diretor de Monte Alegre [Ofício ao governador do Grão-Pará em 20/04/1769] - *APEP*, cod. 95, doc. 123.

¹⁷⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Op. Cit., 1949, pp. 18-19

¹⁷⁸ Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao diretor de Monte Alegre em 15/11/1797] - *APEP*, cod. 544, doc. 169.

¹⁷⁹ João Pereira Caldas [Ofício ao comandante da fortaleza de Santarém e diretor da vila em 10/07/1777.] - *APEP*, cod. 306, doc. 428

O Principal da vila de Monte Alegre solicitou ao diretor intendente geral de Santarém, João de Amorim Pereira, a concessão do índio Feliciano da vila de Alter do Chão para que o mesmo servisse de língua em um descimento que se desejava realizar no rio *Coroá*. A expedição não obteve êxito, pois os índios resistiram ao descimento, isso já pela segunda tentativa de descê-los até a vila de Monte Alegre.¹⁸⁰

No ano de 1780, o governador ordenou aos diretores de Monte Alegre, Alenquer e Outeiro que remetessem os índios que haviam fugido do Real Serviço, bem como os que estavam fazendo desordens para a vila de Macapá, em castigo pela fuga e deserção de seus postos de trabalho.¹⁸¹

Em 1788, o governador Martinho de Souza e Albuquerque recebeu a informação, por meio dos Cabos das Canoas, que os índios das vilas de Santarém e Monte Alegre eram os que mais fugiam, sobretudo quando iam a qualquer diligência do Serviço da Ribeira ou das equipações das canoas que transportavam gêneros.¹⁸² Uma possível causa para essas fugas pode ser o fato dos mesmos serem requisitados constantemente para prestarem seus serviços em diferentes lugares da colônia, fato este que talvez não fosse bem aceito pelos mesmos índios. Haja vista que esses deslocamentos eram compulsórios.

Mesmo os índios que gozavam de certas regalias também se insurgiam contra o Estado. Na vila de Santarém, um índio Principal fugiu, deixando para trás uma grande plantação de farinha.¹⁸³ Não obstante, o Principal ter usufruído de determinadas prerrogativas na sociedade colonial, o que é fato,¹⁸⁴ não podemos entender essas relações como simétricas, mas sim, nas palavras de Roberto Cardoso de Oliveira, de “caráter conflituoso das relações interétnicas, moldadas por uma estrutura de sujeição-dominação” – a essa relação, o autor denominou fricção.

(...) Significa que as unidades das etnias em contato – especificamente “índios” e “brancos” – guardam relações de contradição no sentido de que a própria existência de uma unidade nega a existência de outra, por inconciliáveis que são suas posições no interior do sistema interétnico.¹⁸⁵

¹⁸⁰ João de Amorim Pereira, diretor intendente geral de Santarém [Ofício ao governador Fernando da Costa de Atayde Teyve em 04/12/1764] - *APEP*, cod. 139, doc. 58.

¹⁸¹ Jozé de Napoles Tello de Menezes [Ofício aos diretores de Monte Alegre, Alenquer e Outeiro em 22/12/1780] - *APEP*, cod. 356, doc. 166.

¹⁸² Martinho de Souza e Albuquerque [Portaria em 23/07/1788] - *APEP*, cod. 445, doc. 280.

¹⁸³ Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao diretor de Monte Alegre em 15/11/1797] - *APEP*, cod. 544, doc. 169.

¹⁸⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Op. Cit., 2010, p. 119. Cf. também DOMINGUES, Ângela. Op. Cit., 2000.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Os processos de articulação étnica. In: *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976, p. 56-57.

A partir dessa perspectiva, podemos perceber que ainda que determinados índios gozassem de alguns privilégios, mesmo assim ele estaria propenso à resistência e a violência, haja vista que a resistência indígena era inerente às relações desenvolvidas entre índios e brancos, dominados e dominadores, explorados e exploradores, no bojo do processo de colonização implementado na Amazônia.

O pensamento corrente no Diretório de que os frutos dos seus trabalhos resultariam na melhora das suas condições de vida para os índios, salvo para alguns, ficou perdido nos parágrafos da lei.

Capítulo II

Tesouraria Geral do Comércio dos Índios: A aplicação do Diretório

“[...] tendo observado a Tesouraria dos Índios um inexaurível armazém onde nesta capital dão entrada todas as riquezas e efeitos do sertão do mesmo Estado.”¹⁸⁶

José Justiniano de Oliveira Peixoto (Juiz de Fora e da Alfândega)

Este capítulo tem por objetivo demonstrar como se instituiu a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios¹⁸⁷, como era o seu funcionamento e a sua estrutura orgânica. Para tal finalidade, analisamos parte da documentação expedida oriunda da rotina de seu próprio funcionamento.

O primeiro tópico discute algumas explicações teóricas e metodológicas, as quais foram consideradas para o desenvolvimento deste capítulo. O segundo buscou mapear a estrutura orgânica e funcionamento da mesma. O terceiro demonstra o controle da Coroa portuguesa, através da averiguação de denúncias de *descaminhos*¹⁸⁸, mediação de conflitos de autoridades coloniais e lotação de cargos relacionados à TGCI. Por fim, fizemos algumas

¹⁸⁶ CARTA do Juiz de Fora e da Alfândega da cidade de Belém do Grão-Pará, José Justiniano de Oliveira Peixoto, para a rainha, dona Maria I, queixando-se do tesoureiro geral do comércio dos índios, João Manuel Rodrigues, e recomendando várias providências para remediar as desordens daquela tesouraria. 27 de julho de 1779. *AHU*, (avulsos-PA), Cx. 83, D. 6815.

¹⁸⁷ Quanto ao nome da instituição, na documentação, ora consta o nome Tesouraria Geral do Comércio dos Índios, ora, aparece apenas Tesouraria dos Índios. Doravante usaremos o nome completo ou somente a abreviatura TGCI.

¹⁸⁸ Ver. BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. 1º e 2º tomos. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://archive.org/details/diccionariodalino00mora>. tomo primeiro, 1789, p. 348; 373; 395; 646. Conforme este dicionário, *descaminho* era o extravio, por meio de fraude, de algo de outrem e estava relacionado a uma má conduta moral do agente causador da ação. Assim sendo o *descaminhador* era quem praticava furtos.

análises quantitativas do desempenho das atividades de tal Tesouraria, relacionando-as com os dados de exportação ocorridos no período pombalino, acrescido de cinco anos seguintes. Ou seja, dados de 1756 até 1782.

Apesar da pesquisa se estender até o final do período do Diretório dos Índios não foi possível estender a análise até o final do século, em decorrência de não termos completado a série de mapas anuais com os dados da TGCI. Toda a documentação analisada foi proveniente do arquivo Histórico Ultramarino. A documentação do Arquivo Público do Pará (APEP), para estas análises de dados quantitativos, não foi pesquisada.

2.1 Apontamentos Teóricos Para a Pesquisa da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios – TGCI

O Diretório delineou a economia da Amazônia colonial a partir das atividades extrativas, voltadas para a produção de gêneros com vistas ao comércio interatlântico. A produção agrícola era também incentivada pelo dispositivo jurídico, porém, não com a intenção de que suplantasse a economia extrativista. Assim sendo, a teoria projetada pelo Diretório compreendia que a extração das drogas era o principal ramo do comércio,¹⁸⁹ devido aos significativos lucros que gerava, dada a oferta de gêneros agrícolas e o baixo custo das expedições. Este era o princípio projetado pelo Diretório. A observação do funcionamento da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios nos fornece uma dimensão do que foi a prática desse projeto. Certamente, pode-se produzir conhecimento sobre a aplicabilidade do Diretório utilizando-se de diferentes prismas. Contudo, para a nossa pesquisa, optamos por dar ênfase à análise da TGCI, por ter sido esta a instituição que viabilizou meios de arrecadação e controle da maior parte dos frutos do trabalho indígena.

O governador Mendonça Furtado, ao executar as demarcações geográficas da Amazônia colonial, modificou o modo de ocupação do território. Esta ação não só alterou a fisionomia urbana dos povoados como também promoveu a coabitação entre colonos e índios, objetivando incentivar os ameríndios a cultivar as suas terras e a utilizar novas técnicas e culturas agrícolas, além de “incutir-lhes apetência pelo lucro e pela prosperidade”¹⁹⁰. Desse modo, a transformação das aldeias em vilas e lugares¹⁹¹ se implementava também com a mudança de seus respectivos nomes indígenas para nomes de cidades do Reino.¹⁹² De acordo com Ângela Domingues, essas alterações dos nomes, para além do caráter meramente formal, foi significativa, uma vez que expressava a autoridade do poder central. Para Domingues:

A criação desses novos núcleos urbanos individuais motivou a formação de uma rede de aldeias que tinha o objetivo de servir de suporte ao abastecimento da cidade e dos aldeamentos recém-formados, de permitir o apoio a navegação militar, de fornecer o mercado de mão de obra com ameríndios cooperantes e preparados para

¹⁸⁹ Diretório dos índios. § 46-49. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit., 1997.

¹⁹⁰ DOMINGUES, Ângela. Op. cit., 2000, p. 82. .

¹⁹¹ As unidades de povoações distinguíam-se em aldeias, lugares, vilas e cidades. As vilas eram menores que as cidades, porém possuíam juízes, câmaras e pelourinho. Os Lugares eram unidades menores que as vilas e maiores que as aldeias. Cf. SILVA, António Moraes da. Dicionário da Língua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789.

¹⁹² DOMINGUES, Ângela. Op. cit., 2000, p. 80-81.

um trabalho regular e sistemático e, ainda, de defender locais táticos e consolidar a posse e o controle do poder colonial sobre zonas de interesse estratégico.¹⁹³

A administração desses povoamentos ficou a cargo dos diretores de cada vila ou lugar, cuja recomendações do ofício estão arroladas nos parágrafos do Diretório¹⁹⁴. Neste capítulo, iremos analisar os aspectos da produção econômica e o estabelecimento do comércio dessas vilas e lugares, na perspectiva da TGCI.

Ressalta-se que o período aqui analisado inicia-se com o reinado de D. José, caracterizado pela centralização e controle fiscal, voltada à sistematização da arrecadação e, por conseguinte, à melhoria das finanças e à organização econômica. Nesse sentido, as vilas amazônicas não poderiam ficar fora desse novo perfil. Pelo contrário, adquiriram novos contornos com as políticas implementadas durante o período pombalino. A criação da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios se traduz em controle e fiscalidade dos rendimentos da produção, atuando assim na arrecadação dos Dízimos¹⁹⁵. Portanto, a TGCI se configurou como uma instância que estava acima das diretorias locais.

Autores como Fernando Novais, Francisco Falcon e José Jobson Arruda¹⁹⁶ são essenciais para entender de que maneira o caráter mercantilista adotado por Sebastião José de Carvalho e Melo repercutiu nas áreas coloniais portuguesas. Novais caracteriza o período pombalino como “o mais sério esforço levado a efeito pela metrópole portuguesa para pôr em funcionamento a exploração econômica do ultramar e o concomitante desenvolvimento da economia metropolitana, em moldes mercantilistas clássicos.”¹⁹⁷

Francisco Falcon, por sua vez, afirma que a característica mais marcante do reinado de D. José foi a coexistência de medidas econômicas tipicamente mercantilistas com uma ideologia de caráter ilustrada.¹⁹⁸ Essas concepções gerais de mercantilismo, ilustração e modernidade foram recebidas no espaço colonial de diversos modos, apontando, assim, as

¹⁹³ Ibidem, p. 82.

¹⁹⁴ Cf. § 6-19 do Diretório dos índios. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit., 1997.

¹⁹⁵ MEMÓRIA sobre o estabelecimento do comércio entre o Grão-Pará e o Reino, pelo sargento-mor de Infantaria, José Soares Serrão. [post. 1755]. AHU, LIVROS DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ, Cód. 1789.

¹⁹⁶ ARRUDA, José Jobson A. Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 46, junho/agosto, p. 66-78, 2000; Cf. ARRUDA, José Jobson A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980; FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

¹⁹⁷ NOVAIS, Fernando Op. Cit., 1993, p.10.

¹⁹⁸ FALCON, Francisco José Calazans. Op. Cit., 1993.

especificidades de cada relação/espço. E, nas palavras de Falcon, “as articulações das diversas áreas desse espaço constituem o essencial da estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial.”¹⁹⁹

José Jobson de A. Arruda entende que as políticas pombalinas estimularam a agricultura, caracterizando, assim, um novo padrão de colonização,²⁰⁰ que consistiu no fornecimento de matérias-primas, por parte da colônia, para o impulsionar o processo de manufatura empreendidas na metrópole, na segunda metade do século XVIII. Assim sendo, a função da colônia era a de produzir excedentes que acelerariam a acumulação primitiva de capitais por meio da comercialização dos produtos coloniais nos mercados europeus.²⁰¹ Essas ações permaneceram mesmo durante o governo Joanino.²⁰²

Portanto, as ações do Estado português, ao longo do período colonial, refletiram no poder político dos interessados na produção econômica. Obviamente, cada ação dada pela metrópole não decorria sem problemas ou entraves na colônia. Do contrário, seria uma relação unilateral, e ao consultarmos isocronamente a documentação das ordens metropolitanas com a documentação dos agentes coloniais percebemos a reciprocidade, definida por barganhas e concessões. Graças a essa metodologia foi possível perceber o quão tangível foi a TGCI, ou seja, a mesma não ficou inerte nos parágrafos do Diretório, mas funcionou, de fato e de direito, como demonstraremos ao longo do texto.

A respeito do trabalho indígena no Grão-Pará, pretende-se redimensionar o lugar da economia colonial da Amazônia, com seus trabalhadores indígenas, dentro do modelo conceitual do Antigo Sistema Colonial.²⁰³ Ainda que a força de trabalho não tenha sido maciçamente a africana, e os produtos que despertaram o interesse mercantil dos colonos

¹⁹⁹ FALCON, Francisco José Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRILHA, José. (org.). *História de Portugal*. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo-SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p.152. Esta nota é para referenciar a obra de Falcon. Quanto ao conceito de Antigo Sistema Colonial, ver próxima nota de Fernando Novais.

²⁰⁰ ARRUDA, José Jobson. Op. Cit., 2000, p. 66-78.

²⁰¹ ARRUDA, José Jobson. O sentido da Colônia: Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830) In: TENGARRILHA, José. (org.). *História de Portugal*. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo-SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p.169-187.

²⁰² Idem. Op. Cit., 2000, p. 69.

²⁰³ NOVAIS, Fernando. Op. Cit., 2006. p. 57-91. Segundo Novais, no Antigo Sistema Colonial “as colônias se deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole.” Dessa forma, a colonização europeia tinha um sentido essencialmente comercial: os territórios ultramarinos deveriam produzir bens comercializáveis no mercado externo a fim de promover o desenvolvimento econômico das metrópoles e “acelerar a primitiva acumulação capitalista” da Europa.

portugueses tenham sido provenientes, em grande medida, dos gêneros do sertão, a Amazônia não ficou de fora dos circuitos mercantis interoceânicos.

Para António Manuel Hespanha, com o início do governo pombalino, ocorreu uma ruptura no modo de governar da Coroa. Para Hespanha, na segunda metade do século XVIII, imperava o pensamento de que para um governo ser bom deveria utilizar-se de ideias racionais e universais, em contraposição à descentralização, de modo que seria importante para o centro político se impor de maneira racional e despótica.²⁰⁴

De fato, o período pombalino teve inovações que aprofundaram o controle político, social e, sobretudo, econômico da região, visíveis no comércio e exportação de produtos coloniais, no aumento da arrecadação real e na criação de medidas que impedissem o contrabando de produtos e metais. Para tanto, fez-se necessário racionalizar a administração. Graça Salgado, ao estudar a administração do Brasil colônia, aponta para a necessidade de estudarmos a ordem jurídico-institucional mantida pelo Estado português para alcançar uma melhor compreensão da realidade. O conjunto de leis vigentes possibilita entender tanto a forma de organização do poder, quanto a matriz básica da estrutura encarregada de administrar.²⁰⁵

A estrutura administrativa que Portugal implantara fora um sistema que conferiu certa racionalidade ao processo de colonização. Entretanto, ao transplantarem para a Colônia o modelo de administração metropolitano, as especificidades da nova terra, as distâncias em relação a Portugal e a própria extensão territorial exigiram a criação de novas estruturas administrativas que possibilitassem ganhos para a coroa portuguesa nos negócios advindos da exploração colonial.

A partir do período pombalino, a Coroa portuguesa ampliou a estrutura administrativa e fiscal na metrópole.²⁰⁶ Também na colônia, para além do Governador Geral, dos Capitães-mores, das Câmaras, dos Magistrados e das Ouvidorias, estabeleceram-se novos organismos administrativos e fiscais.

²⁰⁴ HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. In: *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 28-29. Para Hespanha, a ruptura se dá com o governo de D. José I, e continua com governo de D. Maria.

²⁰⁵ SALGADO, Graça, coord. *Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

²⁰⁶ Ver. PEDREIRA, Jorge M. [Custos e Tendências Financeiras do Império Português, 1415-1822](#). In: Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010 (1ª edição inglesa, 2007), pp. 53-91; TOMAZ, Fernando. [As finanças do Estado pombalino, 1762-1776](#). In: *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, p. 355-388.

No Estado do Grão-Pará, uma das instituições administrativas diz respeito à instauração da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios (TGCI), voltada para a administração e controle da mão de obra indígena. Por conseguinte, a Coroa portuguesa empreenderia a melhoria da produção, por meio da definição de uma política agrícola. É cabal salientar que houve mudanças significativas na organização administrativa e econômica no período. Se, por um lado, a Companhia do Grão Pará e Maranhão levou o monopólio colonial a uma maior centralização, numa tentativa por parte da Coroa de ampliar a exploração econômica da região, o Diretório, por outro lado, procurava regular as formas de exploração da mão de obra indígena pelos moradores, ao mesmo tempo em que permitia o aproveitamento da população indígena por parte da Coroa, tanto como trabalhadores nas expedições ou nas obras públicas, como força militar auxiliar, buscando assim atender aos interesses geopolíticos (garantia das fronteiras ainda em disputa) e econômicos que, obviamente, eram convergentes.

Em meio a essa racionalização da administração portuguesa, o Diretório dos Índios se efetivou, entre outras determinações, para assegurar o controle econômico e político da região. E, no intuito de ter um controle mais efetivo sobre o que era produzido pelos índios, a Coroa promoveu, através do Diretório, a instauração da Tesouraria Geral do Comércio dos índios.²⁰⁷

O questionamento que se faz aqui é pertinente: qual a razão de se criar uma Tesouraria para o comércio dos índios no bojo do processo de exploração metropolitano, uma vez que se falava novamente na introdução de mão de obra africana, e cujas reclamações de insuficiência de índios disponíveis, tanto para os negócios dos sertões quanto para as atividades agrícolas, eram crescentes entre os moradores?

Nossa hipótese é de que o propósito da Coroa portuguesa no processo de exploração do trabalho indígena no Grão-Pará e Rio Negro consistia no aproveitamento dessa mão de obra para fomentar o comércio das drogas do sertão, garantir os serviços Reais e realizar a defesa territorial via manutenção das fronteiras. Perante essa situação, os interesses metropolitanos conflitavam com os dos colonos, o que obrigou Mendonça Furtado a fazer, inicialmente, algumas negociações logo após chegar na região.²⁰⁸ Contudo, essas negociações

²⁰⁷ O documento que registra a instituição da é o próprio Diretório. Nos parágrafos 55 a 58 aparecem as funções e obrigações do tesoureiro geral. A versão consultada encontra-se em ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit., 1997.

²⁰⁸ Cf. CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho e Melo, datada de 02 de dezembro de 1751. In: MCM, v. 1, p. 87-88. Logo que chegou a região, Mendonça Furtado teve que lidar com a problema da liberdade dos índios. Não bastava retirar os índios do poder dos religiosos, era preciso enfrentar os moradores, influentes e com relativo poder, como foi o caso de Francisco Portilho de Mello, que detinha um

não significavam submissão aos colonos, e sim ajustes da nova política implantada, mas que conservava o interesse em garantir à Coroa o acesso ao indígena. O que percebemos, a partir de então, nas petições dos moradores são justificativas, bem fundamentadas, para se obter a mão de obra indígena. A princípio, os pedidos eram para conseguir autorização para fazer descimentos privados e, depois, para iniciar uma lavoura, uma fábrica de anil, um engenho, entre outras atividades.²⁰⁹ Diante disso, o controle e distribuição da mão de obra indígena ficaram concentrados pela administração colonial.

Desse modo, ao investigarmos como funcionavam as engrenagens da TGCI, podemos compreender o controle metropolitano, haja vista que a TGCI se subordinava à Coroa portuguesa mediante controle do Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos²¹⁰. Os documentos que servem como fontes a esta pesquisa dão conta que, desde os primeiros anos do período pombalino, os governadores do Estado do Grão-Pará, bem como os tesoureiros e demais autoridades, já enviavam os mapas de rendimentos da produção anual ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Esses envios se processaram aproximadamente até os anos 90 do século XVIII.

Destarte, a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios foi uma instituição que desempenhou suas funções na Amazônia colonial durante o período em que vigorou o Diretório dos Índios. As estruturas administrativas que organizavam o Estado do Grão-Pará na época pombalina refletiam, portanto, o poder político da relação entre Portugal e suas colônias na América Portuguesa, consubstanciado assim no pacto colonial.

Na historiografia, não se vê o que esta instituição representou ou quais eram as suas funções ou atribuições. Apesar de encontrarmos pesquisas que utilizaram alguns dos mapas de arrecadação e rendimentos da dita Tesouraria, estas se voltaram para quantificar e comparar

número elevado de índios sob seu controle. Aos poucos, se consolidava as determinações da Metrópole sobre a questão dos índios, apesar da insistência dos colonos em querer apresá-los.

²⁰⁹ Francisco de Souza Coutinho [portaria em 14/03/1791] -APEP. Cod. 466, Doc. 217A; Francisco de Souza Coutinho [Ofício ao comandante da vila de Santarém em 26/11/1790. APEP, Cód. 466, Doc. 101. Esta documentação se trata de um requerimento do capitão João da Gama da vila de Santarém pedindo nove índios para trabalharem na sua fazenda de cacau; o mesmo foi atendido através de uma portaria, que era o documento legal pelo qual se concedia índios.

²¹⁰ Ver. SIMÕES JUNIOR, Mário Francisco. *A Secretaria de Estado e Ultramar e Diogo de Mendonça Corte Real. Inflexões na Administração Real do Império Português (1750-1756)*. Dissertação (Mestrado em História). USP, São Paulo, 2017. Segundo Simões, essa secretária estar inserida numa ampla conjuntura de reformas e transformações.

os rendimentos extrativos em relação aos produtos agrícolas,²¹¹ ou para analisar os rendimentos de produtos específicos como, por exemplo, o cacau.²¹²

Assim, pesquisando, autores que escreveram sobre o período do Diretório, não encontrei senão alusões à referida Tesouraria. Esta lacuna historiográfica deve-se em parte, se não no todo, ao fato de os autores, que se propuseram estudar o período do Diretório dos Índios, terem se preocupado substancialmente em investigar as origens ou as consequências da criação do mesmo. Pensamos que, quiçá, por empregarem uma abordagem metodológica de causas e/ou consequências, entenderam que buscando as origens do Diretório, bastaria para compreendê-lo.

Alguns autores, além de utilizarem essa abordagem das origens e efeitos, ainda desvinculam o estudo do Diretório do seu contexto macroeconômico, da relação metrópole-colônia. Sobre o cuidado que o historiador deve ter nas investigações históricas, Marc Bloch já havia alertado para o perigo do ídolo das origens. Para o autor, a ideia de que as origens bastam para explicar determinado tema histórico só serviu ao propósito de justificar ou condenar, “de modo que em muitos casos o demônio das origens foi talvez apenas um avatar desse outro satânico inimigo da verdadeira história: a mania do julgamento”.²¹³ Similarmente, Lynn Hunt, em sua obra *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*, ressalta que as abordagens que privilegiaram as origens e as consequências da Revolução Francesa deixaram de lado a análise do período da revolução, ou seja, o estudo da vivência da década revolucionária²¹⁴

Percebemos que as preocupações demasiadamente acentuadas sobre o que originou o Diretório e em que ele resultou levaram os historiadores a deixarem de lado a análise da TGCI que é, sem grandes pormenores, a materialização do Diretório, no sentido econômico das estruturas do aparelho administrativo da Coroa portuguesa, haja vista que uma das funções da

²¹¹ Ver: COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúñiga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do Diretório dos Índios (1757-1798). In: *Revista de História*. São Paulo, n. 174, janeiro/junho 2016, p. 110-111; COELHO, Mauro Cezar. Op. Cit., 2005, p. 237-238.

²¹² ALDEN, Dauril. The Significance of Cacao Production in the Amazon Region during the Late Colonial Period: An Essay in Comparative Economic History. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 120, No. 2. (Apr. 15, 1976), p.124; DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2 v, 1970, p. 110.

²¹³ BLOCH, Marc L. Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001, p. 58.

²¹⁴ HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 21-37.

TGCI, ao arrecadar os gêneros produzidos e/ou coletados pelos índios, era pagar os dízimos à Fazenda Real.

A estrutura, o funcionamento e o controle da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios, demonstram que a Coroa não buscou somente satisfazer o interesse dos colonos, concedendo a eles trabalhadores índios, mas colocou os índios para trabalharem para ela, junto às atividades de produção de gêneros para comércio de exportação. Logo, a relação conflituosa entre as ordens religiosas e os colonos, anteriormente, motivada pela disputa da mão de obra indígena, foi suplantada pelo privilégio metropolitano de empregar os índios em proveito próprio.

Ao fazermos a catalogação e investigação das fontes sobre o período do Diretório, sem, contudo, desvinculá-lo de uma compreensão de que o mesmo está inserido dentro da política econômica metropolitana, nos chamou atenção o volume de documentação expedida envolvendo a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios. A partir de então, nos dedicamos a compreender a movimentação dos negócios que envolviam diretamente os índios.

Em outro momento da pesquisa, já havíamos identificado as somas da produção de cacau e outros gêneros relatados nos mapas da TGCI. Contudo, só fomos perceber os mecanismos desta instituição quando questionamos a respeito de qual a necessidade de se criar uma instituição destinada, unicamente, a controlar o comércio dos índios.

O Diretório dos Índios, formulado primeiramente para as povoações indígenas das capitanias do Estado do Grão-Pará e Maranhão²¹⁵, ao que tudo indica, só colocou em funcionamento a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios para essas mesmas capitanias, principalmente, para as do Grão-Pará. Uma vez que o foco espacial deste trabalho é a Amazônia portuguesa, nossa análise se concentrará sobre o funcionamento da TGCI no Estado do Grão-Pará. Embora a capitania do Maranhão permanecesse subordinada à administração desse Estado, até início da década de 1770²¹⁶, optamos por um recorte que abarcasse o período pombalino na Amazônia colonial, considerando, sobretudo, sua

²¹⁵ Somente depois ocorreu a divisão desse estado em: Estado do Grão Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão

²¹⁶ DECRETO do rei D. José, a nomear o atual governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, governador e capitão-general da dita capitania, onde é incluída a do Piauí, sendo ambas desanexadas do governo da capitania geral do Grão-Pará. 07 de maio de 1774. AHU_ACL_CU_009, Cx. 47, D. 4628. Belém continuou sendo a capital do Estado do Grão-Pará, porém, compreendendo as capitanias do Pará e Rio Negro. AHU (avulsos-PA), Cx. 47, D. 4628. Consultar bibliografia de CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPA, 2 vols, 1963, p. 55. Ver também MARTINIÈRE, Guy. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750) In: MAURO, Frédéric (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, vol. VII. p. 93-94 e SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo. Annablume.2011.

singularidade econômica. Podemos afirmar que a diferença substancial da economia do Grão-Pará se manifestou na diversidade de produtos inclusos na tabela de exportação e no elemento propulsor do trabalho: o índio.

Se incluíssemos o Maranhão em nossas análises, em virtude do tempo em que ficou vinculo ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, nossa pesquisa delongaria muito mais tempo, haja vista que, como já informamos, as condições econômicas e a mão de obra em ambos os espaços foram acentuadamente diferentes. Nesse sentido, o estudo se restringiu a configuração geopolítica do Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Entretanto, em busca de saber mais informações a respeito da Tesouraria presente no Diretório dos Índios, fizemos uma breve pesquisa na documentação do Maranhão disponível no Arquivo Ultramarino e constatamos, em meio a uma escassez de documentos, um ofício de 08 de setembro de 1780, do governador, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, dando notícias da TGCI. A informação defende a “utilidade” da mesma frente à incapacidade dos índios de “se regerem.”²¹⁷ No Grão-Pará, a documentação é mais volumosa. Por exemplo, encontram-se mapas de rendimentos (dispostos em séries anuais), despachos de autoridades locais e metropolitanas, memórias, pareceres, lembretes, ofícios, provisões e balanços de contas.

Politicamente, o Estado do Grão-Pará estava estruturado em capitanias, vilas e lugares. As vilas ou lugares eram os espaços onde os diretores desempenhavam suas atribuições relacionadas aos índios. Conforme consta no Diretório dos Índios, em seu primeiro parágrafo “[...] haverá em cada uma das sobreditas povoações, enquanto os índios não tiverem capacidade para se governarem, um diretor que será nomeado pelo Governador, ficando responsável pelos trabalhos dos índios”.²¹⁸ Em outros termos, a função dos diretores era,

²¹⁷ OFÍCIO do governador do Maranhão, D. António de Sales e Noronha, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, relativo à tesouraria dos índios. 08 de setembro de 1780. *AHU* (avulsos-MA). Cx. 56, Doc. 5223. No intuito de colaborar, ainda que de forma diminuta, com a história da Tesouraria/MA, registra-se aqui parte de um documento no qual se observa, brevemente, o funcionamento dessa Tesouraria: “a utilidade desta Tesouraria aos índios, é que sendo eles; quase geralmente incapazes de se regerem, se estabeleceu logo depois de sua geral liberdade, que em cada uma das suas respectivas povoações se fizesse, alcançar além das suas particulares roças, um roçado grande para o Comum da mesma povoação. Neste roçado vão trabalhar todos os índios, que o diretor destinar para aquele serviço.” Esta mesma documentação apresenta mapas da produção de trinta e duas vilas e lugares do Maranhão. Esses mapas trazem pouca ou nenhuma informação do produto que cada vila produzia, se restringindo a informar valores recebidos e gastos. Os recebidos entram como receita e os gastos aparecem como despesa, mas não fica claro o que são uma e outra. Outras informações são relativas a dar ciência a respeito da morte do primeiro tesoureiro, Domingos da Rocha Araújo, e que os seus sucessores não tinham a segurança devida para dar informações quanto a receita e as despesas da Tesouraria, e apresenta a nomeação de Ignácio de Loyola Bequimão, até então escrivão da Tesouraria, para ocupar o cargo de tesoureiro.

²¹⁸ Diretório dos Índios. § 1º. Op.Cit.,1997. As atribuições dos diretores constam definidas nos parágrafos 1 a 35.

dentre outras, administrar a mão de obra indígena nas vilas e lugares. Não dispunham de poder de justiça sobre os indígenas, podendo apenas comunicar possíveis advertências aos juízes ordinários e aos principais dos índios.²¹⁹

Ao nosso ver, a demasiada importância dada aos diretores deve ser relativizada. Parte da historiografia²²⁰ priorizou as ações dos diretores para compreender o Diretório por entenderem que um dos motivos do seu fracasso se deu em decorrência das atitudes de alguns diretores que se aproveitaram da função para utilizar os índios em prol de conveniências e interesses pessoais, deixando as obrigações do cargo à parte. Interessante notar que a base dessa compreensão está fundamentada no excessivo número de devassas abertas contra os diretores,²²¹ e também ao fato de que, já no século XVIII, autoridades coloniais os culpavam pelos danos e prejuízos causados a Coroa:

Achando que os Diretores das Povoações de Índios se empregavam com amaior negligencia na arrecadação dos dízimos das mesmas povoações; e sendo a minha principal obrigação o zelar todos os Direitos e Rendimentos Reais me considere na precisão de ocorrer aquela desordem com a providencia, q a V. Excelência se manifestará na sua continuação, o grande dano, e prejuízo, que tem sentido a Real Fazenda, pelo desmazelo e pouco cuidado dos referidos Diretores.²²²

Essa mesma documentação nos dá dimensão do controle da metrópole, considerando que se assim não fosse, os diretores não responderiam a constantes denúncias de transgressões²²³. Se não, agiriam intocáveis às ordens metropolitanas. Portanto, a função dos

²¹⁹ Ibidem, § 3º, 4º, 5º.

²²⁰ Cito algumas obras que: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Vassallos D'El Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental. 1750-1798*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990, p. 134; ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, p. 168-169; 203-204; 239-240; HEMMING, John. *Árvore de rios: a História da Amazônia*. São Paulo: Editora Senac, 2011, p. 133-137.

²²¹ A respeito dos autos de devassa, menciono dois artigos que trabalharam fartamente com esse tipo de documentação: SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Op. Cit., 2010; COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúñiga. Op. Cit., 2016.

²²² OFÍCIO do governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 02 de março de 1774. AHU (avulsos-PA), Cx. 72, Doc. 6114.

²²³ Segundo Vinícius Melo, as transgressões chamam a atenção pela quantidade e por se tratar de um período em que a Coroa portuguesa buscava obter um maior controle político e econômico, tanto no reino quanto no ultramar. A conclusão que o autor chega é a de que “a transgressão era uma via importante para a apropriação de riquezas locais [...] e por mais que a Coroa portuguesa criasse meios de combate a tais desvios, ela não conseguiu inibi-los ou freá-los.” Pois, tanto transgredir quanto servir à Coroa eram ações “perfeitamente coexistente.” Diferentemente do autor, acreditamos que essa informação serve para reforçar a concepção de controle da Coroa. Ver. MELO, Vinícius Zúñiga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Belém, 2016, p. 6-8; 45-66.

diretores era de auxiliar, fazendo parte do sistema colonial, mas na condição de subsidiário. O cargo de diretores recomendava, dentre outras atribuições, que estes cuidassem para que os indígenas não fossem chamados de negros, que estimulassem o uso de nomes portugueses e de roupas, deveriam convencer os indígenas a desenvolverem a agricultura em suas próprias terras e, além de tudo, incentivar, nas povoações, a produção agrícola²²⁴.

Aos diretores era previsto o dever e a responsabilidade de observar as diretrizes contidas na lei. Não se trata de negar aqui a presumida relevância dos diretores e as transgressões que realizaram. O ponto é que, ao se dar demasiado valor às ações dos diretores, incorremos no risco de fazer uma interpretação que os eleja como os grandes exploradores do trabalho indígena; os que burlaram o Diretório em busca de riquezas pessoais. Por outro lado, a ideia de colocar os diretores das vilas como aqueles que auferiam os maiores lucros pode levar a um entendimento que desconsidere os ganhos da Coroa, que era a grande detentora do sistema de arrecadação e finanças. É preciso levar em consideração que a metrópole liberava alguns proveitos para os colonos de modo geral, e os que atuavam conforme as espertezas de suas atividades participaram desses ganhos cedidos pela Coroa. Afinal, essas vantagens, pequenas ou não, era o que fortalecia a relação da metrópole com seus colonos.

Fora do complexo documental das devassas, as portarias de concessão de índios também são documentos que dilucidam a ação das autoridades coloniais. Por meio delas, percebemos, por exemplo, que em grande maioria as ordens do governador antes de chegarem aos diretores eram dadas geralmente a um dirigente militar de uma determinada região, a exemplo dos comandantes de Santarém e Gurupá e de Mazagão. Apesar de algumas vezes acontecer de o cargo de comandante ser exercido interinamente com o de diretor. Há que se considerar a “jurisdição” do comandante militar. O Comando de Santarém e Gurupá correspondia, geralmente, de acordo com as extensões das ordens analisadas para este fim, às vilas de Alenquer, Óbidos, Santarém, Outeiro, Alter do chão, Boim, Franca, Pinhel e Aveiro. Quanto ao Comando de Mazagão, aparecem as vilas de Arrayolos, Esponzede, Fragoso, Almeirim. Destaque para Monte Alegre, que aparece subordinado aos dois Comandos. Com efeito, havia ainda outros comandos e, para não nos estendermos neste assunto, concluímos que um diretor de uma determinada vila, antes de chegar ao governador, estava sob as ordens de um comandante.

O governador, outras vezes, expedia ordens diretamente para o administrador do Pesqueiro Real do Tapajós, ou ao administrador da Serraria Real, que não eram cargos

²²⁴ DIRETÓRIO. §.5-15. Op. Cit.,1997.

lotados, obrigatoriamente, pelos diretores. E, por fim, as câmaras²²⁵ que, ombreadas às demais autoridades, tinham representação para impor ordens nas suas vilas. Isto implica que, no exercício de suas funções, os diretores não eram, na solidão das povoações, senhores absolutos dos índios. Mas dividiam seu poder junto a outras autoridades coloniais²²⁶, inclusive com os principais, que eram os representantes das chefias indígenas.

Em uma definição escalonada, acima dos diretores estavam outros agentes coloniais que controlavam o trabalho indígena. Assim sendo, esta pesquisa não compreende os diretores como potenciais responsáveis pelo fracasso do Diretório, muito menos os entende como dotados de “grande autoridade sobre os índios²²⁷”; pelo contrário, o controle metropolitano funcionou em relação às diretorias.

Contudo, o cargo de diretor também despertava interesse. De acordo com Souza Junior, as vantagens do cargo faziam com que determinados sujeitos, para consegui-lo, recorressem à influência de pessoas importantes no Reino.²²⁸ Igualmente, o cargo de Tesoureiro também era cobiçado. Segundo Rodrigo Ricupero, os cargos administrativos eram almejados pelos colonos, pois proporcionavam aos seus ocupantes “maior facilidade para obtenção de terras, escravos e demais vantagens”. Assim sendo, muitos sujeitos desempenhavam diversos serviços nas conquistas em favor dos interesses lusos, esperando, em troca, serem gratificado. O estímulo para os moradores desempenharem bem suas funções partia da própria Coroa ao se comprometer em fazer doações de mercês, em troca dos serviços prestados²²⁹.

Quanto ao cargo de tesoureiro, ao qual iremos nos deter mais a frente, podemos caracterizar, de antemão, que era um cargo burocrático, voltado para questões de pagamentos e fiscalidade.

²²⁵ Não havia Câmaras nos lugares, somente nas Vilas. Cf. SILVA, António Moraes da. Dicionário da Língua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789. As unidades de povoações distinguiram-se em aldeias, lugares, vilas e cidades. As Vilas eram menores que as cidades, porém possuíam juízes, câmaras e pelourinho. Os Lugares eram unidades menores que as vilas e maiores que as aldeias.

²²⁶ A respeito das relações coloniais de poder ver: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001, p. 32-41. Segundo este autor, as câmaras e outros centros de poderes locais, dentro de uma lógica de organização administrativa, acabaram por reforçar a autoridade e o controle do rei.

²²⁷ Para José Alves de Souza Junior, os diretores eram dotados de grande autoridade sobre os índios, “embora o Diretório tenha tido o cuidado de não conferir aos diretores o poder coativo sobre os índios”. SOUZA JÚNIOR, José Alves de. Op. Cit., 2009, p. 270-271.

²²⁸ Ibidem, p. 269.

²²⁹ RICUPERO, Rodrigo. Op. Cit., 2009. p.33-89.

Em suma, à medida que o Diretório, enquanto lei, foi colocado em prática na Amazônia colonial, seus princípios foram também sendo incorporados em outras capitanias do Estado do Brasil. Decerto, a Direção de 18 de maio de 1759 para Pernambuco e capitanias anexas é um exemplo da tentativa de sanar as dificuldades de adaptação do Diretório nas capitanias do Estado do Brasil²³⁰.

Para essas capitanias, por exemplo, ele não teve a magnitude que tivera na capitania do Maranhão e este, por sua vez, foi menor do que na capitania do Pará e na do Rio Negro. A explicação se apoia no fato de que na Amazônia o trabalho indígena foi o sustentáculo que movia a economia do século XVIII²³¹, ao passo que nas outras partes da colônia o elemento africano foi quem, predominantemente, susteve o trabalho.

²³⁰ Direção com que interinamente se devem regular os Índios nas novas Villas e Lugares eretos nas Aldeias da Capitania de Pernambuco e suas Anexas”, datada de 18 de maio de 1759. In: RIHGB, n. 46, p. 121-171, 1883.

²³¹ Ver. COELHO, Mauro Cezar. Op. cit., 2005, p.376 - 432. Essa afirmativa pode ser constatada pela observação gráfica dos dados populacionais elaborados por Mauro Cezar Coelho. Sobretudo, observar o gráfico 57 apenso a tese do autor, no qual demonstra que há um maior número de habitantes indígenas em relação aos escravos, no Estado do Grão-Pará.

2.2 Estrutura e Funcionamento da TCGI

No que tange a implantação da TCGI, não há vestígios de que esta instituição tenha existido antes da promulgação do Diretório dos Índios ou que tenha existido algo que guarde alguma similitude com a referida Tesouraria. Mapas datados de 28 de março de 1773, e outro de 4 de novembro de 1760²³², relatam rendimentos da TCGI desde 1757.²³³ O primeiro registro, que encontramos até o presente momento, da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios se encontra elencado no próprio texto de lei do Diretório, quando o mesmo cita a nomeação do Tesoureiro Geral,²³⁴ o que leva a crer que fora Mendonça Furtado quem instituiu a TCGI sob aprovação do rei Dom José e do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. No Diretório, Mendonça Furtado nomeava interinamente o homem de sua confiança²³⁵. O primeiro Tesoureiro Geral do Comércio dos Índios, Antonio Rodrigues Martins, teve sua nomeação anunciada pela própria letra do Diretório, como se pode perceber no excerto abaixo:

²³² OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o mapa dos rendimentos das povoações de índios das capitanias do Pará e de [São José] do Rio Negro, entre os anos de 1757 e 1771, realizado pela Tesouraria Geral do Comércio dos Índios daquele Estado, e o mapa de todos os rendimentos das mesmas populações, desde o tempo em que foram retiradas do governo temporal das ordens religiosas, até ao fim do ano de 1771; justifica ainda a razão do atraso no envio do mapa dos rendimentos do ano de 1772. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 70, D. 5980.

²³³ OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o rendimento e as despesas das 63 povoações de índios referente aos anos de 1757 e 1758, tomadas pelo tesoureiro-geral dos Índios, António Rodrigues Martins e pelo provedor da Fazenda Real, desembargador Feliciano Ramos Nobre Mourão. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 47, D. 4340

²³⁴ DIRETÓRIO. § 55.

²³⁵ OFÍCIO do sargento-mor António Rodrigues Martins para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa de várias madeiras para Lisboa e assuntos diversos relativos à administração de aldeamentos indígenas. Pará, 05 de julho de 1761. *AHU*. Cx. 50, Doc. 4566 (Avulsos do Pará); OFÍCIO do [tesoureiro geral do Comércio dos Índios do Pará e sargento-mor] António Rodrigues Martins para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo relação dos objetos da capitania do Pará transportados para o Reino, pela nau "Nossa Senhora das Mercês", de que é [capitão, Agostinho dos Santos. Pará, 21 de novembro de 1764 *AHU*. Cx. 57, D. 5177. (Avulsos do Pará). OFÍCIO do [tesoureiro-geral do Comércio dos Índios, António Rodrigues Martins, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o fornecimento de pano de linho aos índios; a produção de tintas; a remessa de mapas de rendimentos das vilas e lugares das capitanias do Pará e Rio Negro e do rendimento dos gados do Marajó; a relação de madeiras e informando o provimento de seu filho, João Manuel Rodrigues no lugar de tesoureiro das Fazendas e dos Currais de gado, da Companhia de Jesus e recomendando os serviços de seu filho, Vitorino da Silva. Pará, 26 de novembro de 1761. *AHU*, Cx. 51, D. 4715 [Avulsos do Pará]. Tivemos essa acepção, a partir das análises das correspondências que se seguiram entre Antonio Rodrigues Martins e Mendonça Furtado. Neste aspecto, é possível asseverar que o tesoureiro Antonio Rodrigues Martins tinha a confiança dos superiores e gozava de algum prestígio, pois, embora tenha sido nomeado interinamente, ficou sendo o tesoureiro da Instituição por 20 anos, até o seu falecimento, em 1775. No desempenho do cargo, conseguiu que o seu genro, João Manuel Rodrigues fosse nomeado escrivão.

[...] ao Tesoureiro geral do Comércio dos Índios: Para cujo emprego, por me parecer indispensavelmente necessário, nas circunstâncias presentes, tenho nomeado interinamente o Sargento-mor Antonio Rodrigues Martins, atendendo à grande fidelidade, e notório zelo de que é dotado.²³⁶

Identificamos nos parágrafos do Diretório dos Índios as seguintes menções a respeito da TGCI. Parágrafos 55 a 58.

Conforme o quadro 2.1, em comparação ao cargo de diretor, o número de parágrafos relativos ao cargo de tesoureiro é bem menor, o que não quer dizer que seja insignificante. Vejamos que está relacionado ao processo de fiscalização e controle dos rendimentos, através do recebimento dos Dízimos e do pagamento dos envolvidos no processo de produção. Aspectos relativos à civilização do indígena, conforme está estabelecido nos cinco primeiros parágrafos do Diretório, é da responsabilidade do diretor e de outros agentes coloniais, cabendo à TGCI apenas uma responsabilidade solidária.

Aspectos Relacionados à TGCI	
Parágrafos do Diretório	Descrição
§ 55	Felicitando Deus Nosso Senhor o Comércio das referidas canoas, virão estas em direção das povoações a que pertencer: nelas se fará logo o manifesto autêntico de toda a importância da carga: mandando os Diretores, lançar no livro do Comércio com toda a distinção, e clareza os gêneros de que consta a dita carregação: o que tudo se executará, na presença dos oficiais da Câmara, e de todos os índios interessados. Concluída esta diligência. Com brevidade que permiti o tempo, cuidarão logo os Diretores depois de mandarem extrair duas guias em forma de todas as parcelas, que se lançará no livro, remete para esta Cidade os referidos efeitos; ordenando aos Cabos das mesma Canoas, que assim chegarem a este porto, entreguem logo uma das guias ao Governador do Estado; e outra ao Tesoureiro Geral do Comércio dos Índios: para cujo emprego, por me parecer indispensavelmente necessário, nas circunstâncias presentes, tendo nomeado interinamente o Sargento-Mor Antonio Rodrigues Martins, atendendo à grade fidelidade, e notório zelo de que é dotado.
§ 56	Tanto que os Cabos das Canoas entregarem ao Tesoureiro Geral as guias de carregação, terá este um especial cuidado, conferindo as cargas com as mesmas guias, de vender os gêneros, que receber, dando-lhes a melhor reputação, que permitir a qualidade deles, o que não poderá executar com efeito sem dar parte ao Governador do Estado. De todo dinheiro, que liquidamente importar a venda dos sobreditos gêneros pagará o dito Tesoureiro em primeiro lugar os Dízimos à Fazenda Real; em segundo as despesas, que se fizeram naquela expedição, em terceiro a porção, que se arbitra ao Cabo da mesma Canoa; em quarto, a sexta parte pertencente aos Diretores; distribuindo-se finalmente o remanescente em partes iguais por todos os índios interessados.
§ 57	E para que de nenhum modo possa haver confusão na forma como que se devem pagar os Dízimos dos gêneros, que se extraem dos Sertões, declaro, que enquanto ao Cacau, Café, Cravo e Salsa, pertence esta obrigação os mesmos que comprarem os referidos gêneros, dos quais se costumam pagar os Dízimos na mesma ocasião do embarque. A respeito porém dos demais gêneros, como são a Manteiga de Tartarugas, e toda a qualidade de Peixes, óleos de Copaíba, Azeite de Andiroba, e todos os mais efeitos, excetuando-se unicamente os frutos, que produz a terra por meio da cultura, sendo eles remetidos para esta Cidade, nela se pagarão ao Dízimos dirigindo-se nesta matéria o Tesoureiro Geral pelas guias, que lhe forem remetidas. E se algum dos ditos gêneros se vender nas povoações, serão obrigados os Diretores a cobrar os Dízimos observando a forma, que lhes prescreve no parágrafo 30.

²³⁶ Ibidem. Parte final do § 55.

§ 58	Finalmente, como suposta a rusticidade e ignorância dos mesmos índios, entrega a cada um o dinheiro, que lhe compete, seria ofender não só as Leis da Caridade, mas da Justiça, pela notória incapacidade, que tem ainda agora de o administrarem ao seu arbítrio, Será obrigado o Tesoureiro Geral a comprar com dinheiro, que lhes pertencer na presença dos mesmos índios aquelas fazendas de que eles necessitarem: executando-se nesta parte, inviolavelmente, aquelas ordens com que tenho regulado nesta cidade o pagamento dos ditos índios, em benefício comum deles. Deste modo, acabando de compreender com evidência estes miseráveis índios a fidelidade com que cuidamos nos seus interesses, e as utilidades, que correspondem ao seu tráfico, se reportarão naquela boa fé de que depende a subsistência, e aumento do Comércio.
------	--

QUADRO 2.1— Definições da TGCI no Diretório dos Índios

FONTE: Diretório do Índios. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. Cit.,1997.

A TGCI consistia numa repartição voltada para os Negócios dos Índios. Para que não fique dúvidas quanto a finalidade dessa instituição, observe o excerto abaixo:

Os bens dos índios são administrados pelo Tesoureiro Geral dos índios, [...] sendo a mais abonada pessoa, que tem em todo o estado, de muita honra e verdade, e reconhecido crédito, tanto nesta praça como na de Lisboa, e por consequência capaz da confiança de tão importante emprego. [...] Sendo este Tesoureiro, o que debaixo das minhas ordens, e com a assistência do Procurador dos Índios, cuida em promover os interesses dos mesmos, dispondo-lhes o necessário, segundo determinam as ordens.²³⁷

Este trecho faz parte de um minucioso relatório do Intendente Geral do Comércio, respondendo para o Secretário do Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 1783, a respeito, dentre outras matérias, da forma como se dirigem as povoações, os Negócios do Sertão, o emprego de pessoas que se ocupavam da administração e os salários e emolumentos que recebiam os responsáveis pelos negócios dos índios. Todas essas informações dadas pelo Intendente tinham o intuito de negar qualquer desordem na TCGI, uma vez que havia uma intenção de que o ofício de tesoureiro fosse alvo de arrematação e, pelo que consta na documentação, o Intendente era contra essa tentativa de arrematação. Alegava ele que tal feito seria “prejudicialíssimo” aos índios. Outrossim, esse documento nos mostra que a Coroa preferiu manter o cargo de tesoureiro atrelado à sua administração. Embora, houvesse pessoas dispostas a dar uma “avultada quantia para a Real Fazenda” em caso de arremate do cargo, ainda assim, o cargo continuou sendo da responsabilidade da Coroa.²³⁸

Baseado nas fontes documentais até aqui analisadas percebemos que os gêneros, antes de chegar à TGCI, cujo armazém geral estava localizado na capital, percorriam um longo

²³⁷ OFÍCIO do intendente geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas da capitania do Pará, Matias José Ribeiro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre a administração dos bens e rendimentos das Povoações de índios daquele Estado, e suas relações com os respectivos diretores. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 90, D. 7366

²³⁸ *Ibidem*.

percurso. Caso do cacau e outros produtos provenientes das expedições dos sertões, os gêneros eram primeiramente encaminhados às vilas e lugares pelos Cabos da Canoa. Nas vilas, os diretores anotavam os gêneros de cada carregação, lançando registro das anotações no livro de comércio da vila. Feito isso, os gêneros eram guardados nos armazéns locais. O Diretório ordenava que esse controle, que também fazia parte das responsabilidades dos diretores, fosse feito na presença de oficiais da Câmara e de todos os índios envolvidos. Depois desta diligência, os diretores deveriam extrair duas guias, informando todas as parcelas que foram lançadas no livro do Comércio. Essas guias de controle eram enviadas junto com os gêneros à cidade de Belém pelos cabos da canoa. Assim que os cabos da canoa desembarcavam no porto da cidade de Belém, ficavam desde logo obrigados a entregar uma das guias ao Governador do Estado e outra ao Tesoureiro Geral do Comércio dos Índios, para que os mesmos tomassem ciência das movimentações de entradas para controlar os estoques.²³⁹ Todas essas ações estavam previstas no Diretório. A documentação existente, nos leva a afirmar que, de fato, eles seguiam esse procedimento. Se alteravam os dados, essa é uma possibilidade que carece de comprovação.

Essa conjuntura, no entanto, não decorria de forma tão cadenciada. Poderiam ocorrer conflitos, como de fato ocorreram ao longo da existência da TGCI, por exemplo, em 1785, ocorreu o caso de dois indígenas da Vila de Nogueira, povoação da capitania do Rio Negro, que foram envolvidos em uma contenda. O tenente coronel comissário João Batista Mardel solicitou os ditos índios para a expedição de demarcação de fronteiras e os mesmos já estavam na expedição de coleta de drogas²⁴⁰

Em setembro de 1796, Sérgio Justiniano de Figueiredo, diretor da Vila de Soure entrou em confronto com o Cabo de Canoa, pelo fato deste querer levar na embarcação, com destino à TGCI, mais índios do que o necessário, o que comprometeria o trabalho na roça do Comum, caso levasse todos os índios que pretendia.²⁴¹

O Tesoureiro dos Índios era o responsável pela administração do comércio dos índios advindos das vilas e lugares. Esta administração se dava por meio do recebimento, fiscalização e venda dos gêneros. O Tesoureiro, ao receber do Cabo da Canoa as guias e os

²³⁹ DIRETÓRIO. §.55. Op. Cit., 1997.

²⁴⁰ Documento de Joaquim José Pereira Bitencourt para o tenente coronel comissário, João Batista Mardel. 28/05/1785. APEP, rolo 13, código 429, documento 2. Documentação microfilmada. Secretaria da capitania.

²⁴¹ Carta do diretor da Vila de Soure, Sérgio Justiniano de Figueiredo, para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Sousa Coutinho. 27/09/1796. APEP, rolo 12, código 126, documento 109. Documentação microfilmada. Projeto Reencontro.

gêneros da carregação, tinha a responsabilidade de conferir primeiro as cargas, depois “dando-lhes a melhor reputação”, isto é, precificava os produtos. Com o dinheiro da venda dos ditos gêneros, o Tesoureiro deveria pagar, “em primeiro lugar”, a) os dízimos à Fazenda Real; b) “em segundo,” as despesas que se fizeram naquela expedição; c) “em terceiro” a porção que se arbitrar ao Cabo da mesma Canoa; d) “em quarto”, a sexta parte pertencente aos Diretores; e) “distribuindo-se finalmente o remanescente em partes iguais por todos os índios envolvidos.”²⁴² Além disso, o tesoureiro preparava os mapas com todos os gêneros concernentes ao comércio dos índios e enviava as guias dos mapas ao Governador Geral, ao Provedor da Fazenda Real do Grão-Pará e este encaminhava ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar.

Segue o quadro administrativo da TGCI, com os cargos e seus respectivos salários, exceto os índios que entram na categoria de mão de obra e não do corpo administrativo.

Cargos relacionados à TGCI		
CARGO	SALÁRIO/RÉIS	OBSERVAÇÕES
Intendente Geral do Comércio	800.000	Este cargo acumulou com o de Ouvidor Geral
Escrivão da Intendência	100. 000	
Tesoureiro Geral do Comércio dos índios	6% do montante arrecadado	Valor arbitrador por Mendonça Furtado
Escrivão da Tesouraria	70.000	Lançar toda a receita e despesa/ fazer os termos de arrematação e demais escriturações
Procurador dos Índios	*50.000	Possui também 6 índios.
Diretores	6ª parte do cultivo e gêneros	Conforme determina § 34 e 56 do Diretório
Cabo da Canoa	5ª parte dos produtos	Pago diretamente pela Tesouraria, na maioria das vezes o Cabo da Canoa era um indígena.

Quadro 2.2 – Esquema administrativo da TCGI
FONTE: AHU (avulsos-PA), Cx. 90, Doc. 7366.

O intendente Geral do Comércio foi incluso nesta listagem por ser um cargo diretamente ligado aos despachos da TGCI, apesar de sua função estar para além das deliberações do expediente da TGCI. Ademais, na documentação expedida pelo intendente, o mesmo aparece colocando o cargo nessa estrutura administrativa, acima demonstrada.

²⁴² DIRETÓRIO. §.56. Op. Cit.,1997.

2.3 Descaminhos na Tesouraria Geral do Comércio dos Índios - TGCI

Após a morte do primeiro Tesoureiro, quem assumiu o cargo foi João Manuel Rodrigues, em 30 de agosto de 1775. O governador entendia que João Manuel Rodrigues dispunha de conhecimento e experiência providas do cargo de escrivão que ele tivera, desde a criação da instituição:

Faço saber aos que esta minha provisão virem que achando-se vago o emprego de Tesoureiro Geral do Comércio [sic] dos índios deste pelo falecimento de Antonio Rodrigues Martins, que o era, e atendendo ao oportuno e qualidades que concorrem na pessoa de João Manuel Rodrigues, para bem substituir o dito emprego, por ser quem inteiramente tem sustentado todo o trabalho e dirigido o expediente e escrituração da mesma Tesouraria desde o tempo de sua criação do ano de 1757. Hei por bem nomear [como por esta nomeio] no sobredito emprego de Tesoureiro Geral dos Índios deste Estado, enquanto lhe o houver por bem e sua majestade não mandar o contrário.²⁴³

É importante lembrar que, somado a esta possível experiência, João Manuel Rodrigues era genro do tesoureiro antecessor, o que provavelmente contribuiu para que o mesmo fosse provido no cargo de Tesoureiro Geral dos Índios. Porém, para esta pesquisa não conseguimos definir categoricamente como se dava este processo de escolha do tesoureiro.

A função de Tesoureiro Geral era certamente um cargo bastante disputado entre os colonos que tinham um determinado destaque social na capitania. Temos, no ano de 1780, o *botica*²⁴⁴ Joaquim de Almeida Carvalho, alegando seus préstimos e cuidado aos índios, “socorrendo os pobres e necessitados com os remédios de sua botica”, o qual solicitava ao governador do Estado para ser nomeado no cargo de Tesoureiro. Em seu requerimento ao governador José de Nápoles Telo de Menezes, o *botica* aproveitou para argumentar que o atual tesoureiro, João Manoel Rodrigues, “satisfazia muito mal” o cargo que ocupava²⁴⁵. No

²⁴³ OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando os mapas do rendimento e das despesas da Tesouraria Geral dos Índios e das povoações daquele Estado nos anos de 1777 e 1778, e as medidas que adoptou com vista a zelar pelos interesses destes índios após a extinção da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Pará, 30 de outubro de 1778. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 81, D. 6648. O documento contém anexos: mapas, ordem, lembrete, provisão, ofícios e balanços (cópias). O documento ao qual retiramos essa informação está contido nos anexos, porém não tem uma identificação, acreditamos que seja um bilhete.

²⁴⁴ Responsável pelas questões relacionadas a saúde, espécie de médico.

²⁴⁵ CARTA do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Meneses, para a rainha D. Maria I, em resposta à provisão de 9 de Maio de 1780, sobre o requerimento de Joaquim Almeida Carvalho, solicitando o provimento no cargo de tesoureiro geral do Comércio dos Índios das Povoações daquele Estado. 30 de outubro de 1780. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 86, Doc. 7057.

mesmo ano²⁴⁶, o governador geral enviou um ofício à rainha Dona Maria, juntamente com a cópia do requerido provimento do cargo de Tesoureiro.

Outro exemplo de colono que almejou o cargo de Tesoureiro dos Índios foi Luís Pereira da Cunha, comerciante e sogro do Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Este tentou usar de sua amizade com Júlio Mattiazzi, com quem se correspondia e enviava amostras de pássaros e plantas para o Real Gabinete de Lisboa.²⁴⁷

Mesmo tendo bons relacionamentos na colônia e no Reino, o *botica* Joaquim de Almeida Carvalho e o comerciante Luís Pereira da Cunha não conseguiram ser nomeados para o cargo. Joaquim de Almeida Carvalho solicitou, mas o Intendente do Comércio saiu em defesa de João Manuel Rodrigues. Quanto ao pedido de Luís Pereira da Cunha, não foi atendido pois, nesse momento, a TGCI estava passando por uma espécie de auditoria externa e interna, principalmente quando o Governador sucessor de Telo de Menezes reportou à rainha as condições em que se encontrava a Tesouraria. Dizia o novo governador, Martinho de Sousa e Albuquerque, que a Tesouraria estava “em má administração,” inclusive informou que faria uma “exata revista nas contas desde o ano de 1757.”²⁴⁸

A TGCI sob a administração do segundo Tesoureiro fora marcada por denúncias, conflitos e descaminhos. No ano de 1780, atendendo à determinação da rainha por despacho do Conselho Ultramarino, o Provedor do Assentamento e Contador dos Contos Extintos, Miguel de Gouveia Pegado, constatava que o Tesoureiro João Manuel Rodrigues desencaminhou 3.731\$590 (três milhões, setecentos trinta e um mil e quinhentos e noventa réis) da Fazenda Real referente ao ano 1777. No fragmento abaixo, notam-se os ditos “descaminhos” praticados na Tesouraria Geral do Comércio dos Índios:

No modo mais abreviado exponho a V. M. a resulta do exame, que fiz nas contas deduzidas no dito mapa em que achei setenta e nove erros, que sobem o valor de três Contos, setecentos trinta e um mil, quinhentos e noventa réis de descaminho feito a Real Fazenda; e quatrocentos, oitenta e três mil, duzentos e dez réis, em que tem

²⁴⁶ Responsável pelas questões relacionadas a saúde, espécie de médico.

²⁴⁷ OFÍCIO de Luís Pereira da Cunha para Júlio Mattiazzi, sobre a remessa de produtos naturais a bordo da charrua que partiu do Pará para o Reino e informando que se encontra a prepara uma nova remessa de cacau e café pela charrua que irá chegar ao Pará, e solicitando sua nomeação para o ofício de tesoureiro dos Índios da cidade de Belém do Pará, em recompensa pelos serviços prestados. Pará, 4 novembro de 1786. AHU_ACL_CU_013, Cx. 96, D. 7599; OFÍCIO de Luís Pereira da Cunha a Júlio Mattiazzi, sobre a remessa de produtos naturais para o Reino e reiterando a sua nomeação para o ofício de tesoureiro da Tesouraria dos Índios da cidade de Belém do Pará, em recompensa pelos serviços prestados. Pará, 20 de janeiro de 1787. AHU_ACL_CU_013, Cx. 96, D. 7620

²⁴⁸ CARTA do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], Martinho de Sousa e Albuquerque, para a rainha [D. Maria I], sobre a má administração da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios do Estado do Pará. 15 de setembro de 1784. AHU (avulsos-PA), Cx. 93, Doc. 7446.

prejudicado o Tesoureiro como vai demonstrado na dita Memória e seu resumo com distinção pelos números, que com bem ofereço em resposta [...]²⁴⁹

Gouveia Pegado baseou sua investigação no documento “Memória dos Erros que se acham no Mapa das Contas da Tesouraria Geral do Comércio das Povoações de Índios do Estado do Grão-Pará”. Assim, tanto no rendimento como na despesa da TGCI do ano de 1777, o contador percebeu, com exatidão, consideráveis somas de dinheiro desviadas da TGCI na administração de segundo tesoureiro. Em termos de comparação, ao que tudo indica, o governador João Pereira Caldas, que outrora havia empossado João Manuel Rodrigues por suas qualidades, também propiciou que a Coroa investigasse as contas da TGCI, pois fora João Pereira Caldas que enviara a memória que motivou as averiguações feitas pelo contador do Conselho Ultramarino.

Outra queixa contra os administradores da TGCI ocorreu no ano de 1779, também na administração de João Manuel Rodrigues. Em carta datada de 27 de julho de 1779, José Justiniano de Oliveira Peixoto, juiz de fora e da alfândega de Belém, queixava-se para a rainha Dona Maria I sobre a má administração e desordens na TGCI. Segundo o juiz José Justiniano Peixoto, João Manuel Rodrigues se utiliza do cargo de tesoureiro em proveito próprio, usando o seu emprego para atender as suas conveniências pessoais e interesses particulares que, nas palavras do juiz, causavam má administração e desordem na TGCI, como se pode depreender do excerto da queixa abaixo:

[...] as mais lastimosas desordens na Tesouraria dos Índios [sic] em prejuízo mais que consideráveis de inocentes e miseráveis índios, os quais devendo-lhes o tesoureiro os pagamentos pelo produto dos efeitos arrematados empregando-se estes auto sistematicamente em fazendas as mais consideradas em preço do país em qualquer parte em que assim se achem e da natureza que melhor convenham e sejam úteis a si mesmos, os índios, tudo regulado pelas respectivas formalidades da Lei do Diretório que não ficou esta escolha, nem o emprego da estupidez e inocência deles, o tesoureiro dessas comerciassem com o intendente, que há pouco acabou de servir aquele lugar, tendo em vista somente as suas pessoais conveniências, não fizeram uso das regras estabelecidas pelo exercício do seu ministério, senão enquanto lhes podiam servir para levar as suas extorsões e monopólio com aparências de justiça: esta desordem não tem sido restrita somente a uma parte da dita administração, mas infelizmente para os miseráveis índios, tanto da proteção de V. Majestade quanto dela se faz digno um povo nascente para o mundo civil, se tem difundido a todas as partes daquela tesouraria; pela qual até arbitrariamente, junto com aquele ministro num dos anos próximo de avultadas somas de dinheiro de rubricas de livros destinados por ele e o tesoureiro ao respectivo expediente com

²⁴⁹ CARTA do Provedor do Assentamento e dos Contos Extintos [Repartições do Conselho Ultramarino], Miguel de Gouveia Pegado, para a Rainha, Dona Maria I, remetendo e analisando a memória enviada pelo ex-governador e capitão general do Estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas, relativa às formalidades das últimas contas tomadas pelo tesoureiro geral do comércio dos índios. 30 de agosto de 1780. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 86, D. 7045.

tanta proteção e excesso, e sem contar as prontas ruínas que tais [...] sofrem neste estado, a qual lhe bastariam até a última consumação dos séculos e nunca a escrituração dos índios do Pará chegará aos culpados inteiramente concorrendo demais naquele ministro a má fé que lhe resulta de não competir ao seu cargo semelhantes rubricas [...]²⁵⁰

Em contraposição, o Intendente Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas do Grão-Pará, Matias José Ribeiro, alegava que o juiz José Justiniano Peixoto “foi movido, mais que por vingança de umas insignificantes diferenças, que teve com o Tesoureiro geral do Comércio dos Índios, João Manuel Rodrigues, chegando sua vingança até ao excesso prender o mesmo na cadeia pública desta cidade (Belém), sem motivo que pudesse obrigar à semelhante procedimento”.²⁵¹

Não nos compete aqui fazer julgamentos e sim de analisar as queixas feitas contra o segundo Tesoureiro. Poderíamos supor que tais queixas sobre João Manuel Rodrigues se davam por querelas ou quem sabe por vinganças, como exprimia o Intendente Matias Ribeiro. Entretanto, as queixas e averiguações da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios sob a administração de João Manuel Rodrigues são consistentes. A dimensão delas foi de uma expressividade que escaparam da esfera do governo e tornaram-se conhecidas do público. O próprio *botica*, como vimos, solicitando ser o Tesoureiro do comércio dos Índios, expressava a má administração de João Manuel Rodrigues. E sem falar que foi o governador João Pereira Caldas que nomeou o segundo tesoureiro e dois anos depois escrevera a memória que motivou as averiguações. Vimos também que o Conselho Ultramarino se mostrou interessado em apurar as queixas sobre o tesoureiro João Manuel Rodrigues.

Durante o mencionado período de averiguação das contas da TGCI, o titular do cargo de Intendente do Comércio, ficou despachando as atribuições do Cargo de Tesoureiro, juntamente com o Governador do Estado. Nesse ínterim, João Manuel Rodrigues solicitou demissão do cargo, alegando problemas de saúde e outros “inconvenientes, que o impossibilitaram para não poder mais continuar no laborioso exercício daquele emprego.”²⁵²

²⁵⁰ CARTA do Juiz de Fora e da Alfândega da cidade de Belém do Grão-Pará, José Justiniano de Oliveira Peixoto, para a rainha, dona Maria I, queixando-se do tesoureiro geral do comércio dos índios, João Manuel Rodrigues, e recomendando várias providências para remediar as desordens daquela tesouraria. 27 de julho de 1779. AHU (avulsos-PA), Cx. 83, D. 6815

²⁵¹ OFÍCIO do intendente geral do comércio, da agricultura e manufaturas do Grão-Pará, Matias José ribeiro, para o Secretário de Estado Marinho e Ultramar, Martino de melo e Castro, sobre as contas apresentadas nos livros da tesouraria geral do comércio dos índios e o estado atual da arrecadação dos seus rendimentos. 16 de setembro de 1782. AHU (avulsos-PA), CX. 89, D. 7233.

²⁵² REQUERIMENTO de João de Amaral Coutinho para a rainha D. Maria I, solicitando provisão da confirmação no cargo de tesoureiro-geral do comércio dos Índios do Estado do Pará e Rio Negro. Anexo: bilhete e provisão. ANT. 29 DE ABRIL DE 1792. AHU. Cx. 102, D. 8053. (avulsos do PA). Ofício do Governador Martinho de Souza e Albuquerque, datado de 05 de agosto de 1782, solicitando que a Rainha aceite o pedido de demissão do tesoureiro João Manuel Rodrigues e nomeie para o posto João de Amaral Coutinho. (Documentação obtida em anexo a fonte citada.)

Entretanto, o mesmo permaneceu afastado do cargo até aproximadamente o ano de 1792, em que, oficialmente, houve um novo provimento do cargo de Tesoureiro dos Índios, o qual foi nomeado João de Amaral Coutinho.

A historiografia sobre o Diretório tem se concentrado demasiadamente no papel dos diretores para compreender o período pombalino na Amazônia colonial e o espaço em que se desenvolveram as relações de domínio dos diretores sobre os índios. Contudo, existem outras nuances sobre as engrenagens do processo de exploração que se desenvolveu na Amazônia colonial, como pudemos perceber com a instituição da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios.

2.4 Dados Quantitativos da TGCI e Dados de Exportação Geral

Através da análise de documentos da TGCI foi possível realizar análises relacionadas às atividades de exportação de produtos no Estado do Grão-Pará entre os anos 1756 e 1782. Trata-se de Mapas com dados quantitativos de produção, rendimentos, preços de produtos e demais informações que foram comparados com os dados da exportação geral, e a partir de então foi possível traçar um panorama das atividades econômicas do Estado do Grão-Pará, no espaço de tempo de 1756 a 1782. Esses anos compreendem todo o período Pombalino até cinco anos subsequentes.

A metodologia aplicada foi a de utilizar os dados constantes nos mapas, utilizando as somas contidas conforme os cálculos da documentação oficial. Vamos analisar documentação de modo mais quantitativo do que qualitativo e sempre recorrendo a um modo e outro, sempre que for necessário.

2.4.1 Dados dos Mapas da TGCI (1756-1782)

Para entender como funcionava a dinâmica de receitas e despesas das vilas e lugares presentes nos mapas anuais, é necessário fazer um balanço da contabilidade interna da TGCI, o que não é o nosso propósito, haja vista os limites e objetivos da pesquisa. Desse modo, poderíamos entender, com mais precisão, a lógica contábil dos mapas. Por exemplo, temos o mapa do ano de 1792, o qual consta, sem nenhum hiperbolismo, o saldo devedor da maioria das vilas e lugares. Os Exemplos categóricos se deram nas vilas de Monte Alegre, Outeiro, Oeiras e Faro, respectivamente. Em Monte Alegre a receita foi de 1:275\$989 e a despesa foi 1:462\$796, Já em Outeiro receitas e despesas foram, de 1:246\$007 e 1:311\$127; em Oeiras os valores foram de 1:188\$478 de receita contra 1:437\$958 de despesas e, por fim, a vila de Faro a receita foi de 1:061\$280 e a despesa de 1:136\$650. O total de despesas e receitas de todas as 68 vilas, neste ano de 1792, foram: 27:932\$334 de rendimentos ao passo que a despesa foi de 35:403\$147. A tabela 2.1 descreve esse rol de despesas.

Tabela 2.1: Descrição das Despesas da TGCI em 1792.

Despesas	Valor (em réis)
Despesas do ano anterior	2:916\$379
Dízimos dos gêneros que se pagam ao embarque	181\$633
Gastos com extração das Drogas do Sertão, Agricultura, Manufaturas e Pescarias	11:054\$174
5ª parte dos produtos do Cabo da Canoa, olheiros e feitores	2:994\$278
Comissão 6% do montante para o Tesoureiro dos índios	1:459\$874
6ª parte do cultivo e gêneros, dos Diretores	2:277\$718
Parte destinada às igrejas das povoações	577\$326
Emolumentos do escrivão e do procurador dos índios	160\$000
Desconto das despesas com os oficiais	89\$258
Desconto das despesas de Descimentos	85\$267
Desconto para o Hospital da Caridade	42\$633
Rendimentos que receberam os índios das povoações	11:564\$309
Total (conforme o Mapa)	35:403\$147

FONTE: MAPA do rendimento e despesa que tiveram os gêneros entrados na Tesouraria Geral do Comércio dos Índios do Estado do Pará, no ano de 1792 e Parte da Alfândega referente às entradas de navios e a cobrança de dízimo correspondente à sua carga. 14 de março de 1794. AHU. CX. 104, D. 8205. (avulsos-PA),

Perceber-se que as contas da TGCI carecem de cuidado, pois, uma determinada atividade anual compreende entradas e saídas do ano anterior. O que esclarece o fato das contas, aparentemente serem diferentes do total relatado nos mapas. No exemplo, utilizado do ano de 1792, se somente somássemos os dados que constam como despesa o resultado seria de 33:402\$849. Contudo, a soma que consta no mapa é de 35:403\$147 acrescido de um saldo devedor para o ano seguinte de 7:476\$316.

Em suma, a documentação dos dados quantitativos disponibilizada pela TGCI é bastante extensa, o que de certo modo, delonga tempo para ser pormenorizada quantitativamente. Nesse sentido, nossa pesquisa se ateve aos dados mais gerais; com finalidade isagógica que podem fornecer elementos para outras pesquisas de caráter mais específico. Desse modo temos os seguintes dados dos rendimentos da TGCI:

ANO	PARÁ	RIO NEGRO	GRÃO-PARÁ
1757	10.907.312	3.225.868	14.042.180
1758	14.355.488	8.520.831	22.876.319
1759	12.314.643	8.371.592	20.687.235
1760	18.798.014	12.853.640	31.651.654
1761	22.905.967	7.623.082	30.529.049
1762	38.505.464	18.850.101	57.355.565
1763	19.355.030	5.541.810	24.896.840
1764	21.156.888	7.229.116	28.386.004
1765	27.904.846	10.948.081	38.852.927
1766	31.548.342	9.561.735	41.110.077
1767	26.337.104	12.333.678	38.670.782
1768	25.431.994	17.395.622	42.827.616
1769	24.669.687	11.019.353	35.689.040
1770	19.631.500	8.411.748	28.043.248
1771	21.670.974	9.944.237	31.615.211
1772	25.099.702	21.091.094	46.190.796
1773	25.955.048	15.974.122	41.929.165
1774	26.752.038	16.678.665	43.430.703
1775	27.124.774	11.623.776	38.748.550
1776	29.276.976	16.142.583	45.419.559
1777	27.623.775	11.297.729	38.921.504
1778	30.441.614	9.787.127	40.228.741
1779	29.712.607	10.085.610	39.797.617
1780	25.697.738	9.594.829	35.292.567
1781	20.934.991	3.706.055	24.641.046
1782	33.907.385	7.772.529	41.679.914
TOTAL	638.019.901	225.644.613	923.513.909

Quadro 2.3 – Rendimentos da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios

FONTE: Elaborado pela autora a partir das informações contidas em *Mapa do que tem importado na Tesouraria Geral do comércio dos índios, os rendimentos de todas as vilas e lugares das Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro que teve princípio no ano de 1757*. Manuscrito. AHU. OFÍCIO do intendente geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas da capitania do Pará, Matias José Ribeiro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre a administração dos bens e rendimentos das Povoações de índios daquele Estado, e suas relações com os respectivos diretores. 21 de novembro de 1783. AHU. Cx. 90, D. 7366. (Avulso Pará)

Constata-se que a Capitania do Pará rendeu um número superior ao da Capitania do Rio Negro. Essas constatações podem ser ainda melhor observadas no gráfico 2.1.

Gráfico 2.1 – Rendimentos da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios por Capitania.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações contidas em *Mapa do que tem importado na Tesouraria Geral do comércio dos índios, os rendimentos de todas as vilas e lugares das Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro que teve princípio no ano de 1757*. Manuscrito. AHU. OFÍCIO do intendente geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas da capitania do Pará, Matias José Ribeiro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sobre a administração dos bens e rendimentos das Povoações de índios daquele Estado, e suas relações com os respectivos diretores. 21 de novembro de 1783. AHU. Cx. 90, D. 7366. (Avulso Pará).

Adicionalmente, observa-se o comparativo do percentual da contribuição das capitanias supracitadas em relação ao rendimento total da TGCI, de acordo com o gráfico 2.2.

Gráfico 2.2 – Porcentagem dos Rendimentos da Tesouraria Geral por Capitania.

Fonte: AHU. Cx. 90, D. 7366. (Avulso Pará)

Como dito anteriormente, nossos dados se resumem a aspectos mais gerais, uma vez que não coletamos dados suficientes para obter a participação, individual dos produtos em

relação ao montante dos rendimentos da TGCI. Entretanto, as informações gerais apresentadas pelo quadro 2.3 e gráficos 2.1 e 2.2, são imprescindíveis para fazermos comparações com os dados de exportação total o qual trataremos no item a seguir.

2.4.2 Dados do Mapa de Exportação (1756- 1782)

Os dados analisados nesta pesquisa fazem parte da documentação apresentada nos livros oficiais da alfândega do Estado do Grão-Pará, os quais foram compilados pelo então governador do Estado, João Pereira Caldas, dando conhecimento à Coroa, de toda a exportação praticada desde o ano de 1730 até o ano de 1777. Utilizamos os dados da série dos anos que correspondem ao período de vigência da Companhia de Comércio, 1756 a 1777. Para completar os demais anos que seguem até 1782, foi utilizado os mapas das embarcações, separados por ano, disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino. Toda essa documentação traz informações como: preços dos gêneros, total da carga, quantidade de embarcações utilizadas para escoamento da carga, valor total da exportação por ano.

Para ilustrar o conteúdo desses dados, escolhemos realizar análises estatísticas básicas de alguns produtos: algodão, açúcar, cacau, cravo fino, cravo grosso, salsa, café. A escolha de tais produtos não foi de maneira aleatória, escolhemos o algodão e açúcar, por serem esses produtos emblemáticos para exploração colonial portuguesa na América. O Cacau por ser o principal produto da pauta de exportação, o cravo fino, o cravo grosso e salsa por serem produtos com preços consideravelmente altos e estáveis. O café por ser um dos gêneros que tiveram a produção incentivada pela Coroa – desde o início do século XVIII – igualmente outros, tal como o anil e a canela²⁵³. No entanto, escolhemos o café porque foi um dos produtos que, em relação a canela e o anil, foi o que mais teve sucesso nas exportações. assim, temos:

- Algodão

A exportação do algodão ao longo do tempo cresceu, saindo de 57 arrobas no ano de 1757 para 13.283 no ano de 1782. Um crescimento que pode ter sido incentivado pela Coroa, haja vista que no ano de 1756 o Conselho Ultramarino sugeriu a diminuição de um ou dois por cento do direito do algodão, nas alfândegas, para animar os lavradores a fabricar e

²⁵³ NEVES Neto, Raimundo Moreira das. Op. cit. 2017 p.99-103.

comercializar o gênero.²⁵⁴ Outro motivo do aumento da exportação poder ser o crescimento do mercado externo,²⁵⁵ aumentando assim o preço da arroba do produto, o qual já era um valor significativamente alto. A variação do preço da arroba do algodão no Grão-Pará e Rio Negro ficou entre 3.600 no ano de 1756 a 8.000 no ano de 1782.

Uma outra informação que fica evidente na Consulta do Conselho Ultramarino diz respeito a uma representação feita por Manuel de Albuquerque Aguiar no ano de 1738, o qual dar entender que inicialmente a fábrica de tecer algodão tinha como principal finalidade abastecer o fardamento das tropas militares.²⁵⁶ Portanto, a produção do algodão poderia estar mais envolvida com o consumo interno, o que pode ser um dos motivos da baixa exportação.

No ano de 1769, consta no mapa da Tesouraria Geral do Comércio dos índios a produção de 72 arrobas de algodão. Contudo, no mapa de exportação constam apenas 12 arrobas exportadas de algodão em rama.²⁵⁷ Corroborando a ideia de a produção para o mercado interno ser maior que a produção para exportação, pelo menos até o ano de 1775, quando percebemos um aumento da exportação conforme o gráfico 2.3.

Gráfico 2.3 – Exportação do Algodão nos anos de 1756 – 1782.

²⁵⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. José, sobre os privilégios a conceder aos lavradores de algodão enquanto fornecedores da fábrica de panos daquela capitania. Lisboa, 3 de novembro de 1756, AHU. Cx. 41, D. 3794. (Avulsos Do PA)

²⁵⁵ Ver. MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (mestrado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 2017. O autor concebe discussões historiográficas a respeito do algodão no contexto internacional.

²⁵⁶ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. José, sobre os privilégios a conceder aos lavradores de algodão enquanto fornecedores da fábrica de panos daquela capitania. Lisboa, 3 de novembro de 1756, AHU. Cx. 41, D. 3794. (Avulsos Do PA). ver Anexos da documentação.

²⁵⁷ MAPA do rendimento na Tesouraria Geral do Comércio dos Índios relativo a todas as vilas e lugares do Pará no ano de 1769. 06 de agosto de 1769. Cx. 64, D. 5557. (avulsos do PA)

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

- Açúcar

O Açúcar era um produto de pouca expressividade na pauta de exportação do Grão-Pará. Fato perceptível na análise do gráfico 2.4. O maior pico de exportação por arrobas foi no ano de 1758, quando o produto alcançou um total de 1.338 arrobas ao preço de 1.100 réis. Na série anual de 1756 a 1782, o açúcar ficou dez anos com zero exportação. Vejamos.

Gráfico 2.4 – Exportação do Açúcar nos anos de 1756 – 1782.

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

- Cacau

Segundo Karl Arenz, o cacau inicialmente era um simples produto amazônico, e logo tornou-se uma questão de economia atlântica. Pois, o produto era indispensável para o fabrico de chocolate que a época era uma bebida de luxo, apreciada na Europa²⁵⁸. Para o autor, o cacau passou a ser cultivado e comercializado, sistematicamente na Amazônia, graças ao interesse particular do Jesuíta Bettendorff, que na década de 1670, consciente que o fruto ocupava uma posição chave na relação comercial com a metrópole, introduziu a cultura

²⁵⁸ ARENZ, Karl Heinz. Op. Cit., 2010, p. 340.

do cacau no Maranhão. De acordo com os dados de Arenz, citando Bettendorf: “ Seis árvores e, no máximo, dez dão a cada ano uma arroba; mil árvores dão cem arrobas, que são vendidas por mais de mil cruzados.”²⁵⁹

Em 1685, foi publicado pelos franceses, um livro em latim a respeito dos benefícios do cacau: suas vantagens econômicas e outros atributos do fruto²⁶⁰. Em finais do século XVIII, o livro “O Fazendeiro do Brasil”, reforça a ideia de que o gênero ainda tinha grande valor na Europa:

O Chocolate, este presente que, o México e o Amazonas fizeram a Europa, é hoje nela tão comum, principalmente, na Espanha, e Itália, que os velhos sobretudo, não poderiam viver sem este precioso licor.²⁶¹

Corroborando com a análise do autor supracitado, em relação ao valor comercial do cacau, temos os dados da exportação do cacau nos gráficos 2.5 que testificam, em números, a predominância do produto, aproximadamente um século após as primeiras investidas da expansão do cacau da Amazônia para o Maranhão.

Gráfico 2.5 – Exportação do Cacau nos anos de 1756 – 1782 em arrobas.

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

²⁵⁹ Ibidem, p. 338-339.

²⁶⁰ DUFOUR, Phillippe Sylvestre. *Tractatus novi de potu caphe; de chinensivm the; et de chocolata*. Paris: Apud Petrum Muguet. 1685. Livros. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3867>. Ver imagem do Apêndice A, em anexo.

²⁶¹ VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, criador, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto*. Tomo 3, parte 3: Bebidas Alimentosas [Cacau]. Lisboa: Impressão Régia, 1805.bb

Nos anos de 1758, 1769 e 1774 foram os anos em que teve queda na exportação. 7.960, 963, 4.112 arrobas, respectivamente. Contudo quando formos analisar o gráfico de exportação total, percebe-se que a queda se processou em todos os produtos. E mesmo em queda, o cacau se manteve como o produto com maior volume de exportação. Vale lembrar que os dados apresentados pelo gráfico dizem respeito a exportação e não a produção. Uma vez que o mapa da TGCI apresenta uma produção de 6.720 arrobas de cacau para o ano de 1769; um número bem abaixo em relação aos demais anos, porém, quando comparado a 963 arrobas da exportação total do ano de 1769, julga-se um número expressivo de produção que não foi exportado. Em compensação o ano seguinte, de 1770, a exportação subiu para 51.249 arrobas.

Em relação ao cacau, com os dados que dispomos, a média do preço da arroba, nos anos de 1756 a 1782, foi de 1.548 réis. Não sabemos o valor ao qual era comercializado na Europa. Por ser um produto que se manteve predominante na pauta de exportação seria interessante pesquisar os valores correspondentes no mercado externo. Considerando que o mesmo foi tema dos chamados manuais agrícolas dos finais do século XVIII; livros que deveriam promover a instrução dos agricultores da colônia, para que os mesmos melhorassem os seus métodos de produção agrícola e com isso dinamizar agricultura, o qual era vista como um dos pilares de sustentação do império ultramarino português.²⁶² Portanto, também, um dos pontos centrais da economia colonial.

O cacau era assunto de deliberações das resoluções dos Conselhos dos negócios de mercadores e negociantes. Como foi o caso do Conselho da cidade de Bayonne, na França, que estabeleceu que a referida cidade, ao receber o açúcar e o cacau vindo do *Brasil de Portugal*, transportaria os mesmo para a Espanha, pagando os direitos ordinários do costume de Bayonne, a partir de 23 de abril de 1701.²⁶³ Portanto, pouco se sabe como funcionava esses contratos, na Europa, em relação ao cacau, nem na primeira metade do século XVIII²⁶⁴, tampouco na segunda metade.

²⁶² AZEVEDO, Dannylo de. O Fazendeiro do Brasil: Manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). USP, São Paulo, 2018.

²⁶³ *Arrest du Conseil d'Etat du Roy, qui ordonne que l'Entrepot des Cassonades & Cacao. Paris. Edit. De l'Imprimerie de Frederic Leonard, Imprimeur du Roy. 1701.* Folhetos Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5214>.

²⁶⁴ Encontramos alguns dados sistematizados da exportação do cacau para os 1730 a 1750, em NEVES NETO, Raimundo Moreira das. Op. cit. 2017, p.109 -111.

- Cravo Fino

Considerado como fruto da terra, o cravo fino, assim como o cacau, também foi inicialmente utilizado como mercadoria e dinheiro²⁶⁵. Sua importância para economia do Grão-Pará, pode ser identificada por seus elevados preços. A média do valor da arroba nos anos de 1756 a 1782 foi de 4. 6000 réis. Desse modo, ainda que a quantidade de arrobas exportadas fosse considerada baixa, o valor do cravo fino era significativo para a exportação. O gráfico 2.6 demonstra que o máximo de arrobas exportadas nesse intervalo de tempo foi de 4.102 arrobas. Entretanto se comparado ao gráfico de valores de produtos por exportação o cravo fino desponta como um dos que teve maior reputação.

Gráfico 2.6 – Exportação do Cravo Fino nos anos de 1756 – 1782 em arrobas.

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

- Cravo Grosso

A economia amazônica foi caracterizada pela intersecção do cultivo de muitas espécies. O estabelecimento da política agrícola da Coroa portuguesa ao longo do século

²⁶⁵ SILVA, Lima, Alam da; CHAMBOULEYRON, Rafael; Camargo IGLIORI., Danilo. Plata, paño, cacao y clavo: "dinero de la tierra" en la Amazonía portuguesa (c. 1640-1750) Fronteras de la Historia, vol. 14, núm. 2, 2009, pp. 205-227. Instituto Colombiano de Antropología e Historia Bogotá, Colombia. P. 208. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=83312209001>.

XVII e início do século XVIII, determina a plantação das especiárias amazônicas²⁶⁶. Assim sendo, essas especiárias englobavam o cravo grosso. Para informar a quantidade da exportação do cravo grosso, mantendo a metodologia anteriormente utilizada, elaboramos um gráfico de quantidade de arrobas por exportação. Assim temos:

Gráfico 2.7 – Exportação do Cravo Grosso nos anos de 1756 – 1782 em arrobas.

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

Ao observarmos a linha de tendência da quantidade exportada a mesma oscilou negativamente, fechando a série com 788 arrobas. Entretanto o preço do produto oscilou positivamente saindo do valor de 3.000 réis a arroba no de 1756 e chegou a 3.440 no ano de 1782. A média do cravo grosso nesse intervalo de tempo ficou em 2.650 réis, um preço considerado relativamente alto, quando comparado com os demais produtos.

- Salsa

A salsa compreende também o conjunto de produtos das drogas do sertão. A salsa faz parte do denominado sistema agroextrativista. Ou seja, produtos que passaram por experimentos de cultivo, ao longo do século XVII, firmando o cultivo racional e a

²⁶⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. Op. Cit. 2014. P.3

comercialização dos mesmos no século XVIII.²⁶⁷ Fazem parte desse sistema as drogas que alteraram a produção, anteriormente eminentemente extrativa, para um modo de produção baseado na agricultura.²⁶⁸

Embora seja um gráfico em que fica evidente as oscilações no número de arrobas, haja vista que em 1758 a exportação não sai da casa de um dígito, com nove arrobas exportadas, evoluindo para 6.067 arrobas no ano de 1778. Podemos destacar pelo gráfico 2.8, a tendência do crescimento da quantidade da salsa exportada. A média do preço da salsa durante esse intervalo de tempo ficou em 4.300 réis. Cujos preços mais baixos foram 3.000 réis e o mais alto 6.800.

Gráfico 2.8 – Exportação da Salsa nos anos de 1756 – 1782 em arrobas.

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

• Café

O café, como se sabe, não é nativo do Grão-Pará, mas a sua produção foi incentivada pela Coroa portuguesa por entenderem que, caso fossem cultivados iriam render mais que os

²⁶⁷ NEVES Neto, Raimundo Moreira das. Op. cit. 2017 p. 90-108.

²⁶⁸ MENEZES, Maria de Nazaré Ângelo. “O sistema agrário do vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação”. In: *Revista Projeto História: espaço e Cultura*. São Paulo, n.18, p.239.

produtos da terra.²⁶⁹ Segundo Neves Neto, o incentivo se materializou em 1730, através do Conselho Ultramarino. Possivelmente o período de 1731 a 1736 foi o tempo necessário entre a semeadura e a primeira colheita.²⁷⁰

Desde o século XVII²⁷¹, se pensava a viabilidade de cultivar o café. Por isso colocamos o café como um dos itens de nossa análise individual por produto, com o intuito de perceber os resultados dessa perspectiva metropolitana, de plantação do café, como frente adversa aos produtos do sertão.

Seguem ilustrados no gráfico 2.9 os dados da quantidade exportada e preços por arrobas, nos anos de 1756 a 1782.

Gráfico 2.9 – Exportação da Café nos anos de 1756 – 1782 em arrobas.

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

A média do preço da arroba do café compreendia 2.460 réis. A maior exportação registrada na série foi no ano de 1760 com um total de 8.470 arrobas.

²⁶⁹ NEVES Neto, Raimundo Moreira das. Op. cit. 2017 p. 101;109-110.

²⁷⁰ Ibidem. P.110.

²⁷¹ Ibidem. P. 101-102. Cf. A figura 2.2 em anexo. Retrata esse propósito de plantar o café na região colonial, por iniciativa dos europeus, nos idos de 1685.

2.4.3 Comparações Gráficas entre os Dados de Exportação e os da TGCI

Comparando as quantidades exportadas dos diferentes produtos desta pesquisa; dentro do nosso recorte temporal, elaboramos um gráfico para comparar o produto com maior valor de preço ao longo do tempo pesquisado: Assim temos no gráfico 2.10 a sequência dos produtos com os preços mais elevados: cravo fino e a salsa em primeiro e segundo lugar, respectivamente. Seguidos nesta ordem por algodão, cravo grosso, café, açúcar e cacau.

Informamos que nos anos em que determinados produtos, (algodão e açúcar) não tiveram exportação, o preço da arroba aparece zerado. Por conseguinte, o algodão foi o produto que teve o maior valor registrado: 8.000 réis a arroba, no ano de 1782. Enquanto que o açúcar foi o produto com menor quantidade exportada, e os demais produtos, cacau, cravo fino e café eram os produtos com maior estabilidade do preço de exportação.

O gráfico 2.11 demonstra a porcentagem dos produtos no valor total da exportação. A maior porcentagem é proveniente do cacau. Logo, o produto de maior peso nas exportações gerais, não era necessariamente, o mais caro e sim, o que detinham a maior quantidade de arrobas exportadas. Assim, destacamos o ano de 1762, em que o cacau representou 82,29% do valor total da exportação. O menor índice percentual registrado do cacau foi no ano de 1781, com 14,68% do valor total de exportação.

Baseado nas informações do gráfico 2.10 e 2.11, elaboramos a amostragem do gráfico 2.12, que denota a quantidade da exportação cada produto e foi possível verificar a quantidade do cacau em relação aos demais produtos, por arrobas.

Gráfico 2.10 – Preço da Arroba dos Produtos (1756-1782).

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

Gráfico 2.11 – Porcentagem de cada Produto nos Rendimentos de Exportação Total (1756-1782).

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

Gráfico 2.12 – Quantidade de arrobas por produtos (1756-1782).

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212 (avulsos/PA).

Quanto aos valores de Exportação total, eles podem ser evidenciados no Gráfico 2.13. Note-se que a partir do ano de 1775 os valores de exportação ficaram em crescimento ininterrupto. No entanto, observamos que nos anos de 1758, 1769 e 1774, houve uma baixa nos valores de exportação. A princípio, poderíamos dizer que houve uma baixa produção, porém, quando verificamos os mapas da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios, observamos que não houve queda significativa dos rendimentos da mesma para estes anos mencionados.

Gráfico 2.13 – Rendimento das exportações Totais 1756 – 1782 em Réis.

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D. 7212. (Avulso PA).

No ano de 1769, cuja exportação foi a mais baixa, a produção do cacau, cravo fino, cravo grosso e salsa, nas povoações dos índios, foram maiores do que a exportação dos mesmos. Entretanto, não conseguimos identificar o motivo dessa queda na exportação. É possível que tenha sido a indisponibilidade de embarcações para escoamento da produção, considerando que se produziu além do que foi exportado.

Produtos	Produção TGCI @	Ex. total @	Rendimento anual TGCI (Réis)	Rendimento anual Exportações Totais (Réis)
Cacau	6.720	963	35.689.040	4.072.508
Cravo. Fino	683	7		
Cravo. Grosso	328	132		
Salsa	1.259	16		

Quadro 2.4 – Comparação da produção da TGCI e Exportações Totais (ano de 1769).

FONTE: MAPA do rendimento na Tesouraria Geral do Comércio dos Índios relativo a todas as vilas e lugares do Pará no ano de 1769. Pará, 6 de agosto de 1769. AHU. CX.64. D. 5557(avulsos-PA).

A combinação dos valores do Quadro 2.3 (relativo aos rendimentos da TGCI 1757 - 1782) com os dados de exportação total, excetuando-se o ano de 1756, temos o gráfico 2.14.

Gráfico 2.14 – Rendimentos da Tesouraria e Rendimentos da Exportação Total (1757-1782)

*com tabela de dados demonstrativo da porcentagem (%) da Tesouraria em relação ao Rendimento de Exportação Total

Legenda: TGCI = Tesouraria Geral do Comércio dos Índios; EX..T= Exportação Total.

FONTE: AHU. CX.79. D. 6536, 6572; CX.82. D. 6717; CX. 84. D. 6921, 6926; CX.86. D. 7006; CX. 88. D. 7166, 7163, 7174, 7177, 7180, 7213, 7211, 7212, 7265; CX. 88. D.7212;Cx.90,D.7366.(Avulsos/PA)

Desse modo, processamos o cruzamento de dados entre as informações constantes dos mapas de exportação e mapa dos rendimentos da Tesouraria. Destacamos novamente a diminuição geral na quantidade de produtos exportados nos anos 1758, 1769 e 1774 e a informação de que nesses anos, os rendimentos da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios foram superiores aos rendimentos de exportação total.

Segue a tabela 2.2 para efeito de informação geral dos dados detalhados nos gráficos.

Produtos	Rendimentos
Algodão	237.241.547
Açúcar	4.329.800
Cacau	1.724.646.109
Cravo Fino	204.558.419
Cravo Grosso	99.413.131
Salsa	235.436.271
Café	275.990.082
Outros	696.462.533
Total	3.478.077.892

Tabela 2.2: Total dos rendimentos de Exportação - 1756-1782.

FONTE: CX.79. D. 6536, 6572, CX82. D.6717, CX 84. D. 6921,6926, CX.86. D. 7006, CX.88. D. 7166,7163,7174,7177,7180,7213,7211,7212,7265, CX.88.7212.

Capítulo III

Formas de Exploração do Trabalho Indígena

*A terceira máxima que estabeleço que o puro ganho que pode provir de qualquer ramo do comércio não é o único objeto de quem nele trafica. Principal ou juntamente se deve atender à navegação que o mesmo comércio pode ocasionar. E com grande razão, porque a navegação mercantil é a base da marinha, o fundamento do Estado e a fonte onde derivam as riquezas dos povos.*²⁷²

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) – Marquês de Pombal

A metrópole criou o arsenal de marinha do Pará, e nele foram construídas a charrua S. João Magnânimo, a fragata Pérola, e outras de igual porte, e deixou nos estaleiros, em construção, a fragata Leopoldina.

*Barão de Marajó*²⁷³ (1832-1906)

Neste capítulo, discutiremos um estudo de caso em que os índios foram empregados como mão de obra especializada na construção naval de grande porte, um

²⁷² MELO, Sebastião José de Carvalho e. Reflexão primeira as máximas gerais do Comércio que formam o espírito da nação Inglesa. *Escritos Econômicos de Londres – 1741- 1742*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, p. 36- 43. Extratos. 3ª máxima.

²⁷³ ABREU, José Coelho da Gama. *A Amazonia: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brazil*. Lisboa. Typographia Minerva, 1883, p. 89-90.

trabalho relacionado à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, porém, não pelas vias de produção de gêneros para exportação, e sim um trabalho útil e necessário ao escoamento desses mesmos gêneros. Entendemos que mesmo após a extinção da Companhia, as práticas desenvolvidas pela mesma perduraram durante o reinado de D. Maria. Nossa análise tenta pensar a questão para além do estrito marco temporal deste trabalho, haja vista que nosso intuito é compreender o universo do trabalho indígena ao tempo do Diretório dos Índios.

3.1 A Companhia de Comércio e os Índios

O primeiro ponto a se destacar é a permanência de práticas econômicas e de exploração da mão de obra indígena que remontam a décadas antes da implantação das reformas pombalinas. Concorre para essa leitura as instruções de governo remetidas pelo Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, ao governador Dom Francisco de Sousa Coutinho, de 22 de abril de 1790, que apontavam para a permanência das práticas extrativistas e do uso da mão de obra indígena desenvolvidas na primeira metade do XVIII:

15º [...] antes do ano de mil setecentos cinquenta e cinco, e da existência da Companhia do Pará todo o comércio de exportação daquela capitania se dúzia aos gêneros e drogas do sertão, tais como o cacau, o café, a salsa e o cravo fino e grosso; os índios, ou mandados, ou por sua conta os iam buscar ao sertão, dali os conduziam às suas canoas, e nelas os transportavam ao Pará, aonde eram vendidos, e exportados para Europa, *tudo da mesma forma que ainda agora se pratica* (grifo nosso)²⁷⁴.

Com a instituição da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o rei D. José entregou aos interesses da Companhia o monopólio da navegação, do comércio externo e do tráfico de escravos. Primorosos estudos a respeito da Companhia se remetem a essas consolidadas características, uns trazem informações a respeito da introdução e tráfico de escravos africanos, outros mapearam os dados de exportação e há aqueles que se dedicam a entender a assimilação que tiveram os comerciantes locais que não foram abarcados pela Companhia de Comércio.

²⁷⁴ INSTRUÇÃO Régia para D. Francisco de Souza Coutinho governador e Capitão General da Capitania do Pará. 22 de abril de 1790. Registro de cartas régias, instruções, provisões e avisos para o governador e outras autoridades das capitanias: do Pará e do Rio Negro. 1790-1799. AHU, Cód. 588, f. 6.

Para Manuel Nunes Dias, a introdução de mão de obra africana no Estado do Grão-Pará e Maranhão era a principal razão da existência da Companhia. O tráfico de escravo era um negócio vital diante da suposta a liberdade dos índios.”²⁷⁵

Vicente Salles, também avalia positivamente a introdução da Companhia:

Os vinte e dois anos de atividades da Companhia provam que a empresa pombalina, apesar de seus defeitos, não falhou e que a política escravista adotada pela metrópole, sob a inspiração do Marquês de Pombal teve profundas consequências na Amazônia²⁷⁶

Diferente posicionamento tem João Lúcio de Azevedo. Este afirma que a dinâmica da Companhia de Comércio não foi bem-sucedida e que “no Pará, nem a menor recordação subsiste d’esta empresa, que cercada de tantos privilégios, devia opulentar esta região fertilíssima.” O autor se refere a um possível “desenvolvimento da colônia” que a Companhia deveria ter deixado de contrapartida em nome dos benefícios adquiridos em virtude da exploração econômica da região.²⁷⁷

Antônio Carrera, diz que, em relação à venda de escravos africanos no Pará e Maranhão, a Companhia concedia facilidades de pagamento no valor dos escravos, com prazo de dois a três anos, mediante a liquidação em gêneros, haja vista que os maiores lucros que a Companhia auferiam não provinham do negócio de escravos, este regulamentado por diversas leis régias. O autor diz ainda que a venda de escravos produziu ganhos irrisórios comparativamente aos obtidos nas mercadorias e nos gêneros transacionados nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão.²⁷⁸

Segundo consta na *Instrução Régia* para D. Francisco de Souza Coutinho, documento que recebeu ao assumir o cargo de governador do Grão-Pará e Rio Negro,

[...] a Companhia do Pará [...] introduziu ali a Escravatura que deu a crédito aos seus habitantes, e confiou-lhes efeitos, e cabedais para os animar a cultivarem a terra. Dessa Corte se lhe fizeram diferentes remessas de gente, e consideráveis somas de dinheiro, que sucessivamente tem continuado depois de trinta a quarenta anos e ainda continuam; e com estes socorros entraram os referidos habitantes, não só

²⁷⁵ DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: UFPA, 1970, vol. 1. p. 459.

²⁷⁶ SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas & UFPA, 1971, p. 60.

²⁷⁷ AZEVEDO, João Lúcio. *Estudos de História Paraense*. Belém: SECULT, 1994, p.102-103.

²⁷⁸ CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Vol. 1: O Comércio Monopolista: Portugal- África- Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1988, p. 59-60.

a aumentar consideravelmente as plantações que já tinham de frutos da terra do consumo da mesma terra, tais como farinhas, milho, feijão, diferentes qualidades e legumes e outros semelhantes; mas a aumentar outras plantações ou a estabelecê-las de novo de gêneros que irão ao mesmo tempo de consumo da terra, e igualmente de exportação e embarque, tais como o açúcar, enquanto houve, a aguardente, o mel, o óleo de [Copaíba], o urucum, o arroz, o algodão e até as manadas de gado tiveram considerável aumento, como se vê da grande quantidade de couros em cabelo, [atanadas], que anualmente se exportam daquela Capitania.²⁷⁹

Quanto à produção de cacau, a discussão se enriqueceu com o debate iniciado quando Dauril Alden contestou os dados de Manuel Nunes Dias. Ambos se basearam na produção do cacau e o grande volume de exportação deste. No entanto, Nunes Dias entendeu que foi somente a Companhia de Comércio que dinamizou a produção das atividades econômicas no Grão-Pará e Maranhão, possibilitando, com Pombal, o ingresso da região no comércio interatlântico.²⁸⁰ Na análise de Dauril Alden, a Amazônia portuguesa já estava inserida no circuito atlântico mercantil antes mesmo do período pombalino. Alden, considerando a exportação do cacau na primeira metade do século XVIII, entende que não fora a Companhia que introduziu a Amazônia no comércio interatlântico. Assim, para o autor, a Amazônia já exportava uma expressiva quantidade de cacau, além de outros produtos como salsa, cravo fino, cravo grosso, açúcar, anil, café e couros.²⁸¹

Para historiadores da área econômica esses assuntos, de fato, são mais atrativos. Mas, como o intuito de nossa pesquisa é entender a participação do trabalho indígena no Grão-Pará da segunda metade do século XVIII, fomos atrás de saber como ficou a situação do índio diante da introdução de africanos na região. O que para nossa pesquisa se apresentava como um problema, haja vista que a Companhia estava relacionada, no aspecto local, com a Lei de Liberdade dos índios e a introdução de uma nova modalidade de mão de obra. Segundo João Lucio de Azevedo, no alvorecer da ascensão de Pombal, três pontos da política reformista pombalina estavam intimamente

²⁷⁹ INSTRUÇÃO Régia para D. Francisco de Souza Coutinho governador e Capitão General da Capitania do Pará. 22 de abril de 1790. Registro de cartas régias, instruções, provisões e avisos para o governador e outras autoridades das capitanias: do Pará e do Rio Negro. 1790-1799. AHU, Cód. 588, f. 9.

²⁸⁰ DIAS, Manuel Nunes. *As frotas do cacau da Amazônia (1756-1777): Subsídios para o estudo do fomento ultramarino português no século XVIII*. In: Revista de História. São Paulo: n. 49, p. 363-377, jan./mar. 1962.

²⁸¹ ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de História econômica comparada*. Belém: UFPA/NAEA, 1974, pp 125-126).

relacionados, quais sejam: “a criação da Companhia, a secularização das aldeias, a liberdade dos índios, sendo o primeiro a base dos outros dois.”²⁸²

Utilizamos da historiografia a respeito da introdução do africano na Amazônia, para entender o que a documentação consultada nos apresentava: o índio sendo ainda a principal força de trabalho. Condizente com isso, nos mapas de exportação o cacau aparece sendo o principal produto de exportação do porto do Grão-Pará para Lisboa.²⁸³

A historiografia nos foi de fundamental importância, pois não teríamos como fazer um estudo sobre a presença africana na economia da Amazônia. Não é nosso propósito aqui elaborar um bosquejo historiográfico a respeito do tráfico negreiro e da aplicação da mão de obra africana, nem fazer comparações entre uma e outra mão de obra, mas, sim, encontrar o elemento indígena diante dessa configuração social e política ensejada pela Companhia de Comércio, como desdobramento da política econômica pombalina. Citaremos algumas obras que nos direcionaram neste percurso.

De início, sabemos que a Companhia de Comércio tinha jurisdição nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão. É válido lembrar que também controlava o comércio da região do Mato Grosso, independente das fronteiras político-administrativa. Estas capitanias foram mais dependentes da mão de obra africana.²⁸⁴

No que diz respeito ao Maranhão, os efeitos da mão de obra Africana foram mais expressivos. Segundo Caio Prado Jr, depois da iniciativa da Companhia de Comércio, a economia do Maranhão colonial começou a andar a passos largos em um movimento ascendente que modificou o Maranhão não só economicamente, como também alterou sua fisionomia étnica, transformando uma região até então composta, quase que totalmente por colonos brancos, índios e mestiços. Caio Prado, segue sua análise dizendo “que o algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão.”²⁸⁵

²⁸² AZEVEDO, João Lúcio de. Op. Cit., 1999, p.246.

²⁸³ Ofício do Governador João Pereira Caldas para o secretário de Estado Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro enviando os mapas dos gêneros exportados daquela capitania desde 1756 a 1777. Pará, 31 de agosto de 1778 *AHU* (Avulsos -PA), cx. 80, doc. 6627. Não foi possível sistematizar os dados para apresentar nesta dissertação. Porém, esta documentação apresenta dados oficiais dos livros da alfândega do Pará, constando a quantidade de todos os gêneros exportados do Pará para Lisboa, desde o ano de 1730 até 1777, com todos os dados precisos, tais como preços e quantidade enviada por colonos e quantidade enviada pela Companhia.

²⁸⁴ DIAS, Manuel Nunes. Op. Cit., 1970, p. 465-469.

²⁸⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo* - 23º ed. - São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 91.

Uma segunda contribuição historiográfica, nos diz que aproximadamente um terço dos escravos que a Companhia trouxe ao Pará foi enviado para trabalhar nas minas do Mato Grosso.²⁸⁶

Ciro Flamarion Cardoso também compreende a Companhia Geral de Comércio como um dos eixos centrais da política de Pombal. Contudo, apesar das transformações das estruturas econômicas no Grão-Pará, o autor alerta que os efeitos da Companhia foram mais contundentes no Maranhão e defende que é conveniente relativizar os impactos da mesma no Pará, haja vista o fato de que muitos escravos eram reexportados para o Mato Grosso devido à falta de compradores naquela capitania.²⁸⁷ É importante ressaltar que Flamarion Cardoso interpreta o papel da Companhia de Comércio na capitania do Grão-Pará a partir da utilização da mão de obra escrava africana, e suas análises não refletem ao elemento indígena. A posição mais acertada para compreender os efeitos da companhia no Grão-Pará não se enquadra nos números de escravos, mas nas transações dos principais gêneros. Diga-se, as drogas do sertão.

Segundo Vicente Sales, desde o início as condições para a introdução do escravo negro no Grão-Pará eram bastantes desfavoráveis, pois não só os recursos dos colonos eram escassos como o negro teria dificuldade de se adaptar ao extrativismo, que era a atividade econômica mais rentável na região.²⁸⁸

Para Arthur Cezar Ferreira Reis, as drogas constituíam a fonte de riqueza a que os “lusitanos se atiravam” e o índio era quem melhor poderia recolher a mercadoria no interior da vegetação, já que conheciam bem a floresta e sabiam onde encontrá-las.²⁸⁹

Segundo Marley Antonia Silva da Silva, que estudou o tráfico de escravos africanos no Grão-Pará e Rio Negro, existe uma necessidade de explicar a presença africana na Amazônia:

Se por um lado afirmou-se que o negro não foi numericamente expressivo, não se pôde ignorar sua participação na sociedade em questão. Nesse sentido,

²⁸⁶ DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: UFPA, 1970, vol. 1. p. 465-469.

²⁸⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. Op. Cit., 1984, p. 112-114.

²⁸⁸ SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. 3ª edição. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005, p. 30.

²⁸⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia*. Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante Dom Henrique, vol. V, III parte, 1961, p. 349.

houve a necessidade de explicar a presença africana em um local onde a presença do índio foi deveras expressiva.²⁹⁰

A autora diz que trabalhos de história econômica insistem em subestimar a importância do trabalho africano na Amazônia.²⁹¹ E defende que se por um lado os colonos eram desejosos de adquirir o indígena para realizar as mais diversas funções, por outro queriam o negro para realizar outras inúmeras atividades, especialmente o trabalho na agricultura,²⁹² porém, é necessário relativizar essa questão. Em 1761, em pleno funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o Intendente Geral da Capitania do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa encaminhou um ofício para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando o mau estado da capitania e que tal situação se devia à falta de índios e ao descumprimento do Diretório, julgando que se devia incrementar a agricultura do algodão, a construção de engenhos de açúcar e a introdução do gado vacum. Além disso, sugeria várias recomendações para sanar o problema da produção, mas, em nenhuma delas se referia à utilização de escravos africanos. Em seu discurso, as soluções eram as seguintes: distribuição “justa” dos índios, vinda de colonos solteiros e casados, abolição da pena de morte, facilidade nas relações comerciais, incremento da agricultura, melhor gestão na arrecadação da Fazenda régia, manutenção dos índios nas povoações (questionando o sistema de mudas) e o melhoramento do funcionamento do hospital para evitar mortes.²⁹³

²⁹⁰ SILVA, Marley Antonia Silva da. *A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPa, Belém 2012, p. 23.

²⁹¹ Ibidem, p. 29.

²⁹² Ibidem, p. 31.

²⁹³ OFÍCIO de ouvidor e intendente geral da capitania do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a sua tomada de posse. Refere o mau estado da capitania, pela falta de índios e falta de cumprimento do Diretório. Recomenda várias providências como a cultura do algodão, criação de gado vacum, construção de um engenho de açúcar, de uma fortaleza no rio Branco, de uma cadeia e ainda a remodelação dos funcionários. Vila de Barcelos, 16 de janeiro de 1761. AHU (Avulsos-Rio Negro), Cx. 2, D. 88; OFÍCIO do ouvidor e intendente geral da capitania do Rio Negro, Lourenço Pereira da Costa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a falta de índios para os aldeamentos, recomendando várias providências para o povoamento: 1. Boa distribuição dos índios para não se afastarem das suas famílias; 2. Pagamento de soldados; 3. Vinda de colonos, solteiros e casados; 4. Abolição da pena de morte; 5. Facilidade nas relações comerciais; 6. Incremento da agricultura; 7. Melhor gestão na arrecadação da Fazenda Régia; 8. Necessidade de manutenção dos índios nas povoações; 9. Administração do hospital. Pede a definição da sua jurisdição. Vila de Barcelos, 03 de março de 1761. AHU (Avulsos-Rio Negro), Cx. 2, D. 89.

Em outra situação, um pouco mais tarde, no ano de 1783 (após a extinção da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão) nos deparamos com um pedido de exoneração de Bento José do Rêgo, dos cargos de Capitão de Infantaria Auxiliar do Rio Negro e de Escrivão e Contador da Fazenda Real, para que pudesse se dedicar à lavoura de cacau. Nesse pedido, Bento José do Rêgo se dizia muito pobre e endividado e, pediu que sua majestade reconhecesse o seu trabalho pagando um estipêndio pelos anos em que atuou no emprego. Além disso, requereu trinta índios para trabalhar em suas lavouras, evidenciando a preferência por esse tipo de trabalhador, mesmo sendo para a agricultura:

Mandando outrossim, se assista efetivar [...] com trinta índios, pagando-lhes, eu, na conformidade das ordens de sua majestade, para com eles lhes poder continuar as suas lavouras, e fazer os mais negócios que se fazem na capitania, sem que os governadores lhes ponha embaraço algum, afim de poder remediar a sua pobreza, de sua mulher e filhos, cuja necessidade é notória na dita capitania.²⁹⁴

Com efeito, podemos inferir que a afirmativa da preferência por escravos africanos para trabalhos agrícolas deve ser relativizada, pois, conforme a documentação apresentada acima, em vários períodos e situações encontramos referências que demonstram a escolha pela exploração da mão de obra indígena. O discurso político desse exemplo relaciona a pobreza do requerente a falta de índios.

O que pensar diante da situação em que uma autoridade colonial diz que o problema da produção está na má distribuição dos índios e o outro pede que o governador não interfira na doação dos trinta índios, justamente no período em que a introdução maciça de africanos já estava em voga no Grão-Pará? A hipótese que formulamos é que a preferência pelo índio para realização de trabalhos, seja na lavoura, na extração de drogas ou em qualquer outra atividade, se devia: a) à experiência indígena diante dos trabalhos exigidos pela economia que ali se configurou; b) à massa humana indígena ali existente – malgrado as epidemias que resultaram em grandes mortandades e considerando que o discurso da falta de índios, inicialmente, se propagava para validar descimentos, guerras justas e resgates; c) e, por fim, na condição de “livres”, aos baixos salários que os mesmos recebiam. Portanto, não se trata de uma

²⁹⁴ REQUERIMENTO do capitão de Infantaria Auxiliar do Rio Negro, e escrivão e contador da Fazenda Real, Bento José do Rego à rainha [D. Maria I], a pedir a exoneração do cargo, e em remuneração dos seus serviços se lhe assiste com 30 índios para poder continuar as suas lavouras. post. 1783, outubro, 15] AHU_ACL_CU_020, Cx. 7, D. 296.

tendência em expressar a ausência do africano, e sim de uma realidade documental que evidencia, em várias circunstâncias, o índio como mão de obra preferida dos colonos.

No Grão-Pará, o trabalho dos índios estava por trás da Companhia e todo o universo econômico girava ao redor dela. Em 1774, o governador João Pereira Caldas, em um despacho para o capitão e diretor de uma vila, informava que os administradores da Companhia já estavam cientes do requerimento do dito diretor, o qual pedia o sortimento de fazendas para os gastos com os serviços. No mesmo documento, ele dita as orientações de como deverá proceder a entrega do arroz e do algodão que se deve entrar nos armazéns da Companhia:

Recebi a carta de v. M de 12 de maio; e a relação nela inclusa, a entreguei para os administradores da Companhia Geral, atenderem a V. M^e com o sortimento de Fazendas, que lhe pedi, e me persuado lhe levará o Soldado Maurício de Seixas, Cabo de uma Canoa de sua Majestade que presente daqui parte, e deve fazer passagem por essa vila. [...] o arroz, com que se pretende entrar na Companhia.²⁹⁵ As sacas de arroz que daí vier descascado e o algodão em rama e que não haverá dificuldade em se admitir tudo o que daí se mandar, e dos vizinhos estabelecimentos de vila Vistosa e Macapá.

Uma situação emblemática se deu numa tentativa do Intendente Geral do Comércio em se impor contra os administradores da Companhia, por eles estarem fazendo negócios diretamente com os índios. João Pereira Amorim procedeu denúncia contra os administradores da Companhia de Comércio, valeu-se do § 56 do Diretório para demonstrar que tais administradores estavam agindo ilicitamente, o que não gerou grandes resultados:

Pretendendo os índios das Villas de Faro, e Alenquer embarcar setenta, e quatro arrobas, e vinte e seis arráteis de salsaparrilha, como também quinze barris de óleo de copaíba a (sic) em os Navios da Companhia, os quais se achavam a carga neste Porto para se desempenharem do empenho em que se acham gravados na Tesouraria Geral, o que mostra o documento n. 2 em razão de terem aqueles gêneros maior reputação na Cidade de Lisboa do que nesta, onde os paga a mesma Companhia por um preço muito diminuto a proporção do que alcança naquela Cidade [...] ...os índios se não regulam pelas Leis que são comuns a todos, e que tem outras particulares que em muitas coisas como nesta os fazem diferentes querendo fazer comum o comércio de todos os índios universalmente, e diferente dos mais Moradores Brancos”.²⁹⁶

²⁹⁵ João Pereira Caldas [Ofício para o capitão Ignácio Luiz da Fonseca 21/06/1776]. *APEP*, Cód. 306, Doc. 333.

²⁹⁶ OFÍCIO do intendente-geral do Comércio, [Agricultura e Manufaturas] e juiz conservador da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, João de Amorim Pereira, para o [secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês], visconde de Vila Nova de Cerveira, [D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva], sobre a pretensão dos índios das vilas de Faro e Alenquer de enviarem salsaparrilha e óleo de copaíba pelos navios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, para o Reino, de modo a saldarem as dívidas que tinham na Tesouraria Geral e queixando-se

Rafael Chambouleyron alerta para o fato de que a mão de obra indígena e africana não se excluía, pelo contrário, elas coexistiam, “escravos africanos e trabalhadores indígenas não eram pensados de forma incompatível.”²⁹⁷ Diante do exposto, não negamos que índios e africanos coexistiam nas frentes de trabalho do Grão-Pará, entretanto, como demonstrado o indígena era a mão de obra mais disponível, em diversas funções a mais requisitada e, portanto, no cômputo geral, a mais utilizada.

Mesmo os autores que buscam evidenciar a presença africana no Grão-Pará afirmam que a chegada dos africanos se deu mais como uma alternativa à mão de obra local, pois a indígena continuava sendo utilizada em grande escala.²⁹⁸ Para complexificar o quadro de usos da mão de obra indígena, analisaremos em seguida uma forma de trabalho indígena que difere das ligadas à coleta das drogas do sertão.

de que os administradores desta Companhia usurpam os seus poderes em relação aos índio. Pará 31 de dezembro de 1777. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 78, D. 6508.

²⁹⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael. Suspiros por um escravo de Angola. Discursos sobre a mão-de-obra africana na Amazônia seiscentista. Belém: *Humânitas*, vol. 20, n° ½, 2004, p. 105-106.

²⁹⁸ BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a Vila de Moju (1730-1778)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2013, p.100-101.

3.2 Exploração da madeira e construção naval

Quando se fala em exploração de madeira e construção naval na Amazônia colonial, sempre vem à tona a Memória de João Almeida que, no ano de 1644, em uma Consulta do Conselho do Ultramarino, explicava que o problema da frota portuguesa estaria resolvido pela comodidade de madeira existentes no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Defendia que a fabricação de navios deveria ser realizada no local pelo custo reduzido, pois se realizada no Reino o gasto seria de quatro por um:

[...]Todas estas e melhores comodidades, e tudo quanto, se acha no Estado do Maranhão e Grão Pará de madeiras, [...] muito breu e em grande abundância, muito algodão para fazer o velame, muita estopa para calafetar, [...] tudo, finalmente, e do Reino não necessita demais que de ferro para cravação, e andores; tem mais muitos índios carpinteiros, calafates, cordoeiros, ferreiros, torneiros, q. com muito pouco de jornal por um mês, que e o ordenado, ficam contentes. Faz a Real Fazenda de V. Majestade mais útil e de proveito o que ela de lá trouxe de carga de madeiras, e batimentos para as armadas, que a principal despesa, e com o custo de uma no Reino, e em outra parte q. não seria esta, se podem fazer quatro mais fortes para a guerra e mais capazes para mercancia o que tudo é notório às pessoas que entendem da arte do mar, e ainda aos que não professam, com se lhe fizerem sobre estas coisas apontadas perguntas, dirão ainda mais [...].²⁹⁹

O que mais nos chama a atenção no documento é a ênfase dada pelo memorialista na exposição do custo benefício, bem como a atenção dada aos atributos dos índios e ao baixo preço dos salários que deveriam ser pagos. Embora o texto date do século anterior ao contexto que aqui estamos analisando, ele serve para demonstrar, ressalvadas as devidas mudanças, o que acabou ocorrendo depois: a produção naval sendo efetivada na colônia e índios trabalhando em troca de salários, envolvidos na extração de madeira voltada para a exportação.

Temos notícias de que já nos dias em que se instituiu a Companhia de Comércio, em 07 de setembro de 1755, três fragatas de guerra estavam em processo de construção em Lisboa. Na relação enviada pelo governador interino do Grão-Pará, Frei Miguel de Bulhões, constam 1.544 peças de modelos variados, “para além da madeira miúda,” como ele se refere no documento, que seriam remetidas a Portugal e aplicadas na construção das fragatas.³⁰⁰

²⁹⁹ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João IV, sobre uma memória acerca da fabricação de navios no Pará. Lisboa, 01 junhos de 1644. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 1, Doc. 51.

³⁰⁰ OFÍCIO do [governador interino do Estado do Maranhão e Pará], Bispo do Pará, [D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa], para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, remetendo duas relações das madeiras embarcadas nas naus "Nossa Senhora da Nazaré" e "Nossa

Segundo Regina Célia, ao longo da vigência do monopólio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756-1777), 24 navios realizaram 60 viagens com carregamentos de madeira em direção ao reino. Nos 10 primeiros anos, foram enviados anualmente de um a dois navios, ocorrendo, a partir de 1766, um paulatino crescimento, que alcançou o auge no ano de 1770, quando foram enviados 8 navios com carregamento do produto.³⁰¹

A exportação da madeira era voltada para as necessidades dos Arsenais da Marinha e o do Exército, mas, poderia ser destinada também para construções civis, como no caso das obras do novo Palácio Real³⁰², e demais prédios públicos portugueses, para onde foram destinados carregamentos no ano de 1777:

Com as sobreditas madeiras de artilharias, vão mais abarrotando as charruas as dúzias de couceiras e o número deveras de parreiras que individualizam as relações e conhecimento que serão com estas; pertencendo às couceiras a encomenda, que sem limites, e diferentes dimensões dela tenho para o novo palácio Real; e as varas para a que V.ex^e me fez para as Quintas de sua majestade, por carta de 22 de julho do referido passado ano. [...]

De madeira de construção só agora vai o único pau, que havendo muito tempo desejo o remeter. Somente o capitão desta charrua me facilitou o gosto de transportar, por se digno dever-se; que me segura o construtor dos navios da Companhia aqui fabricados, nunca outro semelhante tem ainda aparecido na Ribeira Real desta cidade. [...]

Ficam também prontos todos os paus que para a cúpula do torreão da Alfândega dessa corte, em conformidade da adjunta relação me foram pouco a encomendadas, juntamente com as sobreditas madeiras para o Palácio Real, por V.ex^e o senhor Marquês de Pombal; porém para transporta-se toda essa volumosa encomenda e a da referida mastreação, será preciso o destinar-se embarcação competentemente própria e que quanto antes se dirija a essa embarcação; [para que não se demore], vão se arruinando, e inutilizando tão excelentes paus e hajam depois de perecer a menos bons ou imperfeitos.³⁰³

Segundo Thiago Dias, embora houvesse madeira nas matas do Brasil, era preciso aprender as técnicas de escolha das mais apropriadas, assim como as devidas técnicas de corte. Em decorrência disso, vieram estrangeiros para ensinar as técnicas de extração e

Senhora da Conceição e São Vicente Ferreira"; e solicitando alguns carregamentos de cal necessária à reparação das Fortalezas. Pará, 07 de setembro de 1755. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 39, Doc. 3651.

³⁰¹ BATISTA, Regina Célia Corrêa. Op. Cit., 2013, p. 33-34; 40.

³⁰² OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo couçoeriras para o novo Palácio Real e pranchas para reparos da Artilharia, a bordo do novo navio da Companhia, "Grão-Pará", informando ter chegado ao fim o último contrato do corte de madeiras e que o novo ainda não foi arrematado e pedindo esclarecimentos relativos à qualidade das madeiras a utilizar nas mastreações. Pará 03 de abril de 1777. *AHU* (avulsos-PA), Cx.76. Doc. 6388.

³⁰³ OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa de madeiras para a construção naval, a bordo da charrua "Nossa Senhora da Purificação", de que é prático Joaquim José das Mercês, e os defeitos que algumas delas apresentam quando chegam ao seu destino. 20 de janeiro de 1777. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 76, Doc. 6373.

de serralherias.³⁰⁴ Entretanto, no que concerne à Amazônia, Elias Abner Ferreira demonstra que, num movimento contrário, a prática dos saberes indígenas foi também incorporada nas técnicas europeias de construção³⁰⁵. Embora Ferreira esteja se referindo à construção de canoas, ele sinaliza que os índios “remeiros e pilotos jacumaúbas foram imprescindíveis por serem conhecedores das condições geográficas e ecológicas da região e por trazerem consigo um conhecimento prévio da arte de construir embarcações”.³⁰⁶ As canoas não eram embarcações simples, eram o principal meio de transporte interno, e serviam para a coleta e transporte das drogas do sertão, da produção agrícola e de tudo o mais que precisava ser despachado na capital. Portanto, algumas canoas eram próximas a um bergantim e tinham capacidade para transportar mais de cinquenta pessoas³⁰⁷. Estas foram desenvolvidas para navegar os rios amazônicos. Nesse sentido, os índios foram utilizados, sobremaneira, como força mecânica na construção de embarcações de grande porte. Abaixo um pedido do Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa para Mendonça Furtado, relatando a necessidade de alguns carpinteiros e calafates do Reino para a construção da nova nau de guerra:

Para as naus de guerra são precisos alguns oficiais de carpinteiro, calafates, como também participo a v. ex^e em, ofício que sem eles, dificilmente poderão adiantar-se[...] faltam índios oficiais e mestres que faça confiança a obra que se faz, são aprendizes ou principiantes, antes não o bastante³⁰⁸

O fato é que o corte das madeiras enviadas para o Reino seguia uma padronização de medidas, rigorosamente preestabelecida de larguras, grossuras e comprimento.³⁰⁹ O rigor era tão grande que as peças eram identificadas por uma

³⁰⁴ DIAS, Thiago Alves. *Monopólio Indireto: colonização mercantil no Norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780)* Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 2017, p. 71-84.

³⁰⁵ FERREIRA, Elias Abner Coelho. Op. Cit., 2016, p. 95-98.

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ Ibidem, p. 66.

³⁰⁸ OFÍCIO do governador e capitão general [do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro], Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o envio de madeiras por um galeão e a necessidade de alguns carpinteiros e calafates do Reino para a construção da nova nau de guerra nos estaleiros da cidade do Pará. 03 de junho de 1764, *AHU* (avulsos-PA), Cx. 57, Doc. 5122.

³⁰⁹ DIAS, Thiago Alves, 2017. Op. Cit., p. 232.

numeração. E, certamente, os índios não teriam como assumir, inicialmente, a feitura das embarcações tal qual o projeto de construção.

Analisando um dos mapas de exportação de madeiras, observamos que o preço se dava pelo corte da madeira, não especificando qual o tipo, o que não significa que fossem escolhidas indiscriminadamente, pois antes de começarem a utilização e exportação de determinada madeira, eram enviadas amostras para Lisboa para que fossem analisadas suas qualidades e adequação ao fim necessário. E só a partir de uma autorização que começavam a produção técnica. Apresentamos os preços de acordo com três mapas analisados:

Tabela 3.1: Preço final de uma peça de madeira pronta

Peça	Preço em réis
Tábua Grossa	7.400
Tábua Segundada	5.920
Pródigos	1.300
Braço	6.660
Caverna	8.140
Aposturas	6.660
Dormentes	1.740
Coveira	7.400
Ecoa	8.880
Cinta/Convés	7.400
Eixo	2.400

FONTES: AHU (avulsos-PA), Cx. 57, Doc. 5111; AHU. Cx. 50, Doc. 4566; CX.90, Doc. 7377

As pranchas tinham preços variados. Conforme o corte, variavam entre 1.650 a 7.000 réis. Encontramos 5 preços que estavam de acordo com diferentes tamanhos.

Tabela 3.2: Valores de uma prancha de madeira

Prancha 1	Prancha 2	Prancha 3	Prancha 4	Prancha 5
1.650	1.800	2.200	2.400	7.000

FONTES: AHU (avulsos-PA), Cx. 57, Doc. 5111; AHU. Cx. 50, Doc. 4566; Cx. 90, Doc. 7377.

Sobre o envio de amostras de madeira ao reino, para que se verificasse a sua potencialidade de uso e comercialização, temos um documento de 03 de maio de 1790 que lista o nome de 22 tipos de madeira que deveriam ser remetidas à Portugal, tais como o Jacarandá, a Cuatiara, a Penima, o Pau-Amarelo, a Cupaúba, o Pau Roxo, o Pau Vermelho da Capitania do Rio Negro e o Pau Vermelho da Capitania do Pará³¹⁰.

Ao mesmo tempo em que navios levavam amostras de madeira à metrópole, eles também traziam ferramentas para a extração e beneficiamento do produto. Nos anos de 1790 e 1791, por exemplo, a charrua Águia e Coração de Jesus embarcou no reino em direção ao Pará levando carregamento de ferramentas “que [vão] para o corte das madeiras”. O quadro abaixo demonstra os produtos que eram enviados do reino para fins de tal procedimento:

Quadro 3.1: Relação de ferramentas remetidas do reino para extração e beneficiamento da madeira

1790	1791
12 machados	24 machados
10 ferros de canoa para abrir as curvas	7 serrotes
6 marretas	8 serras
6 cunhas	12 facões
4 ferros de cova	21 ferros de canoa para abrir paus
6 ferros de 10 palmos, para abrir os paus	10 ditos de cova para arrancar curvas
6 ditas braças de 7 palmos	2 trados
6 serrotes grandes	2 travadouras
12 foices troçadouras	3 cadeias de ferro
4 travadouras	1 dúzia de limas de três quinas de 6 polegadas e meia
4 trados grossos	2 dúzias ditas meias canas plainas de 6 polegadas e meia
10 ralos de cobre	6 grozas
	12 foices

FONTE: Relação das ferramentas e ralos de cobre que se remetem do Arsenal Real do Exército na charrua Águia e Coração de Jesus de que é Mestre Joaquim José, para a cidade do Grão-Pará a entregar a ordem do governador Capitão General daquela capitania. 26 de abril de 1790. *AHU*, Cód. 588, f. 43;

³¹⁰ **RELAÇÃO** das amostras das madeiras que se remetem para o Estado do Pará, próprias para obra de marceneiro, as quais devem vir em paus, ou em tábuas de todo o tamanho que pode ser. 03 de maio de 1790. *AHU*, Cód. 588, f. 45.

Relação das ferramentas que do Arsenal Real do Exército se remetem em a Charrua Aguiã, de que é Mestre Luiz Fernandes, a cargo de Julião Álvares, Oficial de Carpinteiro de Machado, que vai para o corte das madeiras no Pará; o seguinte. 10 de março de 1791. *AHU*, Cód. 588, f. 51v.

O trabalho naval também estava voltado para consertos de embarcações, como no caso do navio Príncipe da Beira, cuja despesa com o conserto custou 575\$859 réis:

Agora mandei aprontar a segunda mais pequena mastreação; e será da mesma qualidade de paus de Castanho como a Vx^e tenho avisado, em razão de não haver aqui dos da encomenda de óleo, de que nas outras partes do Brasil se servem, porque os de louro, por pequenos, não dão inteiros os principais paus, para esta segunda mastreação, como se recomenda; e porque, enfim, se reconheceu que a dita qualidade de paus de Castanho, é aqui a mais própria ao dito destino, e a que para me cuido, melhor aprovação, nesse corte obterá entre todas as outras do mais Brasil; o que acontecer assim não deixará de ser de grande proveito para o Real Serviço. Fazendo este navio um tão grande conserto [...] persuado-me que daqui vai despedido com maior brevidade possível, e que a despesa do conserto não tem de excessiva, pois a dispus com maior economia, que se podia fazer praticável. Estimarei mereça tudo a Real aprovação.³¹¹

Em suma, isso sugere que a madeira utilizada na região, seja para construção ou para consertos dos navios mercantes e de guerra, era preferencialmente local.

Conexo aos demais envios de madeira para a construção civil e naval estavam os envios de aduelas e pipas que possivelmente, eram utilizados; para a fabricação dos tonéis de vinhos e, neste caso, as aduelas também seguiam com medidas padronizadas. As aduelas grandes custavam 80.000 réis/milheiro e as pequenas 40.000/milheiro. No ano de 1780, atendendo a uma encomenda foram enviados 462 milheiros de aduelas grandes e 562 milheiros de aduelas pequenas e 500 varas de parreiras no valor de 30 réis cada vara. Totalizando nesta encomenda o valor de 1:012.000 réis.³¹²

Correlato à exportação de peças de aduelas e pipas, há que se considerar que os negócios dos vinhos portugueses estavam em alta,³¹³ e eram administrados pela

³¹¹ OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as despesas com as obras de reparação do navio "Príncipe da Beira", [de que é mestre João Francisco Ferreira] e a carga de madeira que transporta para o Reino. Pará 5 de setembro de 1778. *AHU*, (avulsos-PA), Cx. 80, D. 6630.

³¹² OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], José de Nápoles Telo de Meneses, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a qualidade das madeiras a remeter para o Arsenal Real do Exército de Lisboa, assim como a remessa de algumas amostras de aduelas. Pará, 14 de agosto de 1780. *AHU*. Cx. 86, D. 7032. (Avulsos do Pará)

³¹³ Ver. REIS, Maria Cecília B. N. Rodrigues S. *O Porto e o comércio na segunda metade do século XVIII*.

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os negócios do vinho. Tese (Doutorado em História). Porto. FLUP. 2013.

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, Companhia pombalina que detinha o privilégio do comércio dos vinhos. Um adendo sobre esta relação de comércio de vinhos entre uma Companhia e outra: somente no ano de 1775 a Companhia de Comércio do Grão-Pará introduziu no porto de Belém 1.130 barris de vinho e 170 barris de vinagre³¹⁴. O que reforça ainda mais uma possível relação entre os negócios das madeiras e o dos vinhos. Além disso, algumas madeiras eram destinadas diretamente para as parreiras das quintas Reais.³¹⁵

Em suma, o envio de madeiras para o Reino tinha finalidades diferentes, inclusive servir de combustível para abastecer os fornos da cozinha Real. Uma Charrua poderia levar entre dez a doze mil “achas de lenha” para serem queimadas na cozinha Real.³¹⁶

³¹⁴“Extrato das Fazendas secas, comestíveis e molhadas das carregações que no ano de 1775, introduziu a Companhia Geral de Comércio, neste porto do Pará”. In. OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa das fazendas e gêneros enviados pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão do porto de Lisboa para o do Pará, e mapas dos gêneros exportados do Pará para a Corte nos anos de 1775, 1776 e 1777. Pará, 3 de fevereiro de 1779. AHU. Cx. 82, D. 6713.

³¹⁵. OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas], para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o transporte das varas de madeira daquela capitania para as parreiras das Quintas Reais de Belém [na cidade de Lisboa]. Pará 7 de abril de 1773. AHU. Cx. 70, D. 5987; OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mil varas de parreira para o Reino a bordo da charrua "Nossa Senhora das Mercês". Pará 3 de novembro 1773. AHU. Cx. 71, D. 6063; OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os conhecimentos das varas de parreiras encomendadas naquela capitania com destino a Lisboa, e a serem entregues ao cuidado do capitão da charrua ["Nossa Senhora das Mercês", Antônio Rodrigues, para as Quintas Reais no Reino], a bordo da qual são transportadas. Pará, 14 de fevereiro de 1774. AHU. Cx. 72, D. 6103; OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a ordem para remeter três mil varas de parreiras, para as Quintas Reais de Belém. Pará, 15 de setembro de 1777. Cx. 77, D. 6446; OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de madeiras com destino ao Arsenal Real do Exército e de varas de parreira para as Quintas Reais, a bordo do navio "Grão-Pará", de que é capitão [Manuel da Silva Tomás], informando também ter partido o navio "Maranhão". Pará, 11 de fevereiro de 1778. Cx. 79, D. 6531; (Avulsos do Pará).

³¹⁶OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, propondo que cada charrua, vinda do porto do Pará, transporte de dez a doze mil achas de lenha, para as Cozinhas Reais, e de vinte e cinco a cinquenta sacos de arroz para as Ocharias Reais. Pará, 22 de janeiro de 1779. AHU, Cx. 81, D. 6707. (Avulsos do Pará).

3.3 O Trabalho Indígena nos estaleiros

O índio foi tratado pela historiografia como a principal mão de obra utilizada na coleta das drogas do sertão, na condução das canoas, na produção das roças de mandioca, do processamento da farinha. Contudo, a falta de pesquisas sobre o uso do indígena em outras atividades que viabilizaram o comércio interatlântico, como a construção naval, dificultam a compreensão sobre a multiplicidade da dimensão do trabalho indígena, bem como sobre o lugar da Amazônia colonial dentro dos sistemas de integração entre a colônia e a metrópole.

A historiografia indígena não desenvolveu trabalhos suficientes que dessem suporte para que pudéssemos compreender a participação dos índios no processo de construção naval empreendida pela Companhia de Comércio. Alguns estudos apoiados na obra do Padre João Daniel, que descreve o processo de confecção das embarcações indígenas, se dedicam à compreensão da fase inicial da construção de embarcações de pequeno porte³¹⁷, de modo que a contribuição indígena se destaca, sobretudo, a partir de sua sabedoria no ato das escolhas das madeiras adequadas e, seguidamente, com a experiência no trato de construções de suas próprias embarcações³¹⁸. Segundo Regina Célia Corrêa Batista, nos Contratos Reais das Madeiras expressava o número de 60 índios que ficariam ao dispor do arrematante.³¹⁹ Entretanto a informação dada pela autora não esclarece o motivo dos índios serem cedidos no Contrato Reais. Se apenas por motivos de força de trabalho ou de fato pela experiência que os índios teriam com o trato das madeiras. Estudos voltados para a participação do índio no processo de construção de embarcações de grande porte ainda são lacunares. Diante da escassez da produção historiográfica, valemo-nos, sobremaneira, das fontes documentais presentes no Arquivo Histórico Ultramarino.

Em nossas investigações, encontramos um extenso documento em que constam dezenas de listas de soldos diários e semanais pagos aos oficiais que trabalharam na construção da nau de guerra Nossa Senhora de Belém e São José,³²⁰ entre os anos 1761-

³¹⁷ FERREIRA, Elias Abner Coelho. Op. Cit., 2016, p.75.

³¹⁸ Ver: GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. *Embarcações, educação e saberes culturais em um estaleiro naval da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Educação), UEPA, Belém, 2009, p.71.

³¹⁹ BATISTA, Regina Célia Corrêa. Op. Cit., 2013, p. 30-42.

³²⁰ É importante ressaltar que naus de guerra também eram utilizadas para a exportação de gêneros provenientes da colônia. A nau de guerra Nossa Senhora de Belém e São José, por exemplo, realizou a

1766. A partir dele, pudemos enumerar as categorias de trabalhadores empregadas na construção das naus e dimensionar o lugar da mão de obra indígena nos estaleiros:

Tabela 3.3: Relação dos Oficiais que trabalharam na construção da nau de guerra Nossa Senhora de Belém e São José (1761-1766)³²¹

Ofício	Soldo diário (em réis): Mínimo e máximo	Média do soldo diário (em réis)
Construtor	800	800
Carpinteiros	200-450	370
Índios trabalhadores/ Trabalhadores	80-200	120
Índios de machado	120	120
Índios serradores	120	120
Calafates	240-450	375
Aprendizes	100-240	135
Marinheiros	100-200	160
Índios oficiais	40-360	180
Serradores	120-400	275
Ferreiros	160-700	280
Pintores	240-500	350

FONTE: OFÍCIO (2ª via) do [governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro], Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo cópia das folhas de pagamento dos oficiais que trabalharam na construção da nau de guerra “Nossa Senhora de Belém e São José”, dos anos de 1761 a 1766. AHU (avulsos-PA), Cx. 59, Doc. 5289.

Entre os anos 1761 e 1763, a nau começou a ser construída a passos lentos, utilizando-se fundamentalmente da mão de obra local. Ao lado de *carpinteiros*, trabalhavam *aprendizes*, *trabalhadores*, *índios de machado* e *índios serradores*. Os dois últimos eram responsáveis pela extração e beneficiamento da madeira, sendo os

sua primeira viagem, no ano de 1766, saindo da cidade de Belém em direção a Portugal com carregamento de cacau, café e açúcar. OFÍCIO do juiz de fora e provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, José Feijó de Melo e Albuquerque, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo relações dos produtos transportados pela nau de guerra “Nossa Senhora de Belém e São José”, de que é comandante João de Melo, e pelo galeão “Nossa Senhora da Glória”, de que é capitão Domingos Dantas. 22 de julho de 1766. AHU (avulsos-PA), Cx. 58, Doc. 5281.

³²¹ Os ofícios e valores pagos aos trabalhadores não sofreram grandes variações no referido documento. Em vista disso, escolhemos as listas mais extensas para realizar a análise quantitativa dos soldos pagos no período de 1761 e 1766.

*trabalhadores*³²² – categoria que possuía o menor soldo – responsáveis, ao que tudo indica, por trabalhos que não requeriam especializações.

A presença do elemento indígena como trabalhador, nesse documento analisado (folha de pagamento), não era expressiva quantitativamente. No entanto seriam necessárias outras fontes para fazer afirmações mais contundentes. Contudo, a contribuição e o conhecimento indígena se expressavam de outras formas, como no ensino das técnicas de extração da madeira. Em ofício destinado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Mendonça Furtado, de 03 de outubro de 1761, o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro informou que havia atendido à solicitação dos administradores da Companhia de Comércio de que lhes fossem concedidos quatro índios para ensinarem “os pretos a cortarem e conduzirem as madeiras para os estaleiros em que está fazendo o seu navio”. O soldo estipulado era de 150 réis, ao qual poderia ser acrescentado um valor “a proporção do seu préstimo”.³²³

Sobre esse ponto, é importante destacar que não conseguimos mapear o emprego de negros escravizados na construção das naus, a não ser por pequenas referências na documentação, como a citada acima, o que não quer dizer que essa mão de obra não foi utilizada. Como nosso objetivo não foi fazer um estudo exaustivo do processo de produção das naus, mas sim dimensionar a importância do trabalho indígena nos estaleiros, essa lacuna ficará para ser resolvida em outros trabalhos.

Dando sequência ao nosso raciocínio, entre os anos 1764 e meados do ano de 1766, a construção da nau se intensificou. Mão de obra especializada, ferramentas, peças e utensílios foram enviados do reino para incrementar a produção.³²⁴ Semanalmente, uma média de 130 indivíduos trabalhavam no estaleiro, dos quais cerca

³²² O grupo ora aparecia com a denominação simples de “trabalhadores” ora com a de “índios trabalhadores”. Acreditamos que o primeiro grupo não incluía indígenas, pois foi comum encontrar, em sequência ao nome do indivíduo, a palavra “cafuz”, que provavelmente era uma referência à sua condição de mestiço.

³²³ OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão], Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o requerimento dos administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em que solicitavam a entrega de alguns índios para ensinarem aos escravos negros o corte e a condução das madeiras para os estaleiros, declarando ainda o vencimento diário de cada índio. 03 de outubro de 1761. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 50, Doc. 4607.

³²⁴ OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Maranhão], Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a chegada, ao Pará, dos carpinteiros e gêneros para a construção da nau de guerra, tendo aqueles oficiais sido empregues de imediato na obra e os gêneros arrecadados no Almoxarifado de Fazenda Real. 17 de junho de 1763. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 54, Doc. 4946.

de 30 eram índios.³²⁵ Foi nesse contexto que o indígena deixou de ser categorizado sob nomenclaturas que indicavam o tipo de trabalho que realizavam para, a partir de janeiro de 1764, ser enquadrado exclusivamente na categoria de *índios oficiais*.

Um dos primeiros pontos que nos chamou atenção foi o fato de, a partir desse momento, os trabalhadores indígenas aparecerem em uma categoria à parte da dos demais especialistas, ou seja, não eram definidos a partir da sua função, mas sim a partir da sua condição de índio. O termo “oficial” poderia designar que o nativo era especializado no trabalho dos estaleiros, ainda que sempre na condição de subordinado, ou seja, não seriam trabalhadores recrutados a esmo.

Os índios oficiais recebiam pagamentos que variavam de 40 a 360 réis, com uma média de 180 réis, número bem menor que a média paga aos demais trabalhadores especializados, como os carpinteiros, calafates e pintores. Além disso, o valor do soldo dos trabalhadores que não entraram na categoria de *índios oficiais* era bastante próximo, com variações que correspondiam a diferentes graus de experiência com o trabalho.³²⁶

Pelo documento, não fica claro o tipo de serviço em que os *índios oficiais* eram empregados, mas a existência de vários valores pagos indica que essa remuneração estava correspondendo a diferentes tipos de funções exercidas. A falta de padronização dos salários é notória nessa categoria, pois, enquanto os demais trabalhadores recebiam valores relativamente uniformes, com algumas diferenças, o soldo pago aos *índios oficiais* variava em, pelo menos, dezesseis quantias distintas.³²⁷

Essa discrepância salarial pode ser justificada, também, pelas diferentes capacidades produtivas de cada trabalhador, associadas a idade, condições de saúde e experiência. Durante todo o período em que os nomes dos *índios oficiais* foram indicados, no topo da lista sempre esteve o oficial índio Manoel Soares. Em janeiro de 1764, o índio apareceu com um soldo diário de 240 réis, que foi progressivamente aumentando até o valor de 360 réis, pagos em junho de 1766, o último mês da

³²⁵ A mesma estratégia para estimar a média de soldo diário pago aos trabalhadores foi aqui utilizada para estimar a quantidade de índios que trabalhavam semanalmente na produção da nau.

³²⁶ Chegamos a essa conclusão a partir do fato de que, com o passar dos meses, o soldo dos trabalhadores tenha se tornado cada vez mais uniforme, o que não ocorria com os oficiais indígenas, que possuíam uma diferença salarial que chegava a ser nove vezes maior em relação ao valor mais baixo, com vários níveis de remuneração.

³²⁷ OFÍCIO (2ª via) do [governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro], Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo cópia das folhas de pagamento dos oficiais que trabalharam na construção da nau de guerra “Nossa Senhora de Belém e São José”, dos anos de 1761 a 1766. AHU (avulsos-PA), Cx. 59, Doc. 5289.

construção da nau. No documento, vários outros nomes de índios se repetem ao longo dos meses, existindo o aumento do soldo em alguns casos.³²⁸

O pagamento desses índios lotados na confecção de navios mercantes e de guerra era da responsabilidade direta da Administração metropolitana, portanto, se diferenciavam dos índios que eram concedidos pela Tesouraria dos Índios. Esse tipo de trabalho também não era regulamentado pelo Bando do Governador João Pereira Caldas, que era o dispositivo que determinava o salário dos índios. Por conseguinte, todas as despesas inerentes à construção naval eram deliberadas diretamente pelas autoridades metropolitanas, o que explicita a complexidade do trabalho indígena assalariado da segunda metade do século XVIII.

Com efeito, a complexidade que nos referimos se intensifica com o caso emblemático de alguns índios que conseguiram fazer parte da tripulação de um Bergantim, construído no governo de D, Francisco de Sousa Coutinho. Assim, escreve o governador, ao dar notícias da primeira viagem da embarcação e da nomeação da tripulação em 30 de setembro de 1792:

Carta de 15 do mês passado que ficava a expedir para conduzir na boca deste rio a embarcação, que estava a concluir, aparelhada com o bergantim, e que montava dezesseis peças de artilharia [...]

Escolhi para comandar o capitão Antonio José de Freitas, por entender que seria mais desembaraçado e demais inteligência para executar o que se pretendia, levando dois cadetes, dois oficiais inferiores, e trinta e dois soldados, escolhidos de um e outro regimento, e para a sua navegação fiz um piloto dos que se presumem mais capazes entre os que se achavam nos navios mercantes, um prático, desta conter de melhor reputação, um contramestre, um guardião, com dez marinheiros, que se entendessem com esta marcação e aparelho, que não entendiam nem podiam entender os soldados, nem os índios sem aprenderem suposto os escolhidos, sem entre aqueles que costumam navegar pela costa de como são as povoações de Chaves, Vimeiro, e de Gurupá: finalmente incluído o capelão, um ajudante de cirurgia e trinta e seis índios se compunham a guarnição deste Bergatim com noventa e uma praças em total, sendo menor número possível para manobrar com as peças de artilharia que montavam por serem não pouco reforçada e compridas: mas a V.^e fica manifesto por esta exposição que de todo este número de praças se resultava acréscimo indispensável de despesa de soldos ainda que módicos, um capelão, cirurgião, oficiais marinheiros e marinheiros, além das comedorias e rações, porquanto a tropa vencia o mesmo a bordo, que vencem em terra, e aos índios supostos se qualificassem um de marinheiros outros de brumetes, outros de pajens, nem por isso se deu maior vencimentos aos primeiros do que três mil réis por mês em lugar de cinco que venceriam se tivessem a precisa inteligência[...]³²⁹

³²⁸ Ibidem, *AHU* (avulsos-PA), Cx. 59, Doc. 5289.

³²⁹ OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a nomeação do capitão António José de Freitas e respectiva tripulação para embarcarem no

O documento é extenso, escrevemos algumas partes por entender que ele é rico em informações para compreender um pouco mais das atividades indígenas voltadas para o ofício naval. Como percebemos, os índios estiveram, ao longo da segunda metade do século XVIII, em diferentes postos de trabalho associados à construção naval, que se iniciou a partir das ações da Companhia de Comércio voltadas para a navegação. A utilização da mão de obra indígena e a baixa remuneração dos mesmos na construção naval, em comparação aos demais trabalhadores não índios, é fato exposto nas inúmeras listas de pagamento da nau de guerra Nossa Senhora de Belém e São José.

Os nativos, portanto, atuaram em diversas esferas relacionadas à construção naval. Além de cortar árvores, beneficiar a madeira e construir as embarcações, o índio chegou à arte da navegação como tripulante de embarcações de guerra da Marinha Portuguesa. Obviamente, os cargos ocupados pelos índios que a documentação nos aponta não eram remunerados equitativamente em relação as mesmas funções cumpridas por trabalhadores não índios. Um dos motivos é explicitado pelo governador quando deixa claro que os índios não receberiam o salário normal por não terem inteligência, o que é contraditório, tendo em vista que os nativos foram nomeados por uma escolha criteriosa por esse mesmo governador, pelo menos é o que expõe ao início do documento, quando explica os motivos que o levaram a escolher a tripulação. Seguidamente, ele esclarece ao Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que as despesas terão um abatimento decorrente da diferença dos salários dos índios, que não receberiam conforme a relação cargo/salário que costumava ser pago à época. Os lucros resultantes da exploração de mão de obra indígena especializada justificavam também a sua escolha. A exploração se evidencia, independente do cargo que o índio ocupava.

Em suma, neste capítulo, trouxemos outras propostas de estudos que envolvem a Companhia de Comércio, índios e drogas do sertão. Identificamos indígenas atuando no processo de construção naval, o qual era também um dos propósitos empreendidos pela Companhia, ampliar a sua frota de navios, e percebemos que o projeto se efetivou. Muito se deveu à exploração de matérias-primas, como a madeira, e também à exploração econômica da mão de obra indígena.

Desse modo, procuramos entender a contribuição indígena no que diz respeito às concessões que a Companhia monopolista teve. Referimo-nos ao monopólio da

bergantim construído na capitania do Pará e relatando a primeira viagem realizada por aquela embarcação. Pará, 30 de setembro de 1792. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 102, D. 8082.

madeira, expresso nos parágrafos da instituição da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que dá licença à Companhia para fabricar navios, “que quiser fazer, assim mercantes, como de guerra, em qualquer parte das marinhas do reino, e do Grão-Pará e Maranhão”, para a guarnição de suas frotas, e com vista a exportação dos gêneros e tráfico de escravos.³³⁰ E, nesse sentido, a Companhia se beneficiou do trabalho dos índios para a construção de seus navios, tanto no Grão-Pará como no reino.³³¹ Quanto ao reino, fazemos alusão ao trabalho braçal dos índios que envolve o processo de exportação da madeira. Sendo a construção naval um resultado da exploração da madeira, a utilidade do trabalho indígena se deu desde a extração da matéria prima ao trabalho de beneficiamento, os quais eram feitos nas serrarias Reais e, só após esse processo, seguiam os cortes de madeira para o reino, onde seriam utilizadas na arquitetura naval e na construção civil.

Quando se pensa em Companhia de Comércio no Grão-Pará, os estudos voltados para o tráfico de escravos africano e cacau são preferencialmente mais pesquisados. Contudo, eles podem ser dilatados conforme o horizonte da pesquisa também se amplia. Foi o que pretendemos demonstrar, ligando a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão aos índios que trabalharam na construção naval. Pois, ao longo de seu funcionamento no Grão-Pará, as deliberações se intensificaram, no que diz respeito a essa necessidade de pôr em prática a construção de navios.³³² Uma ação que andava a reboque dos principais objetivos da Companhia. Nessa acepção, se entendemos a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão como uma empresa pombalina, fica perfeitamente compreensível a máxima de Pombal usada como epígrafe para ilustrar nosso capítulo. A riqueza dos povos não depende só do comércio, mas concomitante a isso deve *atender à navegação que o mesmo comércio pode ocasionar*. Assim sendo, vimos que o índio teve uma importante participação na fabricação de navios mercantes e de guerra, os quais serviram para a navegação de defesa e de exportação de gêneros para a metrópole, na segunda metade do século XVIII.

³³⁰ *Instituição da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1755. Parágrafo 10 e 11, p. 6-7.

³³¹ RELAÇÃO das despesas que tiveram com os índios utilizados no corte das madeiras que embarcaram na charrua "São José". Pará, 4 de agosto de 1761. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 50, Doc. 4596.

³³² OFÍCIO de Hipólito da Costa Pinto para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, agradecendo o aumento do seu ordenado pela Junta de Administração da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão; sobre a necessidade de obras nas salinas; o preço do cacau e a construção de navios. Pará 12 de setembro de 1760. *AHU* (avulsos-PA), Cx. 47, Doc. 4279.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No objetivo de compreender o papel da mão de obra indígena no bojo do processo de exploração econômica da Amazônia colonial, durante a segunda metade do século XVIII, considerando as especificidades do lugar, os interesses econômicos e, sobretudo, as políticas metropolitanas implantadas, percebemos que o lugar do indígena na história se distancia sobremaneira ao da imagem idealizada pela historiografia tradicional a qual contribuiu possivelmente para a ideia presente nos dias atuais de que o índio foi ou é aquele que caça, que pesca ou o simples coletor. Esta pesquisa buscou demonstrar, por meio de vários documentos, que a mão de obra indígena ocupou o centro das atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia colonial.

No caminhar da pesquisa e da análise documental que perfazem este trabalho, percebemos que a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios consistia na aplicação prática do Diretório, no sentido de ter um controle fiscal da produção das povoações indígenas. A Lei do Diretório foi tantas vezes estudada pelos mais diversos pesquisadores do assunto ou temas conexos. Contudo, ao examinarmos minuciosamente a historiografia sobre o Diretório dos Índios, nela não há qualquer trabalho ou pesquisa que analisasse a instituição da Tesouraria Geral do Comércio dos Índios.

Com o foco na investigação histórica voltada para compreender o papel da mão de obra indígena no que concerne à Amazônia colonial, e com as evidências da relação intrínseca entre a Lei do Diretório e a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios, foi-nos possível perscrutar as filigranas do processo de exploração colonial implementado. Concluímos que a Tesouraria Geral do Comércio dos Índios foi, de fato, a materialização do Diretório no Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

Neste trabalho, vimos que há uma gama de documentos que atestam que, já no início do período pombalino, os governadores (capitães-gerais) do Estado do Grão-Pará, bem como os tesoureiros, tinham a responsabilidade de enviar os mapas de rendimentos da produção do comércio dos índios anualmente ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, demonstrando como funcionava, no âmbito dessa instituição, a relação metrópole-colônia.

Na quantidade expressiva de diversas portarias, de correspondências oficiais entre governadores e diretores, comandantes e outras autoridades coloniais, e nas correspondências de particulares ao governador, podemos perceber como se dava o emprego da mão de obra indígena. Deste modo, vê-se colonos (particulares) solicitando

índios seja para a agricultura, para a coleta de gêneros (drogas do sertão); assim como tem-se distribuindo a mão de obra indígena para os mais diversos serviços de construção de obras públicas. De modo igual, nas Serrarias Reais, olarias e Pesqueiros Reais, era a mão de obra indígena o contingente arregimentado para os mais diferentes trabalhos que a empresa colonial exigia.

Os empreendimentos das políticas metropolitanas na Amazônia colonial requeriam um contingente humano com mão de obra especializada, qualificada para realizar e executar determinados serviços. Todavia, a mão de obra indígena, por mais técnica que fosse, não logrou privilégios em termos de melhores salários ainda que desempenhasse o mesmo serviço com as mesmas qualidades e técnicas exigidas no bojo do processo colonial português implementado na Amazônia.

FONTES

Impressas

- ANAIIS da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 66, 1948.
- ANAEIS da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará. Belém: Emp. de Alfredo Augusto Silva: Arquivo Público do Pará, vol. 3, 1904.
- Arrest du Conseil d'Estat du Roy, qui ordonne que l'Entrepot des Cassonades & Cacao. Paris. Edit. De l'Imprimerie de Frederic Leonard, Imprimeur du Roy.* 1701. Folhetos Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin.
<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5214>.
- BARATA, Francisco Rodrigues José. Diário da Viagem que fez a colônia de Surinam o porta bandeira da setima companhia do Regimento da Cidade do Pará, pelos sertões e rios d'este Estado, em diligência do Real Serviço. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – RIHGB*. Tomo 8, 1846, p. 1-53.
- CARTA régia de 21 de dezembro de 1686 ou Regimento das Missões [Bibl. de Évora, Cód. CXV/2-12, 1-15]. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo IV. Lisboa: Civilização Brasileira, 1938, pp. 369-375.
- DIREÇÃO com que interinamente se devem regular os Índios nas novas Villas e Lugares erectos nas Aldeias da Capitania de Pernambuco e suas Anexas”, datada de 18 de maio de 1759. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – RIHGB*, n. 46, p. 121-171, 1883.
- DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- DUFOUR, Phillippe Sylvestre. *Tractatvs novi de potv caphe; de chinensivm the; et de chocolata*. Paris: Apud Petrum Muguet. 1685. Livros. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3867>
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Notícia Histórica da Ilha Grande de Joanes ou Marajó. In: FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (Orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Rio de Janeiro: Kapa Ed., 2007.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Sobre as salvas de palhinha pintadas pelas índias da Vila de Santarém, as quais foram remetidas no caixão n.º 3, da primeira remessa do Rio Negro (Barcelos 05/02/1786). In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro e Cuiabá*. Memórias-Antropologia. Departamento de Imprensa Nacional, 1974, p. 47-48.
- INSTITUIÇÃO da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1755.

MELO, Sebastião José de Carvalho e [Marquês de Pombal]. *Escritos Econômicos de Londres – 1741- 1742*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

SÃO JOSÉ, Fr. João de. Viagem e visita do sertão em o bispado do Grão-Pará em 1762 e 1763. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. IX, 1869.

VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, criador, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto*. Tomo 3, parte 3: Bebidas Alimentosas [Cacau]. Lisboa: Impressão Régia, 1805.bb

Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo ANTT

DUARTE, Ribeiro de Macedo, *Discurso sobre os generos p.a o comercio que há no Maranhão e Pará*, 1653. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo ANTT*], Manuscritos do Brasil, n. 108.

Archivum Romanum Societatis Iesu

CARTA ânuia do Padre João Felipe Bettendorff a João Paulo Oliva de 21 de julho no ano de 1671. *ARSI*, Bras. 9, 259r-267v, fl. 263v, p. 7.

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

AHU (avulsos-PA)

Cx. 39 (Doc. 3651).
Cx. 44 (Doc. 4008).
Cx. 47 (Docs. 4279; 4340; 4628).
Cx. 50 (Doc. 4566; 4596; 4607).
Cx. 51 (Doc. 4715).
Cx. 54 (Doc. 4946).
Cx. 57 (Doc. 5111; 5122; 5177).
Cx. 58 (Doc. 5281).
Cx. 59 (Doc. 5289).
Cx. 70 (D. 5980).
Cx. 71 (Docs. 6024; 6032).
Cx. 72 (Doc. 6114).
Cx.76 (Doc. 6373; 6388).
Cx. 78 (Doc. 6508).
Cx. 80 (Docs. 6627; 6630).
Cx. 81 (Doc. 6648).

Cx. 83 (Doc. 6815).
Cx. 86 (Doc. 7045; 7057).
Cx. 89 (Doc. 7233).
Cx. 90 (Docs. 7366; 7377).
Cx. 93 (Doc. 7446)
Cx. 95 (Doc. 7540).
Cx. 96 (Doc. 7620).
Cx. 100 (Doc. 7963).
Cx. 102 (Doc. 8082).

AHU (avulsos-MA)

Cx. 56 (Doc. 5223).

AHU (Avulsos-Rio Negro)

Cx. 1 (Doc. 51).
Cx. 2 (Docs. 88; 89)
Cx. 7 (Doc. 296).

AHU, Livros do Maranhão e Grão-Pará

Cód. 588, vários documentos.
Cód. 1789, vários documentos.

Arquivo Público do Estado do Pará

Cód. 95 (Doc. 123).
Cód. 96 (Doc. 123).
Cód. 107 (Doc. 43).
Cód. 139(Doc. 58).
Cód. 291(Docs. 473, 474).
Cód. 306 (Docs. 333, 270, 370, 427, 428).
Cód. 319 (Docs. 58, 262, 308, 386, 443, 444).
Cód. 445 (Docs. 53, 185, 275, 276, 280).
Cód. 466, Docs. 83, 101, 112, 164, 217A).
Cód. 544 (Docs. 65B, 169).
Cód. 356 (Doc. 166).
Cód. 429 (Doc. 2. Documentação microfilmada. Secretaria da capitania, rolo 13).
Cód. 126 (Doc. 109. Documentação microfilmada. Projeto Reencontro, rolo 12).

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial-1500-1800*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ABREU, José Coelho da Gama. *A Amazonia: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil*. Lisboa. Typographia Minerva, 1883.
- ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de História econômica comparada*. Belém: UFPA/NAEA, 1974
- _____. The Significance of Cacao Production in the Amazon Region during the Late Colonial Period: An Essay in Comparative Economic History. *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 120, No. 2, 1976.
- ALENCASTRO, Luís Felipe. A interação europeia com as sociedades brasileiras entre os séculos XVI e XVIII. In: *O BRASIL nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1992, p. 111-116.
- _____. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Vassalos D'El Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental. 1750-1798*. Dissertação (Mestrado em História), UFF, Niterói, 1990.
- _____. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ALMEIDA, Rita Heloísa. *O Diretório dos Índios: Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARENZ, Karl Heinz. *De l'Alzette à l'Amazone: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693)*. Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes, 2010.
- _____. Um modus vivendi para a Amazônia Portuguesa: João Felipe Bettendorff e o Regimento das Missões. In: *Anais das XIII Jornadas Internacionais Missões Jesuíticas - Fronteiras e identidades: povos indígenas e missões religiosas*. Dourados - MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2010, p. 15 e 16. [edição CD; ISSN 2178-1338].
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

- _____. Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 66-78, 2000.
- _____. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.
- AZEVEDO, Dannylo de. O Fazendeiro do Brasil: Manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História). USP, São Paulo. 2018.
- AZEVEDO, João Lúcio. *Estudos de História Paraense*. Belém: SECULT, 1994.
- _____. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização – bosquejo histórico com vários documentos inéditos*. Belém: Secretaria de Estado e Cultura, 1999.
- _____. *O Marquês de Pombal e sua época*. Lisboa: Clássica Editora, 1999.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (Org.). *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 25-67.
- BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a Vila de Moju (1730-1778)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2013.
- BLOCH, Marc L. Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1689-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 2014.
- BORAH, WOODROW. *The historical demography of Aboriginal and Colonial America: an attempt at perspective*. UW Press. Madison. 1976.
- BOXER, Charles Ralph. A Ditadura Pombalina e suas Consequências. (1755-1825). In: BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002, p. 190-215.
- BRITO, Cecília Maria Chaves. Índios das “corporações”: Trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: AZEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA – UFPA, 1998, p. 116-117.
- CARDOSO, Ciro F. S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Vol. 1: O Comércio Monopolista: Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1988.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Suspiros por um escravo de Angola. Discursos sobre a mão-de-obra africana na Amazônia seiscentista. Belém: *Humânitas*, vol. 20, n° ½, 2004.
- _____. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n. 6, 2006.
- _____. “Duplicados clamores”. Queixas e rebeliões na Amazônia Colonial (século XVIII). *Projeto História*, São Paulo, n. 33, p. 164-178, 2006.
- _____. A Amazônia Colonial e as Ilhas Atlânticas. *Revista Canoa do Tempo* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, v. 2, n.1, p. 187-204, jan./dez. 2008.
- _____. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí, 2010.
- _____. Cacao, Bark-clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. *Luso-Brazilian Review*, vol. 51, n. 1, p. 1-35, 2014.
- COELHO, Geraldo Mártires. Emblemas do reformismo ilustrado na Amazônia Pombalina. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano 161, n. 408, p. 35-52, jul./set. 2000.
- COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia – o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese (doutorado em História) – USP, São Paulo, 2005.
- _____. O Diretório dos Índios: possibilidades de investigação. In: COELHO, Mauro Cezar & QUEIROZ, Jonas Marçal (orgs.). *Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005, p. 54-55.
- COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúniga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do Diretório dos Índios (1757-1798). In: *Revista de História*. São Paulo, n. 174, janeiro/junho 2016.
- COXITO, A. *Para a História do Cartesianismo e do Anticartesianismo na filosofia portuguesa (sécs. XVII-XVIII)*. Cultura, Instituto Nacional de Investigação Científica; Universidade Nova de Lisboa, vol. 6, p. 23-38, 1987;
- CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPA, 2 vols, 1963.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

- DENEVAN, William M. La poblacion aborigen de la Amazônia, em 1492. In: *Amazonia Peruana*. Vol. III. Nº 5. Lima. 1980.
- DIAS, Manuel Nunes. *As frotas do cacau da Amazônia (1756-1777)*: Subsídios para o estudo do fomento ultramarino português no século XVIII. In: *Revista de História*. São Paulo: n. 49, p. 363-377, jan./mar. 1962.
- _____. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2 v, 1970.
- DIAS, Thiago Alves. *Monopólio Indireto: colonização mercantil no Norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780)* Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 2017.
- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram Vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina - Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. *Pombal e o Brasil* In: TENGARRILHA, José. (org.). *História de Portugal*. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo-SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p.152.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.
- FERRÃO, Cristina; SOARES, José Paulo Monteiro (Orgs.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Rio de Janeiro: Kapa Ed., 2007.
- FERREIRA, Eliana Ramos. Estado e administração colonial: a vila de Mazagão. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA – UFPA, 1998.
- FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Belém, 2016.
- FIORI, Marlon Marcel. *A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia [recurso eletrônico]* / Marlon Marcel Fiori, Christian Fausto Moraes dos Santos. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 109 p. (Série História; v. 63).
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 1997.
- _____. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 225-318.
- GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. *Embarcações, educação e saberes culturais em um estaleiro naval da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Educação), UEPA, Belém, 2009.
- GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas Amazônias: guerras, comercio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. III, nº 2, 2008, p. 103-139.
- HEMMING, John. *Ouro Vermelho. A Conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- _____. *Árvore de rios: a História da Amazônia*. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. In: *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 6ª edição, 2ª reimpressão, 2002.
- HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo IV. Lisboa: Civilização Brasileira, 1938, p. 369-375.
- LIMA, Alam José da Silva. *Do “Dinheiro da Terra” ao “Bom Dinheiro”: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2006.
- MACEDO, Jorge Borges de. Estrangeirados: um conceito a rever. *Bracara Augusta - Revista cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXVIII, n. 65-66 (77-78), p. 179-202, 1974.
- _____. *A situação Econômica no Tempo de Pombal - Alguns Aspectos*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião José de Carvalho e Melo e a Economia do Brasil. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2001, p. 173-198.
- _____. Sebastião José de Carvalho e Melo e a Economia do Brasil. *Separata da Revista de História Econômica e Social*, n. 8, 2ª série, p. 9-35, 2004.

- MARTINIÈRE, Guy. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750) In: MAURO, Frédéric (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. VII, 1991.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELO, Vinícius Zúniga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Belém, 2016.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Tomo 1, 2ª edição. Brasília: Senado Federal, 2005.
- MENZ, Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). *Varia História*, vol. 29, n. 49, p. 35-54, 2013.
- MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Niterói. **Tempo**: revista digital de História do departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, nº 28, p. 223-237, 2010.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. 'Estrangeirados'. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo: USP, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul, 1990/1991.
- MONTEIRO, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1992, p. 105-120.
- _____. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- _____. *Tupi, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo*. Tese (Livre Docência em Antropologia) – UNICAMP, Campinas, 2001.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Temas & Debates, 2008.
- MOREIRA, António José da Silva. Desenvolvimento Industrial e Atraso Tecnológico em Portugal na Segunda Metade do Século XVIII. In: Maria Helena Carvalho dos Santos (org.). *Pombal Revisitado*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 2, 1984, p. 11-57.

- NAUD, Leda Maria Cardoso. Documentos sobre o índio brasileiro (1500-1822). In: *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 2ª parte, 1971.
- NEVES Neto, Raimundo Moreira das. “*Em aumento de minha fazenda e do bem desses vassalos*”: a coroa, a fazenda real e os contratadores na Amazônia colonial (séculos xvii e xviii). Tese (Doutorado em História) – UFPA, Belém, 2017, p. 37-38.
- NOVAIS, Fernando A. O reformismo Ilustrado Luso Brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História* - Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 105-118, mar. 1984.
- _____. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Os processos de articulação étnica. In: *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976, p. 56-57.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo* - 23º ed. - São Paulo: Brasiliense, 1997.
- PEDREIRA, Jorge M. Custos e Tendências Financeiras do Império Português, 1415-1822. In: Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 53-91.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.
- PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. 2.ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora LTDA, 2012.
- PORRO, Antonio. Dicionário Etno-histórico da Amazônia colonial. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2007. Disponível em: <http://sites.usp.br/ieb/wpcontent/uploads/sites/127/2016/07/05.-amazonia_colonial.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2018.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Monte Alegre*: aspectos de sua formação histórica. Belém, 1949.
- _____. *O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia*. Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante Dom Henrique, vol. V, 1961.
- _____. *A política de Portugal no vale Amazônico*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.
- _____. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994.

- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RICUPERO, Rodrigo. *A Formação da elite colonial: Brasil c. 1530- c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009.
- SALGADO, Graça, coord. *Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas & UFPA, 1971.
- SANTOS, Catarina Madeira. Colonizar: ideologia e conjunturas. In: SANTOS, Catarina Madeira. *Um Governo 'Polido' para Angola*. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800). Tese (doutorado em História), Lisboa/Paris: FCSH/EHESS, 2005.
- SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.
- SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. *“Dis o índio...”: outra dimensão da lei - políticas indígenas no âmbito do Diretório dos Índios (1777-1798)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Belém, 2014.
- SÉRGIO, António. O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal In: SÉRGIO, António. *Ensaio*. 8 tomos. Lisboa: Sá da Costa, 1971-1975, tomo 2, p. 25-61.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, António Moraes da. *Diccionario da Língua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789.
- SILVA, Marley Antonia Silva da. *A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)*. Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Belém.
- SIMÕES JUNIOR, Mário Francisco. *A Secretaria de Estado e Ultramar e Diogo de Mendonça Corte Real. Inflexões na Administração Real do Império Português (1750-1756)*. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 2017.
- SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do Cotidiano: Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do Setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política Pombalina*. Tese (doutorado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2009.
- _____. O cotidiano das povoações no Diretório. *Revista de Estudos Amazônicos*. Vol. V, nº 1, p.79-106, 2010.
- STRUM, Daniel. *O Comércio do açúcar – Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2012.

- THOMAS, G. *A Política Indigenista dos portugueses no Brasil (1500 -1640)*. São Paulo, Loyola, 1981.
- TOMAZ, Fernando. As finanças do Estado pombalino, 1762-1776. In: *Estudos e Ensaaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, p. 355-388.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume.2011.
- WEBER, Max. Economia e sociedade. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, vol.1, 1994.

APÊNDICE A

Figura 2.1. Produção do chocolate pelo indígena a partir do fruto do cacau.
Fonte: *Tractatus novi de potu caphe; de chinensium the; et de chocolata*. Paris: Apud Petrum Muguet. 1685. P. 141. Livros. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.
<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3867>

Apêndice B

Figura 2.2. Celebração de uma refeição com café entre um homem chinês, um europeu e um indígena.
Fonte: *Tractatus novi de potu caphe; de chinensivm the; et de chocolata*. Paris: Apud Petrum Muguet.
1685. Livros. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3867>

ANEXO A – Instrução Régia para D. Francisco Coutinho

INSTRUÇÃO Régia para D. Francisco de Souza Coutinho governador e Capitão General da Capitania do Pará. 22 de abril de 1790. Registro de cartas régias, instruções, provisões e avisos para o governador e outras autoridades das capitanias: do Pará e do Rio Negro. 1790-1799. *AHU*, Cód. 588.

22 de abril de 1790.

Para D. Francisco de Souza Coutinho Governador e Capitão General da Capitania do Pará.

Instrução

1. Sua Majestade foi servida nomear a Vosso Governador e Capitão General da Capitania do Grão-Pará, e Rio Negro; e sendo muitas as obrigações do dito Governo, das quais se tem tratado em diferentes Ordens e Instruções que Vossa achará na Secretaria dele; nenhuma precisa mais do seu vigilante cuidado, como e tudo o que respeita ao importante Artigo da Administração e Arrecadação da Fazenda Real.
2. O Predecessor de Vosso em Ofício dirigido a esta Secretaria de Estado com a data de treze de agosto do ano próximo precedente, remete um Balanço Geral de Receita e Despesa do mesmo ano: e além dele outro Balanço de Receita e Despesa do Subsídio Literário: Remete mais duas Relações; uma das Dívidas ativas, em que a Fazenda Real é Credora; e outra das Dívidas passivas em que a mesma Fazenda Real é devedora: e tudo que os ditos Balanços e Relações contem, se reduz substancialmente ao seguinte:
3. Quanto ao Balanço Geral da Receita e Despesa, o que dele se desprende é que incluindo-se na Receita em algumas Parcelas pertencentes aos anos de mil setecentos e oitenta dois, mil setecentos e oitenta e cinco, mil setecentos e oitenta e seis, mil setecentos e oitenta e sete; o que ficou em Caixa no último de dezembro do mesmo ano de mil setecentos e oitenta e sete; como também a parte que se cobrou pertencente ao ano de mil setecentos e oitenta e oito; e ajuntando a essas Parcelas a soma de cinquenta e quatro contos e oitocentos mil réis de Moeda Provincial que em mil e setecentos e

oitenta e sete, e mil e setecentos e oitenta e oito, se remeteram desta Corte, e da Capitania do Maranhão e do Grão-Pará, faz tudo a soma de cento e dezesseis contos, cento e vinte três mil, e cento e sessenta e seis réis, que no sobredito Balanço se carrega em Receita recebida no mencionado ano de mil e setecentos e oitenta e oito.

4. Quanto ao mesmo Balanço pelo que respeita a Despesa, o que se desprende é que incluindo-se nela diferentes pagamentos de Dívidas que se dizem contraídas desde o ano de mil e setecentos e sessenta e dois até mil e setecentos e setenta e dois, e outras até o ano de mil e setecentos e oitenta e oito inclusivamente em que entrarão diferentes Pagamentos e Despesas feitas com as Repartições do Rio Negro, e Mato Grosso; faz montar todo o Desembolso no referido ano de mil e setecentos e oitenta e oito em cento e dez contos, cento e vinte seis mil setecentos e vinte e sete réis; as quais abatidos da Receita, que monta em cento e dezesseis contos, cento e vinte e três mil cento e sessenta e seis réis; restam cinco contos, novecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e trinta e nove réis, que no mesmo Balanço se diz que ficavam em Caixa no último de dezembro do referido ano de mil e setecentos e oitenta e oito.

5. Quanto ao Balanço da Receita e Despesa do Subsídio Literário, o que consta é: que incluindo-se na Receita os Rendimentos do Imposto de dez réis sobre cada Canada de aguardente fabricada na Terra na medida de Portugal, nos anos de mil e setecentos e oitenta e quatro, mil e setecentos e oitenta e cinco, mil e setecentos e oitenta e seis, mil e setecentos e oitenta e sete, mil e setecentos e oitenta e oito; e igualmente os Rendimentos do outro Imposto de um real sobre cada arrátel de carne dos anos de mil e setecentos e oitenta e cinco, mil e setecentos e oitenta e seis, mil e setecentos e oitenta e sete, mil e setecentos e oitenta e oito; faz montar os Rendimentos da aguardente nos referidos anos trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta réis; e os da carne nos quatro anos também referidos em dois contos e quinhentos e setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e três réis; e ambos estes Rendimentos, ou Subsídios em dois contos, novecentos e quinze mil e quinhentos e treze réis; os quais juntos com quatro contos, trezentos e trinta e cinco mil, e quinhentos e quarenta e quatro réis, que se achavam em Caixa, fazem sete contos e duzentos e cinquenta e um mil e sessenta e um réis, que no sobredito Balanço se carregam em Receita existente no ano de mil e setecentos e oitenta e oito.

6. Quanto ao mesmo Balanço pelo que respeita a Despesa, esta se reduz nos anos de mil e setecentos e oitenta e sete, mil e setecentos e oitenta e oito, a um conto e cento e setenta e oito mil e setenta e sete réis; a qual abatida da Receita, restam seis contos, setenta e dois mil e novecentos e quatro réis, que no mesmo Balanço se diz que ficavam em Caixa no último de dezembro do referido ano de mil e setecentos e oitenta e oito.

7. As duas Relações das Dívidas Ativas e Passivas da Real Fazenda se reduzem a mostrar; a primeira, que desde o ano de mil e setecentos e setenta e seis, até o último de dezembro de mil e setecentos e oitenta e oito, montava que se devia à Fazenda Real em setenta e seis contos, cento e onze mil e novecentos e vinte e nove réis: o que a Fazenda Real deve, em cento e cinquenta e sete contos e trinta e treze mil setecentos e cinquenta e um réis: e sobre estes quatro papeis se oferece fazer a Vossa as reflexões seguintes:

8. Pelo que respeita ao primeiro do Balanço Geral da Receita e Despesa, ele está feito com muito bom método, acerto, e clareza, fazendo ver tudo quanto se recebeu e despendeu no ano de mil e setecentos e oitenta e oito, e o que resta em Cofre para o ano seguinte: e este Balanço é indispensavelmente necessário que venha todos os anos, mas ele não basta para dar uma ideia justa, precisa do ordinário, e regular Rendimento, nem da ordinária e regular Despesa pertencente a cada ano; e menos do que rende anualmente cada um dos Artigos de que se compõe a totalidade anual das Rendas Reais de toda a Capitania e como também de sua Despesa: o Balanço acima indicado mostra bem as Parcelas que entraram no Cofre em mil e setecentos e oitenta e oito, mas não mostra o que rendeu à Capitania pertencente a este mesmo ano; e isto mesmo acontece coma Despesa. O Balanço faz bem ver o desembolso que se fez no ano de mil e setecentos e oitenta e oito; mas não enquanto monta a Despesa anual respectiva a este mesmo ano; nem quanto importa cada um dos Artigos de que ela se compõe; e isto é indispensavelmente necessário saber-se, e que também anual se manifeste coma possível individuação e clareza.

9. Com este fim logo que Vossa chegar aquela Capitania ordenará aos Deputados da Junta da Fazenda que dá Contadoria da mesma Junta se tire uma Relação geral dos Rendimentos e Despesas da mesma Capitania dos seis anos anteriores ao atual de mil e setecentos e noventa, apontando em cada ano todos os Artigos que constituem o Patrimônio Régio, e o Rendimento de cada um pertencente ao mesmo ano; ou seja Contratos trienais ou Rendas não contratadas ou outro qualquer Rendimento; com as

explicações à margem que se julgarem necessárias, na forma praticada no Balanço; e que o mesmo se faça a respeito das Despesas nos referidos seis anos; formando-se no fim uma conta geral de toda a importância dos mesmos seis anos, e deduzindo-se dela a de um ano comum da Receita, e outro da Despesa, por onde se possa fazer um Juízo prudente do que rende anualmente aquela Capitania; e do que também anualmente se despende com ela.

10. Logo que a sobredita Relação estiver concluída Vossa examinando todos, e cada um dos Artigos que ela contiver, e fazendo sobre eles as reflexões que melhor lhe parecerem remeta de tudo uma cópia ao Erário Régio, e outra a esta Secretaria de Estado para serem presentes a sua Majestade; afim que a mesma [Senhora] melhor informada do verdadeiro Estado daquela Capitania sobre o importante objeto do seu anual Rendimento, e da sua também anual Despesa, possa dar as providências que julgar mais convenientes.

11. É bem certo que a vista das remessas de dinheiro que quase todos os anos se fazem desta Corte ao Grão-Pará, se conhece que as suas Rendas ainda não podem suprir as suas Despesas e que por isso precisa desses socorros; mas também é certo que devendo as mesmas Rendas aumentar a propulsão que a Capitania tem prosperado, acontece tudo pelo contrário, o que não pode deixar de proceder das enormes fraudes e prevaricações praticadas da parte dos contribuintes, e do descuido, e omissão dos que as toleram, sem se servirem de próprios e adequados meios para os cobrir: os seguintes exemplos explicarão melhor o que deixo referido.

12. Entre os Artigos da Receita que se acham no Balanço da Junta da Fazenda acima indicado vem apontando o Rendimento do Contrato dos Dízimos das Miúnças da Capitania do Grão-Pará arrematado em mil e setecentos e oitenta e cinco a Feliciano Joze Gonçalves, por um triênio em trinta contos de réis ou dez contos por ano: e os Distritos a que se estende o dito contrato e os gêneros compreendidos debaixo da denominação de Miúnças constam da condição primeira do mesmo contrato que Vossa achará junto debaixo do Número 1º.

13. Da referida condição se vê que se compreendendo se nele todas as Vilas principais e os mais povoados com seus extensos, e melhor cultivados Distritos; como também todas as produções e frutos do maior uso e consumo de toda a Capitania do Pará e devendo

ser a solução do Dízimo proporcionada a toda esta extensão; nada mostra mais dolo, prevaricação com que se paga o mesmo Dízimo, como a insignificante soma a que ele se acha reduzido de dez contos de réis por ano.

14. A Junta da Fazenda daquela Capitania reconhecendo o assim intentou em parte corrigiu mal, limitando, porém, tão somente as suas vistas aos dois gêneros do arroz e algodão; e o arbítrio que buscou, consta da condição segunda do sobredito Contrato das

[

Miúncas, que vossa achará junto debaixo do Número 2°.

15. Para se compreender o disposto na dita condição se deve advertir que antes do ano de mil e setecentos e cinquenta e cinco e da existência da Companhia do Pará, todo o comércio de exportação daquela Capitania se reduzia aos gêneros e Drogas do Sertão, tais como o cacau, o café, a salsa e o cravo fino e grosso; os Índios ou mandados, ou por sua conta as vão buscar ao Sertão, dali as conduziam as suas canoas e nelas a transportavam ao Pará, aonde eram vendidas e exportadas para a Europa; tudo da mesma forma que ainda agora se pratica: e ainda que a solução dos Dízimos por uma prática geral, e constante se devesse fazer no lugar da colheita e da mão, ou na casa do lavrador, como não havia lavrador que cultivasse os ditos gêneros, nem era praticável irem se dizimar ao Sertão, justamente se estabeleceu, que o Dízimo dos mesmos gêneros se cobrasse no Pará da mão das pessoas a quem eles pertencessem; ou fossem as que os mandavam ou iam buscar ao Sertão, ou as que os exportavam para fora da Capitania, e esta é a origem de se cobrar o Dízimo dos gêneros do Sertão no lugar do embarque, e da mão do exportador: nem deste método resultava prejuízo algum para a Fazenda Real; porque como os ditos gêneros não tinham consumo na Terra, todos sem fraude, nem dolo vinham parar ao lugar do embarque, e ali se dizimavam, como ainda se pratica.

16. Estabelecida, porém a Companhia do Pará ela introduziu ali a Escravatura que deu a veredito aos seus habitantes, e confiou-lhes efeitos, e cabedais para os animar a cultivarem a terra. Dessa Corte se lhe fizeram diferentes remessas de gente, e consideráveis somas de dinheiro, que sucessivamente tem continuado depois de trinta a quarenta anos e ainda continuam; e com estes socorros entraram os referidos habitantes, não só a aumentar consideravelmente as plantações que já tinham de frutos da terra do

consumo da mesma terra, tais como farinhas, milho, feijão, diferentes qualidades e legumes e outros semelhantes; mas a aumentar outras plantações ou a estabelecê-las de novo de gêneros que irão ao mesmo tempo de consumo da terra, e igualmente de exportação e embarque, tais como o açúcar, enquanto houve, a aguardente, o mel, o óleo de [Cupauba], o urucum, o arroz, o algodão e até as manadas de gado tiveram considerável aumento, como se vê da grande quantidade de couros em cabelo, [atanadas], que anualmente se exportam daquela Capitania. O Dízimo porém de todas estas produções, frutos, gêneros, e criações o fossem tão somente do consumo da terra, ou juntamente do dito consumo de exportação e embarque, sempre se pagaram pelo lavrador e cultivador e não pelo comprador ou exportador; e sempre se receberam no lugar da colheita, ou na casa do mesmo lavrador, e cultivador e não no lugar do embarque, e na ocasião de se embarcarem como se determina na sobredita condição segunda, que se observe com os dois gêneros do arroz e do algodão; nem isto pode ser praticável sem grande prejuízo da Real Fazenda; porque sendo os ditos dois gêneros só de embarque e exportação, mas igualmente do uso e consumo da terra pelas grande incalculáveis quantidades de algodão, de que se servem os habitantes do Pará para seus vestuário e para diferentes outros usos domésticos das suas casas e famílias; e de arroz para seu alimento, se o Dízimo destes dois gêneros se paga tão somente pelo exportador e dos que embarcam para fora, vem a ficar sem pagar Dízimo todo o arroz e algodão que se consome na Terra, que talvez sejam pelo menos tão avultadas quantidades como as exportadas.

17. A Junta da Fazenda é certo que conheceu este gravíssimo e inconveniente, e que procurou ocorrer a ele; o arbítrio, porém de que se lembrou, não só é muito extraordinário, mas irrisório, como se vê da condição terceira do sobredito contrato, que vossa achará junta debaixo do Número 3º. Nesta condição se absolvem todos os lavradores e cultivadores de arroz e algodão, de pagarem o Dízimo que eram obrigados a pagar pelos referidos dois gêneros, impondo esta obrigação a todas as casas e famílias que fizerem uso e consumo dos mesmos gêneros, de sorte que em toda a parte aonde a solução do Dízimo se acha estabelecida, sempre se entendeu e entende que o lugar d colheita e a casa do lavrador aonde os frutos dizimáveis se acham [intactos], patentes, e juntos, eram os lugares mais próprios e menos suspeitos de fraudes para satisfação do mesmo Dízimo; a Junta da Fazenda porém pelo contrário em Ofício dirigido ao Erário Régio com data de vinte e um de março de mil setecentos e oitenta e três, entende que a

grande extensão daquele Estado e a separação das Fazendas, uma das outras, é a causa irremediável, que tem impossibilitado sempre aos Rendeiros a cobrança dos seus Dízimos; e o meio que a mesma Junta tomou para ocorreu a este grande obstáculo é a extraordinária, e nunca até agora imaginada resolução de absorver os donos das ditas Fazendas e lavradores que a cultivam, da indispensável obrigação que tinham de pagar o dito Dízimo e de transferir esta obrigação para os habitantes de todas as casas e famílias dispersas por todo aquele vasto Continente, incomparavelmente mais separadas uma das outras em razão das distâncias das Vilas e lugares entre si; e em número incomparavelmente maior, que o das Fazendas; para que os ditos habitantes e suas famílias pagassem o Dízimo de todo o arroz e algodão que usassem e consumissem.

18. Os distúrbios e vexações que os mesmos habitantes de toda aquela Capitania haviam necessariamente padecer vendo a cada passo as suas portas os Rendeiros e Executores para a cobrança do Dízimo, procurou a Junta remediar, mas com outra não menor vexação, estabelecendo o método desta cobrança, assim pelo que respeita ao algodão, como ao arroz; porque quanto ao algodão supôs, o que supor, que tudo o que se gastavam naquela Capitania era tão somente manufaturado em panos, e nesta imaginada suposição estabeleceu, que todas as pessoas que os tecessem fossem obrigadas a levá-los a Alfândega daquela Capital para ali se lhes pôr o selo e pagarem o Dízimo ao contratador em quádruplo do peso que cada rolo tiver. E por esta forma os miseráveis fabricantes que nas circunstâncias em que ainda se acha aquela Capitania devem ser animados e favorecidos, ficam não só com o encargo de pagar o Dízimo mas com a obrigação de o irem pagar à Alfândega do Pará, levando ali os panos que fabricarem para se lhes pôr o selo, debaixo da pena de os perder. E aqueles dos mesmos fabricantes, que tiverem seus domicílios a vinte, trinta, quarenta e mais léguas distantes da dita Alfândega como poderão fazer semelhantes jornadas, em que gastarão talvez [tresdobro], e mais da importância do mesmo Dízimo, perdendo dias de trabalho e deixando e suas pobres famílias em necessidade. Absolvem-se os lavradores de pagar o Dízimo nas suas próprias Fazendas e obrigam-se os fabricantes ao irem pagar fora de suas casas, ainda que seja a quarenta e mais léguas de distância. E que se pode esperar dos mesmos fabricantes à vista de semelhante encargo, senão se buscarem todos os meios e modos de fraudarem a solução do Dízimo para se livrarem [opressão] e ruína que lhes resulta do método de o pagar? E quando o não consigam de abandonarem os

seus Ofícios e Ocupações preferindo antes mendigar pelas portas. E isto é o que se pode esperar de semelhante método de arrecadação.

19. Disse acima, que a Junta da Fazenda supôs ou quis supor que todo algodão que se gastava naquela Capitania era tão somente manufaturado em panos, porque se faz incrível, que não havendo ali nem lã, nem linho, e havendo grande redundância do dito algodão, deixem aqueles habitantes de se servir dele para outras muitas diferentes manufaturas, tecidos, e usos para que eles servem, além dos rolos de panos e todo algodão que se consumir no País, que não seja dos ditos rolos, fica isento de pagar Dízimo, porque a Junta os supõe não existente.

20. Sobre o método de se cobrar o mesmo Dízimo do arroz, que se gasta na Terra, ainda é mais extraordinário do que se dispõe a Junta na dita condição terceira, em que determina. Que o contratador se deve ajustar amigavelmente com as pessoas que lhe houverem de pagar o dito Dízimo. Estas pessoas, porém, ou estes Devedores do Dízimo são os pais de famílias que tem tanta repugnância ao pagar, como todos os demais habitantes do Pará, na forma que a mesma junta confessa. E nesta certeza ainda que cada pai de família gaste com ela anualmente, por exemplo, duzentos [arrátes] de arroz, como ninguém vai examinar qual, e de que qualidade é o alimento de que a dita família se sustenta, nem o contratador o sabe; logo que este se apresenta para a cobrança do Dízimo, o pai de família lhe declara, que em sua casa se não gasta arroz e por consequência não tem Dízimo algum a pagar, ou se lhe parece determinar alguma porção do dito gênero ainda que o consumo seja dos sobreditos duzentos [arrátes], diz que somente gastara dez, ou vinte [arrates], e que deles é que deve pagar Dízimo. O contratador não tendo prova alguma com que mostre o contrário, o mais que pode fazer é não se ajustar amigavelmente com o pai de família, duvidando da verdade de sua declaração; e neste caso determina a Junta, que quando entre si não concordem, poderá o contratador meter [Louvados] para a decisão da sua cobrança, que se lhe deve fazer boa e efetiva. Os [Louvados] porém podem saber o que se passa na suas próprias casas, mas nada sabem do que se passa nas alheias, nem a qualidade de alimento, de que as famílias se sustentam, e se nele entra também o arroz, e menos ainda a quantidade que cada família consome deste gênero, para dela se deduzir o Dízimo; e se nada disto sabem, nem podem saber os ditos [louvados]; como é possível que eles o sejam, e que decidam daquilo que inteiramente ignoram, nem podem deixar de ignorar!

21. Estas são as observações que se apresentam à vista da inesperada novidade, e alteração, que a Junta do Pará estabeleceu sobre a percepção do Dízimo do arroz, do algodão absorvendo deste encargo, a que eram obrigados, os lavradores e cultivadores dos ditos dos gêneros, impondo o nos outros habitantes que os exportam para fora da Capitania, e que nos que os manufaturaram, e consomem dentro dela, que nenhuma obrigação tinham de o pagar; resultando de tudo referido; que ainda que se possa considerar alguma vantagem a favor da melhor arrecadação do Dízimo na ocasião do embarque dos referidos do gêneros, se deve reputar inteiramente perdida a percepção do mesmo Dízimo de todo o algodão, e arroz que se gastar na Terra., ou seja, manufaturado em panos, em outros diferentes tecidos, e usos; ou no consumo, e sustento de todos os seus habitantes.

22. O que sobre tudo há de mais extraordinário a este respeito, é a liberdade a que se atreveu a Junta de sua própria, e particular autoridade, e sem algum prévio conhecimento, nem Ordem desta Corte, para fazer uma semelhante alteração, e novidade sobre um Ramo tão importante das Rendas Reais como o do Dízimo; transformando a forma da sua arrecadação nos dois mais consideráveis gêneros da produção do Pará.

23. A mesma Junta no sobredito Ofício de vinte de março de mil setecentos e oitenta e três dando conta pelo Erário Régio do novo método de cobrança que havia estabelecido, e querendo persuadir as utilidades dele, se explica na forma seguinte: Esta nova forma de arrecadação do Dízimo dos referidos dois gêneros e a precisa união dos dez Ramos em que os mesmos Dízimos até agora andavam divididos, fez que desde logo que esta Junta o mandou assim publicar, subisse de dezenove contos de réis, que por eles somente se oferecia a vinte quatro contos de réis, e ultimamente a arrematassem por três anos a Feliciano Joze Gonçalves por vinte e cinco contos de réis livres para Real Fazenda, resultando uma diferença de seis contos de réis entre esta, e a precedente a arrematação, em benefício, e aumento da mesma Real Fazenda.

24. Não é, porém, a nova forma da arrecadação dos Dízimos dos referidos dois gêneros do algodão, e do arroz, a que deu causa ao sobre dito aumento, nem isto é verossímil, pelas razões que ficam assim indicadas; mas o que contribuiu essencialmente para que o contrato subisse seis contos de réis mais do preço por que anteriormente andava, é por se terem arrematado juntos, e a um hábil contratador os dez Ramos de que se compõem

o mesmo contrato, que a junta trazia divididos, e muito mal administrados; ou fossem pelos diminutos preços dos arrendamentos que fazia a particulares ou por outros motivos que Vossa conhecerá logo que ali chegar, e examinar este importante Artigo até as suas raízes: Para se conhecer porém a má administração da Junta, basta refletir: Que o contrato dos Dízimos das Minúncias da Capitania do Pará, como consta da condição primeira no dito contrato assim indicado, e do paragrafo 13 desta Instrução também acima referido, compreendem todas as Vilas principais, e mais povoadas, com seus extensos, e melhor cultivados Distritos; como também todas as produções e frutos, não só do maior uso e consumo dos habitantes daquela Capitania, mas dos que se embarcam, e exportam para fora dela; e entre eles os mais importantes do arroz e algodão: E devendo o Rendimento do Dízimo ser proporcionado à extensão das sobre ditas concessões nada prova mais o descuido, e omissão com que este contrato se achava administrado pela Junta da Fazenda, como a própria confissão da mesma Junta, dizendo que ele só rendia dezenove contos de réis.

25. Neste abatimento o achou o contratador Feliciano Joze Gonçalves e conhecendo da força do mesmo contrato; para que para ser muito maior o seu Rendimento, e tirar deles consideráveis lucros, só lhe faltava ser bem administrado; ofereceu à Junta vinte e cinco contos de réis, isto é, seis contos de réis mais sobre o seu Rendimento anterior; com condição que os dez Ramos, de que se compunha o mesmo contrato lhe fosse todos arrematados, para ele só os administrar; e assim se praticou pela Arrematação que se lhe fez por três anos, que tiveram principio de janeiro de setecentos e oitenta e cinco; calculando tão bem o dito contratador, e sendo lhe tão proveitoso o referido contrato, não obstante os seis contos de réis mais que por ele deu, que para o segurar no seguinte triênio de mil setecentos e oitenta e seis a mil e setecentos e oitenta e oito, deu por ele trinta contos de réis, isto é, cinco contos de réis mais que o havia dado no triênio anterior, como consta do Balanço da Receita, e Despesa, remetido pelo Predecessor de Vossa no lugar em que trata do Rendimento dos Dízimos; e este segundo aumento é outra prova não equivocada do mal que o referido contrato andava anteriormente administrado pela Junta da Fazenda, distribuindo ela os Arrendamentos dos Ramos divididos por diferentes particulares, como praticou até o fim do ano de mil setecentos e oitenta e dois; sendo certo que em enquanto houve a dita Administração por semelhante modo, o contrato dos Dízimos apenas rendia dezenove contos de réis, e estes não ainda completos; preço em que se achava no referido ano de mil setecentos e oitenta e dois;

logo porém que os referidos Ramos juntos em um só contrato passaram a diversa, e mais cuidadosa Administração, bastaram dois triênios para que o Rendimento do mesmo contrato subisse a trinta contos de réis, isto é, onze contos de réis mais que o que rendia na Administração da Junta: E se no mesmo contrato, e nas diferentes partes de que eles se compõem, houver cuidado, vigilância e zelo no modo, e método de o reger, sem outro algum respeito mais que o bem do serviço, ele ainda é suscetível de muito maior Rendimento, pelos motivos que ficam acima indicados no paragrafo treze.

26. No mesmo Ofício de vinte e um de março de mil setecentos e oitenta e três, que a Junta dirigiu ao Erário Régio, depois de querer persuadir as grandes dificuldades que havia na cobrança do Dízimo, e a repugnância dos lavradores, e cultivadores em o pagar, continua dizendo: Esta impossibilidade tem se pretendido remediar pelo até agora único meio das repetidas Pastorais que os Prelados Diocesanos tem mandado publicar, exortando nelas a todas as pessoas, a que paguem os Dízimos das suas lavouras, e declarando lhes a rigorosa obrigação que disso tem; com efeito alguns poucos justamente se tem persuadido dessa verdade, porém a maior parte continua no péssimo costume, ou de diminuir o Dízimo que deve para satisfazer, ou de o reterem, quando não deixam inteiramente de o pagar.

27. Esta declaração da Junta acaba de dar a conhecer o desamparo a que se acha reduzida na Capitania do Pará a arrecadação dos Rendimentos da Fazenda Real; porque sendo mais importantes dos ditos Rendimentos o do Dízimo; e havendo tantos desencaminhadores dele, como a Junta refere, uns diminuindo as quantidades que devem pagar, outros retendo-o, e outros deixando inteiramente de o satisfazer; o modo com que até agora se tem procurado ocorrer as estas transgressões é pelo o único das repetidas Pastorais que os Prelados Diocesanos tem mando publicar; como se além das referidas Pastorais, e quando a perversidade do coração humano as faz ineficazes, não houvesse leis para castigar, e coibir os rebeldes, e os obrigar a cumprir com suas obrigações, principalmente quando se trata de descaminhos da Fazenda Real.

28. Neste Reino há Comendas compostas em grande parte de Dízimos, umas que se acham na Coroa, outras na administração de particulares; e os que devem pagar os mesmos Dízimos deixam de o fazer por omissão culpável, dolo, ou por outra qualquer malícia, ou se absolutamente resiste à solução deles, são compelidos pelas leis e pelos Magistrados apagarem o que devem, e castigados, ser o merecem, com as penas dos que

se levantam com o alheio; e pouco, ou nenhum benefício se tirariam das Comendas, se as Censuras promulgadas para a contribuição não fossem acompanhadas com a força coercitiva das leis.

29. Os habitantes do Pará ou a Câmara em nome deles nos parágrafos segundo, e terceiro da Representação junto debaixo do número 4º reconhecem, e confessam, nem poderiam deixar de reconhecer, e confessar a indispensável obrigação de pagarem o Dízimo, e de o pagarem a Sua Majestade, como sempre praticaram há mais de cem anos: E não sendo o dito Dízimo outra coisa mais que um Rendimento pertencente ao Patrimônio Régio, como todos os Rendimentos daquela Capitania, de que e o mesmo Patrimônio Régio se compõem; os que fraudarem o dito Dízimo, diminuindo cavilosamente a quantidade do que devem pagar, retendo-o com o malicioso fim de o sobnegar, ou deixando de o satisfazer, são uns extraviadores do Real Patrimônio e desencaminhadores da Fazenda Real; e como tais devem ser, não só compelidos a repor o que tiverem extorquidos, mas processados e punidos segundo as leis subsistentes, e em vigor, pelos Magistrados e Ministros executores delas.

30. Estes são os Princípios, e Regras que se deviam ter praticado e não praticaram na Capitania do Pará, e são as que daqui por diante se devem ficar inviolavelmente observando; de sorte que por meio delas, e das cautelas, e medidas que se julgarem precisas, se evitem os descaminhados, e extravios, que a Junta da Fazenda manifesta na sua Conta acima indicada.

31. Dada esta Providência, não deve os habitantes daquela Capitania deixar de ser ouvidos, principalmente sobre as vexações e violências de que se queixam na sobredita Representação da Câmara: Nela, depois de reconhecerem, e confessarem, a indispensável obrigação de pagarem o Dízimo a Sua Majestade, e de o haverem pago por mais de cem anos, acrescentando que o dito Dízimo sempre foi pago nos lugares que produzem as Novidades, não havendo da parte dos lavadores maiores obrigação que separá-lo, entregá-lo no campo da colheita: Que presentemente, porém, sendo obrigados a o irem pagar na Cidade do Pará, se lhes acrescentam os novos encargos de os transportarem à sua custa, correr lhe o risco, e os mais incômodos que trazem consigo o dever em um lugar, e ser obrigado a solver em outra, impondo ser por esta forma aos lavadores obrigação sobre obrigação, e ônus sobre ônus.

32. Desta Representação, porém, que pela gravidade da matéria de que na se trata, se fazia digna da mais circumspecta reflexão, respondeu a Junta valendo-se de razões que nunca o foram, mas sem frívolos, em consequentes pretextos, como se vê da Cópia junta debaixo do número 5º; e nesta inteligência; Ordena Sua Majestade: que logo que Vossa tiver advertido, e determinado no Real Nome de Sua Majestade, assim aos Ministros de Justiça, como a mesma Junta da Fazenda, que a inviolável observância das leis, e em execução delas deve ser a base fundamental, e regra inalterável, para a solução, e cobrança do Dízimo; e que assim o tiver também declarado aos Vereadores, e mais Oficiais da Câmara daquela Capitania, que mandará vir a sua presença para este efeito; fazendo lhes conhecer os Princípios, e Regras acima indicadas nos parágrafos vinte e nove, e trinta: Tomará Vossa ao mesmo tempo conhecimento dos gravames de que a dita Câmara se queixa; igualmente de tudo o mais que fica acima referido; para da de tudo uma Conta individual, e circunstanciada a Sua Majestade, interpondo Vossa em cada uma dos pontos, de que tratar o seu parecer; para que além das Providências que aqui lhe vão determinadas se possam dar todas as mais, que melhor possa contribuir, não só para exata arrecadação do Dízimo da Miúnças da Capitania do Pará, mas de todos os mais Rendimentos pertencentes ao Patrimônio Régio na mesma Capitania.

33. Tal é depois do Dízimo das Miúnças o Rendimento do Dízimo e quatro por cento do gado vacuum e cavalar da Ilha Grande do Marajó, e do Dízimo do mesmo gado da Vila de Braganças, que também vem apontando no Balanço Geral da Receita, e Despesa remetido pelo Predecessor de Vossa; deste Rendimento, porém o que tão somente a que se sabe, é o que se declara no mesmo Balanço de ter sido arrematado por um triênio, que teve princípio no primeiro de janeiro de mil setecentos e oitenta e cinco e findou no último de dezembro de mil setecentos e oitenta e sete, por preço todos os três anos de vinte e oito contos de réis; o que igualmente faz crer o mal que andava administrado o contrato dos Dízimos da Miúnças, e o que o quanto suscetível de maior aumento sobre a sua última arrematação; porém não compreendendo o contrato da Ilha do Marajó mais que tão somente o Distrito da dita Ilha, e de Bragança, nem mais gêneros do gado vacuum e cavalar, o seu Rendimento ainda assim é de vinte e oito contos de réis; e compreendendo o contrato do Dízimo das Miúnças toda a extensão da Capitania do Pará, e todos os frutos e produções do seu consumo interior e da exportação, até os que se produzem na mesma Ilha do Marajó, debaixo da denominação de Miúnças, não rende

mais este contrato que trinta contos de réis com a diferença tão somente de dois contos de réis em triênio entre ele, e o precedente.

34. Segue se no sobredito Balanço o Rendimento chamado do Pesqueiro Real de [Joannes], ou Ilha do Marajó, contratado por um triênio de mil setecentos e oitenta e cinco a mil setecentos e oitenta e sete em sete contos e novecentos mil réis: E o Pesqueiro Real de Vila Real de Vila Franca arrematado ao mesmo tempo em quatro contos de réis: E será preciso que Vossa examine, se estes dois contratos, como também do gado vacuum e cavalar acima indicado, andam por seus justos preços, e a melhoria que pode ter procurando igualmente saber a razão de não haver no Continente do Pará criações de gado vacuum como na Ilha do Marajó, para se aproveitarem aqueles habitantes em uma, outra parte das grandes utilidades que resultam de semelhantes criações.

35. No mesmo Balanço também se aponta o Rendimento dos gêneros, que se diz, que não são de embarque, mas que se provem do Dízimo dos que se venderam pelo Tesoureiro dos Índios pertencentes a estes infelizes, montando em duzentos e noventa e oito mil e trezentos e cinquenta e três réis: No mesmo Balanço também vem outro Rendimento denominado Rendimento dos Dízimos das Povoações; que se diz que provem da entrega que fizeram vários Diretores da Vilas de Índios, dos Dízimos que receberam dos mesmos montando em cento e noventa e quatro mil, duzentos e quarenta réis, e ambas as Parcelas em quatrocentos noventa e dois mil, quinhentos e noventa e três réis: E se todo Comércio, e Cultura dos ditos Índios, se reduz Capital que se deduziu a importância dos referidos Dízimos, são bem insignificantes os lucros que estes infelizes tiram do seu penosíssimo trabalho: Vossa examine cuidadosamente não só este ponto, mais tudo o que disser a respeito aos mesmos índios, e principalmente ao comportamento dos seus Tesoueiros, e Diretores, os quais sendo Depositários, e Distribuidores de tudo o que pertence aos ditos índios, é vós constante que quanto estes ganham com o seu trabalho, convertem aqueles em seu benefício e utilidade: E por isso não é de admirar, que os dois Rendimentos acima indicados apenas chegassem a tão insignificante quantia.

36. No mesmo Balanço vem também o Rendimento chamado Novo Imposto nas Canoas que vão ao Sertão, montando em cinquenta mil réis; e esta Imposição Ordena Sua

Majestade que seja inteiramente abolida, como contrária a navegação dos índios que se deve promover, e não gravar.

37. Segue no dito Balanço no Rendimento das Terças das Câmaras: São dez as que vem nomeadas, e as Terças de todas elas montam em trezentos e noventa e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis réis; de que se segue, que ou as ditas Câmaras estão reduzidas a citação mais deplorável, ou há a grande fraude na Contribuição das mesmas Terças; e este ponto também Vossa deve examinar cuidadosamente logo que chegar aquela Capitania; e corrigir qualquer abuso, que a este respeito se tenha introduzido.

38. Igualmente vem no dito Balanço o Rendimento da Dízima da Alfândega do ano de mil setecentos e oitenta e sete, que monta em três contos e seis contos e dezesseis mil cento e oitenta réis: Este Rendimento Dízima é direito dez por cento, que pagam as Fazendas na sua entrada; e não se fazendo crível, que todo o Comércio de importação da Capitania do Pará não produzem maior Renda que acima referida, se foi achar no Mapa ou Relação das Dívidas ativas da Fazenda Real, que o Predecessor de Vossa também remeteu com o Ofício de três de agosto do ano próximo precedente; que do Rendimento da dita Dízima da Alfândega, e do referido ano de mil setecentos e oitenta e sete, ainda se estavam devendo doze contos e sessenta e oito mil e setecentos e três réis, os quais juntos com a quantia acima indicada e já recebida, fazem a soma de quinze contos, seiscentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e oitenta e três réis; e este é o total da mencionada Dízima da Alfândega do ano de mil setecentos e oitenta e sete.

39. Viu se mais no sobre dito Mapa, ou Relação que à Dízima da dita Alfândega, ou dez por cento de Importação de todo ano de mil setecentos e oitenta e oito, ainda se estavam devendo, e que montava em vinte e dois contos, setecentos e noventa e sete mil e trezentos e cinquenta e dois réis: Ultimamente em Carta do Predecessor de Vossa do primeiro de fevereiro do presente ano me remete ele o Mapa Geral de todas as Embarcações que no ano próximo precedente de mil setecentos e oitenta e nove entraram naquele Porto, em número de vinte uma, dez mandadas do Porto desta Capital, e onze de diferentes Portos da América; e da Dízima, ou Direitos de entrada que se pagaram das Fazendas, Efeitos, e Escravatura, que ali se conduziram montando os ditos Direitos em onze contos, quatrocentos e noventa e dois mil e duzentos e noventa e dois réis: E se sendo bem para admirar, que as ditas Fazendas, Efeitos, e Escravatura, que fizeram as cargas de vinte e uma embarcações, não valessem mais que cento e dez, ou

cento e vinte contos, para deles se não deduzirem mais Direitos que acima indicados: E esta só reflexão, além de outros que se apresentam, à vista do referido Mapa basta ver o incessante cuidado, e vigilância com que Vossa deve examinar, e fazer todas possíveis indagações, até descobrir os enormes abusos, e reprovados desconcertos, que naquela Alfândega se tem introduzido; e cortá-los pelas suas raízes, onde quer que aparecerem.

40. Ultimamente no mencionado Balanço se aponta o Rendimento a que chamam Rendimento dos Dízimos de Embarque; explicando se na margem deste Artigo, que procede da Arrematação feita dos gêneros que se embarcam pertencentes aos mesmo Dízimo, montando o que se deu por eles em três contos, quatrocentos e setenta mil e oitocentos e noventa e nove réis: E como nem deste Rendimento, nem do da Obra Pia, que se faz montar em trezentos e quarenta e oito mil réis, há aqui as precisas, individuais notícias; Vossa tomando conhecimento de um, e outro, dará conta do que achar, apontando as providências que lhe parecerem necessárias.

41. Estes são os Artigos de mais consideração, de que trata o Balanço que remeteu o Predecessor de Vossa pela que respeita a Receita do mesmo Balanço: [Se guia] se tratar da Despesa que também vem nele, e em que à bastante reflexões a fazer, vendo porém tantos, tão diversos, tão insignificantes, e pertencentes a diferentes tempos os Artigos da dita Despesa, não é possível formar se sobre ela algum juízo seguro, nem apontar aqueles dos ditos Artigos, que suscetíveis de reforma, sem ser à vista da Relação Geral, que Vossa deve remeter, na forma que lhe vai determinados nos parágrafos oito, nove, e dez, desta Instrução; então se tratará igualmente do Balanço do Subsídios Literários, e das Relações das Dívidas ativas, e passivas da Real Fazenda: Não podendo deixar de recomendar muito a Vossa pelo que respeita ao Subsídio Literário, o que lhe comuniquei de palavra sobre o importante Artigo da aguardente fabricada na Terra, e de tomar antecipadamente todas as medidas, e fazer todas as disposições que julgar necessárias, para que as imposições que houverem de se pôr na dita bebida, não fique expostas às mesmas fraudes e extorsões, que se pratica no Rendimento do Subsídio, pela mão e lesivo método que se estabeleceu na arrecadação deste Imposto, o qual confiando se ao cuidado das Câmaras, à Diligência dos Escrivães, e aos Manifestos dos que fabricam aguardente, sem outra alguma cautela, como Vossa verá da Cópia junta debaixo do número 6º é o mesmo que confiar o Cordeiro à voracidade dos Lobos.